A paisagem dos lugares

Teoria e práticas na periferia da metrópole paulistana: o caso do Jardim Celeste e entorno

v. 1

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

GUILHERME GALUPPO BORBA

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

GUILHERME GALUPPO BORBA

A paisagem dos lugares

Teoria e práticas na periferia da metrópole
paulistana: o caso do Jardim Celeste e entorno
v. 1

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente
Orientador: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

São Paulo, 2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: galuppo82@hotmail.com

B726a Borba, Guilherme Galuppo
A paisagem dos lugares. Teoria e práticas na periferia da metrópole paulistana: o caso do Jardim Celeste e entorno / Guilherme Galuppo Borba. -- São Paulo, 2014.
186 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP.

Orientador: Eugenio Fernandes Queiroga

1.Paisagem – São Paulo (SP) 2.Participação 3.Periferia – São Paulo (SP) 4.Áreas metropolitanas - São Paulo (SP) 5.Lugar - São Paulo (SP) I.Título

CDU 712

SUMÁRIO

1. ABERTURA

1.1 Uma postura, um barreiral	13
1.2 Do mundo ao lugar, do pensar ao agir	15
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Primordial	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17

2. UM ABOCANHADO DE CONSIDERAÇÕES

2.1 Natureza e Sociedade	19
2.2 Metrópole e Periferia	24
2.2.1 Desdobramentos do nosso tempo, do nosso espaço	24
2.2.2 Mais lugar, por obséquio	27
2.2.3 Mundialização e Urbanização	31
2.2.4 Processos culturais	34
2.2.5 O Público publica-se	37
2.3 Paisagem	38
2.3.1 História da Paisagem e imbróglis conceituais	41
2.3.2 A Paisagem dos Lugares	49
2.3.3 Estética, Arte e a Paisagem dos Lugares	51

3. O CAMPO EMPÍRICO E O SUBSTRATO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1 Em busca de limites coerentes	55
3.2 Localização do campo empírico e circunscrição do substrato do objeto de estudo	57

4.	TEORIA, MÉTODO, PRÁXIS	
4.1	A Vontade	65
4.2	Então uma pitada de Teoria Crítica	66
4.2.1	Interação Social, Ação Comunicativa e Transformação	68
4.3	Sujeito e Objeto, Teoria e Método	70
4.4	A caminho da Práxis ou ainda no gabinete	72
4.4.1.	O Trabalho de campo	72
4.4.2.	A Pesquisa participante	73
4.4.3	A Observação participante	75
4.4.4	Contribuições da Percepção	76
4.4.5	Imagens: usos e desusos	79
4.4.6	A Fotografia e sua ambiguidade	81
4.4.7	A Fotografia e a pesquisa participante	82
4.4.8	O Universo da linguagem	84
4.4.9	Aquisição de informação: linguagem e imagem	87
4.4.10	Entrevistas	88
4.4.11	Questionário	93
4.4.12	Parcerias, Oficinas e Mutirões	97

5.	DESCRITIVA E ILUSTRATIVA DOS RESULTADOS EMPÍRICOS	
5.1	Observação Participante e tentativas de apreensão do objeto	99
5.1.1	Potencialidades da forma urbana	100
5.1.2	Mapeamento do substrato: uso e ocupação do território	110
5.2	Questionário	115
5.2.1	Informações gerais sobre a população participante e sua relação com o bairro	115
5.2.2	A paisagem e os lugares do bairro	118
5.3	EMEI Coronel João Negrão: parceria e mutirão	122
5.3.1	A Parceria	122
5.3.2	O Mutirão	123
5.3.3	Considerações Reflexivas	126
5.4	EMEF Vianna Moog: parceria e oficinas	127
5.4.1	Cronograma das atividades e conteúdo das oficinas	130
5.4.2	Resultados e respostas	139
6.	ENTRELAÇAMENTOS:	
6.1	Descobrir ou inventar	161
6.2	Aproximações: a Paisagem dos Lugares	162
6.3	Preservar e/ou Transformar	170
6.4	O Decantado e outro encanto	172
7.	O ARREIMATE	176
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

AGRADECIMENTOS

Mesmo que o êxito desta pesquisa esteja associado profundamente a cada experiência minha, por toda a vida, agradeço àqueles que, ao longo de quatro anos, ajudaram e participaram deste percorrido especificamente.

Uma salva de palmas retumbante ao Professor Doutor Eugenio Fernandes Queiroga, meu orientador, que, com paciência e percepção, disse sim e disse não e, acima de tudo, me permitiu voar, nem tanto ao mar, nem tanto a terra.

Sou imensamente grato ao meu grande amigo Mateus Ribeiro, com quem aprendi habilidades valiosíssimas para esta pesquisa, uma delas sendo a manipulação de imagens no computador usando diferentes programas. E mais, com ele dividi minhas empolgações e ansiedades mais agudas.

Este trabalho não teria sido possível sem a contribuição de Julia Marques, Adriana Fu e Gabriel Kioshima, cujos esforços alavancaram sobremaneira a qualidade da apresentação dos resultados empíricos. Muitíssimo obrigado queridos amigos, contem comigo!

Agradeço enormemente o voto de confiança que me foi dado por José Vitor Alves, coordenador da EMEI Vianna Moog, e por Silvia Rodrigues, diretora da EMEF João Negrão, os quais permitiram que eu participasse das atividades da escola e promovesse a pesquisa com alunos e professores. Aliás, Acácia Rios dos Santos e Teresa Buarque de Holanda foram imprescindíveis na participação das oficinas na EMEI Vianna Moog, sem as quais o trabalho com os alunos não teria sido tão proveitoso e frutífero.

Agradeço o apoio amoroso de meus pais. Eles ensinaram-me a percorrer o mundo de olhos e braços abertos.

Finalmente, curvo-me diante de todos os participantes desta pesquisa - alunos, professores, respondentes e entrevistados - na tentativa de assinalar em texto toda a minha gratidão.

ABSTRACT

This research sought to deepen the study of the landscape in the periphery of the metropolis through an interdisciplinary approach, making use of theories and practices applied to the case study of Jardim Celeste and its surroundings, Sao Paulo. The compound term *landscape of places* was defined and utilized as a means to focus the study of the landscape on the importance of proposing social transformations through creative and critical thinking. Moreover, the social, cultural and environmental processes inherently related to the study object and its empirical field have been fully considered. The concepts and methods were created as the research progressed and they aimed ultimately at expanding the knowledge and empowerment of those involved in the research. To this end, a variety of methods and practical activities were organized and implemented, such as: participant observation, mapping of the study object and its substrate, interviews, questionnaires, community work and workshops, all of them being participatory. In short, this dissertation examines new understandings and perspectives of the landscape in the metropolis through the prism of the *landscape of places*, which proposes a visual, sensorial and aesthetic stance on the public spaces of everyday life.

Key words: Landscape. Place. Participation. Periphery. Metropolis

RESUMO

Este trabalho aprofunda o estudo da paisagem na periferia da metrópole de modo interdisciplinar, valendo-se de uma perspectiva teórico-prática aplicada ao estudo de caso Jardim Celeste e entorno, São Paulo. O termo composto *paisagem dos lugares* foi circunscrito e utilizado a fim de focar o estudo da paisagem por um viés criativo e crítico, propositivo e transformador, atentando para a totalidade dos processos sociais, culturais e ambientais intrinsecamente relacionados ao objeto de estudo e seu campo empírico. Os conceitos e métodos foram criados ao longo da pesquisa e objetivaram, em última instância, a expansão do conhecimento e a emancipação dos envolvidos; para tanto, uma variedade de métodos e atividades práticas foram organizadas e aplicadas, sendo estas: a observação participante, o mapeamento do substrato do objeto de estudo, entrevistas, questionários, mutirões e oficinas. Em suma, esta dissertação versa sobre novos entendimentos e perspectivas da paisagem na metrópole através do prisma da *paisagem dos lugares*, as quais convidam a uma postura visual-estético-sensorial sobre o espaço da esfera pública de todos os dias.

Palavras-chave: Paisagem. Lugar. Participação. Periferia. Metrópole.

1. ABERTURA

1.1 Uma postura, um barreiral

Mesmo o homem mais racional precisa, de tempo em tempo, novamente de natureza, isto é, de sua ilógica relação fundamental com todas as coisas. (NIETZSCHE, 2000, p. 38)

... e aí a gente pensa tanta coisa que perde o entusiasmo e olha tanta coisa e parece que não vê. Ou a raiva contra a aquiescência, ou o método contra a inventividade, a surreal dicotomia entre teoria e prática, a racionalidade contra o amor, o quântico contra o concreto, ou crítico ou humanista, a essência contra a aparência, a finitude dos termos para os quais os conceitos transbordam, a exasperação postulante do que se diz correto contra o inexoravelmente incerto, as leis de direito ou o dever direito, o espaço contra a paisagem. O pensamento moderno e a perpetração da dualidade traz o empate a reboque. Quais os entrelaçamentos benfazejos entre os diversos braços do conhecimento – a Psicologia Social, a Sociologia da Cultura, a Hermenêutica, o Imaginário e o Mitológico, o Espiritual e a Arte – para que acertemos a verdade? O salto do pensamento dialético está na superação da contradição, na medida em que tem no seu germe o potencial de deslocamento. A fenomenologia desvela a janela da percepção e do sensível, aceita a experiência de um mundo almadado. A pesquisa acadêmica, segundo a lógica formal, prefere seguir sendas há muito trilhadas. Compreensível, já que o aspecto gregário dos homens implica o compartilhamento do cognoscível a partir do cognoscente. Mas há que praticar a escuta, abrir os poros para o ilógico, o subjetivo e a livre experimentação. Não há esgotamento nessa busca, nela não há paragem. Há uma sobreposição de camadas, ora solidificadas, ora metamorfósicas, incrustadas no espaço e no tempo, são parte e todo, individual e coletivo. Quais se volatilizam na eternidade e quais erigem o presente? A neutralidade previne o sujeito de agitações, coloca-o em ponto superior – em cima de um muro – de onde assiste e se abstém: apatia, apolítica. Comprometer-se com a vida é assumir a condição humana, sua espontaneidade, possibilidade da perda e do ganho, também de seus limites de percurso. O pensamento autônomo é uma ponta de liberdade que se precipita para o mundo, estende-se para além de si e que, ao organizar vacilantemente seus sentidos e valores num

conjunto coeso, se engalfinha com a realidade mundana: o coito, o boicote, as arestas, as portas fechadas. O êxito da maturidade profissional parece estar na adequação das forças internas com as externas, mas a primeira no jugo da segunda: ganha-se a plenitude da aceitação entre os homens de bem, no trabalho e na família, com os amigos e nas instituições, junto ao Estado e à religião. Quanto se perde da genialidade dos infantes quando o estranhamento do mundo é substituído por sua aceitação? Parece até que a educação formal, do núcleo familiar às instituições de ensino, continua a acreditar numa proposta informacional da realidade, na fragmentação do mundo social, nas redes e sistemas e leis com as quais é mais seguro viver, para as quais as ciências positivas modernas se valem para perpetuar os construtos já alcançados. Os caminhos trilhados nos mantêm junto da civilização, de mãos dadas às formas e conteúdos assinalados na história. Quanto tempo e quantos homens foram orquestrados pelos reforços positivos e negativos que moldam a mente para o sucesso: ou o embotamento da consciência ou o congelamento da emancipação. O papel da ciência não pode ser o da expansão do conhecimento fetichizado e fechado, mas o da formação da consciência, da transformação do *status quo*. Bebamos dos filósofos tanto quanto for a sede. Suas fontes, na maioria das vezes, são substruções clássicas, estudos minuciosos e metodologias precisas. Também são elucubrações e abstrações para além da lógica comum, assim como a poesia. O espírito, o pesquisador, reconhece-se, vê além do invólucro. Suas vontades genéricas¹ aglutinam-se aos conteúdos pesquisados, promovendo a sensação de pertencer a um conjunto comprometido com o todo, ou a “consciência de nós”. Com essa postura, vale a pena, no tempo de uma vida humana, alinhar-se ao insuflor de uma revolução que imploda a lógica da supremacia individualitária? Se sim, estamos dentro! Mas não nos parece que a produção do conhecimento atual, tão somente cooptada pelas exigências de mercado e pelo “ensimesmismo” científico, transpassará, mesmo que parcamente, a concretude da angústia na Terra. Para nós, miuçaldas pensantes e sensíveis de um todo massificado, flutua a possibilidade da incorporação do humano-genérico em nossa pesquisa. O núcleo das pulsões de caráter, em menor grau o da inteligência racional e seus poderes de persuasão, possui, para nós, um vínculo radical na pesquisa. O enobrecimento da pequenina razão, que se quer transformadora do mundo e que tem no escrito e no pensado finalidades em si, é uma ilusão. Se é na sístole e na diástole, de uma pesquisa em andamento, que emanamos, como importância no outro, toda a energia para um trabalhar recíproco, celebramos a vida e a morte do que se nos apresenta, contanto sejam sopro de liberdade.

1 Termo cunhado por Agnes Heller em “O cotidiano e a História” (1970), com o qual demonstra que as necessidades humanas podem vir a partir do “eu”, numa dinâmica da *particularidade individual* humana e do *genérico* que está contido em todo o homem “por ser um produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (...) cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 1970, p. 36)

1.2 Do mundo ao lugar, do pensar ao agir

Das observações mais superficiais ao estado irrequieto do pensamento, tornou-se comum proferir: na periferia² da metrópole há enorme escassez de arborização e áreas verdes, falta de equipamentos públicos destinados à educação, ao lazer e à recreação, falta de fiscalização e controle sobre o uso da terra e recursos naturais, falta de investimento nas áreas da cultura e da arte, que há violência e depredação nos espaços públicos e privados, e que a paisagem... ela existe? Se tais afirmações advêm do senso comum, da Academia ou de um discurso demagógico, não assinalaremos certamente nesse momento. De toda forma, foi a partir delas que ponderamos: se a paisagem participa, mesmo que timidamente, do arcabouço projetual urbano da metrópole formal, qual configuração física e objetiva teria ela para os bairros da periferia? Por outro aspecto – ou pelo limbo das complexidades humanas – de que forma essa paisagem será construída por meio de uma invenção imaginária germinada ao longo do desenvolvimento social, sem que represente apenas um depósito de cultura para pessoas “cultas”? Ao fim e ao cabo, qual é o lugar da paisagem nos lugares de dureza, de entulho e incertezas?

Temendo uma posição determinista e higienista, quisemos enfrentar tais questionamentos com cautela e, primeiramente, com certo distanciamento. A paisagem, enquanto termo remetente a uma experiência ou a um dado, não é mais que uma ínfima parte de um todo incomensurável por um indivíduo. Aliás, a importância desse termo para os lugares da periferia é facilmente questionável, visto que há outras experiências e outros dados mais comumente discutidos, tanto pela gente como pelo Estado. Dessa forma, nosso distanciamento se deu mediante a tentativa de abarcar outros termos frequentemente relacionados ao estudo da metrópole. Nesse caso, além da paisagem, temos o espaço, o lugar, a natureza, a cultura, a sociedade, o mundo. Evitemos que a paisagem se torne precipitadamente a protagonista de uma história coletiva.

Algumas considerações teórico-conceituais acerca de aspectos variados do mundo poderão alimentar a reflexão sobre sua parte, isto é, os lugares da periferia da metrópole e suas possíveis paisagens. A propósito, foi ao longo da pesquisa que a necessidade de trabalhar com o termo *paisagem dos lugares* fez-se evidente e a ele nos debruçaremos mais adiante. No fundo, as reflexões abrangentes e abstratas, ou a teoria e a filosofia em movimento, significaram, portanto, um caminho de conduta do todo à parte, do mundo ao lugar, literal e metaforicamente.

² Seria possível aqui distinguir alguns termos que se referem a essas zonas da cidade: periferia, subúrbio e franja, por exemplo. Por ora, *periferia* significa “a região mais afastada do centro urbano, em geral carente em infra-estrutura e serviços urbanos, que abriga os setores de baixa renda da população.”(AURELIO, 2010)

Por exemplo, a construção do espaço urbano na escala global e local implica, para nós, a importância do lugar no contexto de uma urbanização globalizante e perversa, a qual, ao mesmo tempo, incide sobre as qualidades vivificantes desse. O cotidiano urbano vira foco de análise, pois é um processo transformador e enraizador; diz respeito às formas de vida do lugar no/do mundo³, traduz uma relação do vivente com o vivido. Nesse caso, as formas de vida acontecem num espaço, num tempo, participam de uma mundialização específica. A Teoria Crítica da Sociedade – também os estudos culturais da pós-modernidade e seu aporte teórico-epistemológico sobre a civilização – aponta para transformações sociais que incidem diretamente sobre os lugares da metrópole e a construção ou reinvenção destes. A Indústria Cultural⁴, enquanto tendência massificante de um sistema de valores, impinge e doutrina noções do belo, do ético e do coletivo. De que forma as subjetividades bombardeadas por esse sistema de certezas-necessidades se tornam anestesiadas ao nascedouro de uma organização social emancipada, cujo olhar vê o mundo além de seus atributos meramente objetivos? Da aparência à essência? Tendo em vista o caráter cultural da paisagem, bem como seu percurso geográfico, vimos a necessidade de entrelaçá-la não só à problemática urbana – o detrimento do espaço público e suas variadas formas de fruição, por exemplo – mas também aos complexos processos culturais e psicossociais que a esculpem ou a ela se subordinam. Qual seria o cabedal cultural atual com o qual os moradores de um bairro da periferia da metrópole inventam ou impedem o aparecimento de uma paisagem nos/dos lugares do cotidiano? Ou ainda, qual a noção que têm de paisagem e de lugar e como aproximá-las para um projeto de transformação urbana e social local? Quais aspectos físicos e sociais merecem preservação e quais precisam de transformação para que a *paisagem dos lugares* seja possível?

Ao mesmo tempo, agarramos a oportunidade de pesquisar uma parte do mundo de maneira engajada e participativa, buscando, mesmo que em pequena escala, alguma transformação para o bem. Logo, nosso objeto de estudo – a *paisagem dos lugares* – foi pesquisado dentro de um campo empírico específico, como um estudo de caso, pois assim a ação coletiva e participativa seria exequível. Atuar sobre a parte, considerando o todo, ou atuar sobre os lugares considerando a paisagem significou um experimento, uma tentativa de atacar uma problemática a partir de um viés teórico-prático-particular-coletivo-científico-popular-estético-pedagógico, objetivando, ao fim e ao cabo, a expansão dos sentidos e a emancipação da consciência dos envolvidos. Os métodos empíricos experimentais –

Figura 1- Diagrama representativo do movimento mundo-bairro.
(autor, 2013)

3 Referência ao livro da geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, “O Lugar no/do Mundo” (2007), que propõe reflexões importantes a respeito do lugar e do mundo.

4 Theodore W. Adorno, em “Sociologia” (2005), descreve e problematiza as causas e efeitos da chamada Indústria Cultural, englobando aspectos sociais e culturais, objetivos e subjetivos. Tocaremos nesse tema mais adiante.

entrevistas, questionários, mapeamentos e desenhos da forma urbana pela observação participante, mutirões e oficinas – funcionaram não somente como instrumentos de captação de informação acerca do objeto de estudo e seu substrato físico e humano, mas também acenderam novos entendimentos do objeto, novos questionamentos e, principalmente, uma luz sensível ao mundo e ao lugar de todos os dias.

O movimento do pensar ao agir teve como premissa a experimentação de conceitos e métodos que pudessem compreender o tão resvalado objeto de estudo e, ainda mais, norteassem um caminho de conduta para a sua transformação, podendo esta ser impetrada tanto por especialistas – arquitetos, geógrafos, urbanistas – como pela gente que habita e frui sensorial, visual e esteticamente os lugares de seu cotidiano.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Primordial

- Aprofundar o estudo da paisagem na periferia da metrópole – *paisagem dos lugares* – articulando teoria e prática, proposição e transformação, dentro de um campo empírico delimitado: o bairro do Jd. Celeste e entorno. No fundo, esta pesquisa busca estreitar a relação do pesquisador com a sociedade, valendo-se de entrelaçamentos interdisciplinares e evitando concepções acadêmicas e profissionais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Circunscrever o conceito e a importância da paisagem junto à população do Jd. Celeste e entorno por meio de métodos empíricos que visam tanto o aprendizado dos participantes como a proposição de transformações na realidade.

- Experimentar e descobrir um conjunto de atividades participativas e pedagógicas que possam ser implementadas dentro de instituições públicas de ensino e cujo objetivo principal seja afinar o relacionamento dos alunos-participantes com seus lugares cotidianos e qualificá-los imaginativamente através do desenho e observação da paisagem.

- Contribuir com o estudo acadêmico e profissional da paisagem a partir de métodos e atividades inovadoras, criativas, participativas e cujos resultados possuam potencial propositivo para sua qualificação.
- Estudar a validade e pertinência do termo composto *paisagem dos lugares* para uma pesquisa comprometida com a transformação e preservação do estado atual da vida e do ambiente urbano na periferia da metrópole.

2. UM ABOCANHADO DE CONSIDERAÇÕES

2.1 Natureza e Sociedade

A palavra *natureza* deriva do latim *natura*, de uma raiz do participípio passado de *nasci* – nascer; cultura vem do latim *colere*, com muitos significados, dentre eles o de habitar, cultivar. Dessa forma, em suas origens, *natureza* evoca *nascimento e cultura, transformação*. Seriam incompatíveis? A natureza, como constituinte do espaço, também foi objeto de estudo de um grande número de pesquisadores e filósofos ao longo do desenvolvimento das civilizações humanas, chegando às ideias de natureza através do prisma cultural. Evidência desse processo está na ideia de natureza na contemporaneidade, ela é alvo de muito fetiche e simbolismo: e a paisagem, não? A natureza ficou esvaziada de conteúdo, ou melhor, apinhada de falsas substâncias que a valoram conforme ditames mercadológicos ou como entidade sagrada, intocada e dependente. Existe, portanto, um tipo de produção cultural acerca da ideia de natureza que se evidencia por inúmeras contradições no espaço urbano e, por essa razão, vemos a importância desse debate. Para tanto, cabe perguntar: a que natureza nos referimos quando falamos da relação indissociável entre natureza e sociedade? De que forma a natureza virou sinônimo de paisagem e vice-versa? A quais construtos sócio-culturais devemos ficar atentos para que a noção de paisagem signifique, primordialmente, o sensível encontro consigo na abertura da experiência com o mundo?

Na Suméria, aproximadamente 2500 a. C, na famosa *Epopeia* de Gilgamesh⁵, em escrita cuneiforme, encontramos uma rica literatura sobre a relação natureza e sociedade, que também poderia ser colocada como o conflito entre natureza e cultura. Repleto de alegorias e epifanias, o texto representa a busca do ser humano pelo significado da vida e apreensão do conhecimento. Na luta que acontece entre o civilizado e o selvagem, vence o primeiro que, entretanto, ao domá-lo, apercebe-se do profundo amor presente entre os dois; muitas interpretações do poema épico dão conta que Gilgamesh teria em Enkidu seu *alterego*, o qual domina, mas não destrói, e, uma vez domesticado, mantém-no junto de si, amando-o profundamente. Simbolizando a transgressão às coisas da natureza, vemos os sentimentos de ambivalência, melancolia e arrependimento crescer no coração dos transgressores (LIMA, 1997). Também identificamos ao longo da estória a transformação da valoração da natureza, onde a monta-

5 O uso dessa Epopeia como forma de trazer à tona a discussão natureza-cultura foi feita primeiramente pela Prof. Dra. Catharina Lima em sua tese de doutorado “A Natureza na Cidade a Natureza da Cidade” (1997).

nha, anteriormente vista como inferior, é alternada com a identificação do lugar como morada dos deuses⁶. Gilgamesh, ao descrever a cidade, cita sobre a cidade-estado com sua configuração tripartida (Cidade-campo-jardim). Aparentemente, há um equilíbrio espacial entre natureza e cidade. Mas há um outro olhar que pode entender que jardim e campo são conceitos de natureza organizada para a conveniência humana: a cidade (repositório de significados da civilização e, frequentemente, de anti-natureza), o campo (visão utilitária de natureza e que, no caso da Mesopotâmia, era fruto de imenso labor), e o jardim (experiência mediadora entre o ser humano e a natureza) (LIMA, 1997). Assim, nesse momento da história da civilização humana, notamos uma visão de mundo na qual a natureza selvagem se encontra convenientemente guardada para fora das muralhas da cidade; visão tão distinta da atual?

Não podemos anular a importância da história das grandes transformações, que ocorreram na interação entre sociedade e natureza, para que chegássemos à atual produção do espaço urbano e sua interação com o meio natural. A obra de Robert Lenoble, “História da Ideia de Natureza” (1990), é exemplo de um extenso trabalho que analisa as diversas formas que a ideia de natureza assumiu sucessivamente ao longo da história e das várias correntes de pensamento que a caracterizaram, no âmbito da cultura ocidental. Seria profícuo utilizá-la e cruzar tais ideias com as da paisagem. Contudo, feito algumas ressalvas, a Epopeia de Gilgamesh pode ser um ponto de partida de entendimento da cisão natureza-cultura, impulsionando-nos para uma análise crítica e sócio-histórica da produção do conhecimento (cultura) como modificador da natureza na sua esfera física e conceitual, lembrando ainda de seus atributos culturais e ideológicos e das aproximações possíveis com a ideia de paisagem trazida por moradores da periferia da metrópole.

Nesse sentido, a concepção de natureza, desde as civilizações milenares, embute necessariamente um certo grau de cultura, assim como a concepção de paisagem. Existe alguma natureza que se encontra fora do círculo das ações humanas, sejam elas políticas ou econômicas, artísticas ou filosóficas? Isso não significa dizer que a natureza não possa existir na ausência da sociedade; segundo uma concepção científica e contemporânea, ela é, individualmente, uma força espontânea de cuidado e de animar, determina as qualidades e propriedades dos seres vivos, é uma organização universal, ou seja, possui leis naturais inalteráveis; ela é ordenamento, estabelece relações de causa e efeito, sem a intervenção da ação humana. Há sentido em mantê-la somente nessa esfera de

6 Essa passagem explicará sobremaneira o nascimento da concepção de paisagem no ocidente, já que toma grandes elementos naturais, como as colinas, o deserto, o mar, a floresta, e os transforma em símbolos ou signos culturais, os quais, por sua vez, comporão o quadro da paisagem. (CAUQUELIN, 2007)

entendimento compreendendo-a no intuito da relação neutra?

As ações humanas possuem intencionalidade; são tomadas de decisão que não fazem parte necessariamente do conjunto de leis inalteráveis. Essas são ações teleológicas que evidenciam primeiramente a distinção entre natureza e cultura (LEITE, 2004). Assim, a sociedade percebe a natureza como um conjunto de condições de vida, o qual se pode explorar, contemplar. É objeto constante do conhecimento, até na sua transformação em mercadoria. Temos assim a natureza como um objeto cultural, construído socialmente, visto que sua transformação está imbricada intrinsecamente na formação e educação da sociedade. Ela é cultural, pois o próprio conjunto de técnicas e ações empregado na natureza, transmitido por gerações e que define grosso modo a cultura, participa da transformação da ideia de natureza que desenvolvemos ao longo do tempo.

A cultura é do universo da escolha, da seleção, da opção. Não caracteriza o comportamento humano como uma articulação automática entre necessidade e resposta (como nos animais), já que estará sempre presente uma mediação simbólica. É essa mediação que pode ser considerada como a instância da cultura. Dessa forma, a relação do homem com o mundo externo é intencional mas também subjetiva. Há juízo de valor na relação, hierarquizam-se as ações e os objetos e conseqüentemente a ideia que se tem deles (MENESES, 2003). A cultura, desse modo, heterogeneiza as relações, e a ideia de natureza se modifica conforme a sucessão da produção cultural no tempo e no espaço. Dessa sucessão acontece o refinamento da própria natureza humana, nas constantes intervenções voluntárias e deliberadas sobre a natureza num amálgama de instâncias morais, éticas e políticas que se alteram na história.

Dado o caráter da relação natureza-sociedade, a problemática ambiental atual, discutida e pensada por diversos profissionais e por variados ângulos, coloca-se como parte integrante desta relação. Estaria tal problemática relacionada à transformação da natureza em si ou ao caráter e forma de tal transformação? Se a segunda alternativa for a mais plausível, então os homens são capazes, em tese, de regular tais transformações por meio da política. A partir daí também se dá o juízo de valor sobre onde e como as transformações acontecerão. Já que a cultura, componente intrínseco à sociedade, situa-se no reino da finalidade, da liberdade e da escolha, cada civilização produzirá políticas de atuação no espaço e na natureza à sua maneira (MENESES, 1996). Contudo, a cultura emerge

com o trabalho, na produção das coisas, explicando como o modo de produção capitalista dissolveu a natureza em um conjunto de insumos para a produção, mercadorias, atribuindo-lhes valor simbólico e ideológico. Como mero exemplo ilustrativo, tomando os panfletos sobre os lançamentos imobiliários na capital, distribuídos nos semáforos, é impactante verificar a quantidade de referências e alusões à paisagem, ao verde, ao parque, ao jardim, enfim, à natureza como ideia maior, e a relação que estabelecem com a qualidade de vida, com o sonho (ver figras 2 e 3).

Não tão longe dessa questão, Milton Santos (2006) fala de uma natureza artificial ou tecnificada. O denominado período atual “Técnico Científico Informacional” não nos permite pensar a natureza como primariamente natural, ou melhor, como decorrente de processos que advém exclusivamente de sua auto-organização. Excluir a natureza de qualquer debate histórico, social e mesmo cultural é alienar-nos de seus conteúdos mais importantes, isto é, como constituinte do espaço, integrado ao ambiente, cuja existência pressupõe o homem. Um exemplo desse entendimento de natureza está numa frase de Milton Santos: “os recursos naturais, se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais” (1996, p. 35)

Fica claro, portanto, que o conceito de natureza está carregado de significados, símbolos e signos. A produção cultural implica modificações no espaço, na natureza. A técnica é cultura e, dada sua posição privilegiada atualmente, imprime sua lógica no espaço urbano de forma incisiva. A mesma técnica também traduz o caráter da relação sociedade-natureza, mistificando ainda mais a necessidade da existência da natureza intocada, selvagem, salvaguardada hermeticamente dentro e/ou fora da cidade. A tão apregoada problemática ambiental vem a galope e, por essa razão, pensar a natureza também como depósito de cultura pode ajudar-nos com um entendimento crítico do espaço urbano, que é produzido nessa relação sociedade-natureza por meio da técnica, da norma, da política e do cotidiano. Por essa razão, o ambiente, que envolve homem e natureza, também se insere na problemática; ele é multissensorial, engloba audição, olfato, temperatura, paladar, etc. O refinamento do pensamento humano vai ao encontro de uma sensibilidade mais aguçada para com o mundo externo, entendendo-o nas suas especificidades, forças e delicadezas. O espaço urbano compreende o ambiente e pode ser pensado na sua totalidade, abarcando suas funções sociais, econômicas e ambientais. O desequilíbrio ambiental não está necessariamente relacionado à carência dos objetos, mas ao desequilíbrio das relações de desenvolvimento. Nesse sentido, pensar

Figuras 2 e 3: Exemplo de imagens encontradas em panfletos de venda imobiliária, distribuídos nos semáforos, as quais demonstram forte alusão à necessidade da natureza e do jardim, bem como da paisagem, para a qualidade de vida na metrópole.

o ambiente urbano é pensar na qualidade da relação homem-natureza na cidade, é compreender o tempo-espaço e visualizar possibilidades de relação com o meio natural que atendam aos processos sociais dignos e necessários à emancipação da sociedade, considerando, porém, a beleza e existência dos seres vivos que nos circundam, sejam conscientes ou não dos processos de transformação no mundo. Assim, o ambiente terá para nós esse entendimento, que se aproxima mais de valores de conduta do que de uma discussão conceitual.

Contudo, nesse sucessivo de tempos, da artificialização da natureza à naturalização do espaço, de que maneira a paisagem foi pensada e construída como o equivalente da natureza, numa prática tecnicista, pictórica? A natureza só poderia ser percebida através de seu quadro; a perspectiva, apesar de artificial, era um dado de natureza. Também há uma crença comum na naturalidade da paisagem, ela é um dado natural. O mundo contemporâneo quebrou barreiras e isso não aconteceu de maneira diferente com a paisagem; sua esfera se ampliou. Visto que o meio ambiente está destruído, desolado, a paisagem identifica-se com ele

Ecologia, saúde e ar puro rimam com natureza verde e animais protegidos. O paisagista torna-se um administrador de espaços públicos, assim como o planejador urbano (CAUQUELIN, 2007). Nesse caso, a noção atual de natureza, ou melhor, a ecologia desempenha o papel de guarda-natureza e, portanto, de guarda-paisagem. O jardim possui tal característica, funciona como um modelo instituído, admitido e forjado nas camadas simbólicas de um sonho muito antigo. O que seriam eles se não exemplos de espaços de deleite específicos, fechados e laboriosamente trabalhados? A “paisagem natural” se constrói! É o ato de transformar em obra a tentativa ética de devolver à terra seu estado primeiro – natureza? – subtraindo as devastações humanas. A técnica e as modalidades tecnológicas são utilizadas às pressas para alcançar essa proeza da natureza natural, sem devastações. Mas, assim, a realidade não estaria contaminada pelo simulacro, o real pelo virtual? Qual seria, portanto, a diferença de tratar da natureza, do jardim ou da paisagem – ideia e projeto – dentro de um pedaço de sociedade conflituoso e relegado?

Não foi nossa intenção engessar as concepções dos termos. Ao contrário, ao longo do pesquisar, novas possibilidades para os termos poderão ser encontradas, propulsando mudanças no real e no imaginário, dentro do contexto em que foram estudadas.

2.2 Metrópole e periferia

2.2.1 Desdobramentos do nosso tempo, do nosso espaço

O espaço é, por excelência, objeto de estudo dos geógrafos e vem recebendo múltiplas considerações. Seria ele palco do teatro da ação humana, como se fosse um dado a priori, quase neutro ou é um produto da interação homem-natureza sem a qual ele não se conceberia? É um espaço absoluto, receptáculo e demarcável concretamente ou é uma representação relacional entre objetos que se modifica conforme as circunstâncias? Importa-nos tratar do espaço mediante uma leitura crítica das percepções e transformações humanas sobre ele, no transcorrer do tempo, compreendendo sua incidência dialética sobre e pela sociedade. É possível que tal postura nos ajude a lidar com questões futuras acerca da paisagem e sua relação com o espaço e lugares urbanos. Dessa forma, algumas proposições espaciais nos parecem pertinentes e para tanto buscamos fontes seguras.

Dentre muitos geógrafos brasileiros, Milton Santos destaca-se pois expôs, de forma abrangente e detalhada, importantes considerações inerentes ao espaço geográfico, tendo a realidade brasileira e latino-americana como baliza. Em “A Natureza do Espaço: Espaço e Tempo, Razão e Emoção” (2006), Santos aborda a importância dos elementos na configuração espacial, sobretudo a relação com o tempo e o desenvolvimento e aplicação da técnica, ambos importantes atores no ato de compreensão do espaço. Para ele, o espaço constitui “um sistema de objetos e um sistema de ações” que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. *O espaço* geográfico contém diferentes categorias “as quais se atribui dimensão filosófica”, ou seja, “produzem significado basicamente não de uso coletivo, mas do sentido que adquirem em sistemas de pensamento determinados” (GENRO FILHO, 1986, *apud* SANTOS, 2006). Essas categorias seriam a *natureza*, a *sociedade* e o *tempo* e é justamente a última que baliza e orienta a análise de Milton Santos. A chave de uma nova concepção do espaço miltoniana está no enfoque da estreita relação do tempo e do espaço, pois, embora sejam conceitos de naturezas diferentes, estão sempre interagindo e se completando, rompendo com a visão de estabilidade, que passa a conceber o tempo como espiral. Dessa forma, o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como

determinação ou como possibilidade. Essa projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Nesse contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente. Assim, essa nova concepção de tempo-espaço é indissociável, nos permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Dessa maneira, “num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares” (SANTOS, 2006).

O Jardim Celeste, como bairro, como parte, também é espaço e tempo e seus processos de construção e destruição, uns mais outros menos, inserem-se nesta rede mundial. Ao observarmos as dinâmicas socioespaciais do nosso objeto de estudo, fazemos o exercício de relacioná-lo, tanto quanto possível, ao todo e às outras partes correlatas. Neste sentido, o conceito de espaço trazido pelo geógrafo marxista David Harvey não quebra mas oxigena e liberta as categorias do espaço; irisam-se e não se resvalam.

Em seu livro “Justiça Social e a Cidade” (2009), Harvey aceita o espaço como sendo ao mesmo tempo absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos), já que “os objetos existem somente na medida em que contêm e que representam dentro deles mesmos as relações com outros objetos” (HARVEY, 2009, p. 13). Não obstante, Harvey se desprende mais uma vez de algumas amarras e permite o espaço tornar-se o que quer que seja, conquanto estejamos dentro do processo da análise e não antes. Logo, o espaço pode ser absoluto, relativo ou relacional, podendo tornar-se um ou todos simultaneamente, dependendo das circunstâncias que se apresentam.

O problema da correta conceitualização de espaço é resolvido a partir da prática humana em respeito a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para perguntas filosóficas que se levantam sobre a natureza do espaço – a resposta jaz na prática humana. A pergunta “o que é o espaço?” é portanto substituída por “como é que diferentes práticas humanas criam e fazem uso de conceitualizações distintas do espaço?” (HARVEY, 2009, p. 14).

Neste sentido, assim como em Milton Santos, o espaço geográfico é o espaço do homem, da prática e vivência humanas, na sua materialidade, abstração, emoção e antinomias. Essa abertura só é possível a partir do momento que aceitamos que as formas espaciais não são somente objetos inanimados dentro dos quais os processos sociais desenrolam-se, mas sim coisas que contêm processos sociais da mesma forma que estes se evidenciam e se manifestam espacialmente. Dentro da parte, dentro do bairro, quais são os processos sociais que mais se manifestam espacialmente? Quais as circunstâncias mais prementes que lhes conferem a (re)produção de um espaço absoluto, relativo e/ou relacional e de que formam impingem sobre a *paisagem dos lugares*?

Não menos importante para a constituição do espaço contemporâneo é o significado da técnica na produção deste e das acepções de território. Nessa perspectiva, a técnica é cheia de intencionalidade, provoca um efeito importante no espaço uma vez que as ações humanas convergem para a significação maior do objeto. Ela se mostra como importante agente na construção do espaço contemporâneo, pois engloba a relação do homem com a natureza; são também relações instrumentalizadas e por isso a técnica não deve ser relegada a segundo plano, mas entendida como participante ativa da produção e re-produção espacial. À medida que o homem se relaciona com técnicas mais avançadas, as transformações dão-se de forma mais rápida. É a aplicação da técnica, que se faz de modo heterogêneo e extremamente desigual no espaço terráqueo, impondo e aplicando diferentes formas, tanto no espaço como no tempo, que produz espaços diferenciados, porém não independentes entre si.

O espaço tecnificado produz, em sua maioria, formas urbanas especificamente homogêneas, já que se distancia de uma produção espacial caracterizada pela vivência, pelas idiosincrasias das ações variadas dos indivíduos com objetos variados. Ou seja, os lugares do cotidiano estão prenhes de simbolismos e significados específicos, dependendo da razão incidente, seja ela de dominação (razão global) ou a razão comunicativa e in-

ter-subjetiva (razão local)⁷. É de se esperar que, com a priorização e hierarquização das ações tecnificadas, haja consequentemente uma decisão implícita de uma produção da paisagem, especificamente forjada por uma minoria dirigente, que se dá por objetos inflexíveis e, na vasta maioria, esvaziados de sentido sensível aos lugares que os acolhem, sejam estes ruas, avenidas, pontes, indústrias, escolas, conjuntos habitacionais, linhas de energia e até calçadas. Essas estruturas são indiferentes à vida humana e ao ambiente, isto é, constituem um conjunto de sistemas que constroem a metrópole mas destroem o habitat. Ao mesmo tempo, os espaços de convivência no cotidiano urbano continuam existindo em meio a tais estruturas, transformando os espaços e as paisagens continuamente, demonstrando, quase inconscientemente, as contradições do planejamento urbano estratégico atual. As racionalidades, tanto de dominação quando da copresença e do auxílio mútuo, coalescem-se na metrópole tanto quanto nos lugares. As práticas humanas e os objetos do/no espaço participam e transformam-se dentro destas racionalidades, radicam-se nelas e por elas. Verificamos, metaforicamente, um conjunto de dobras, historicamente erigidas na metrópole, as quais denotam razões dominantes passíveis de “desdobras”, de razões de emancipação. Deste enfoque, uma visão crítica do espaço urbano espoca a concreção, cujo exemplo vivo está na metrópole de São Paulo, que se quer moderna e opulenta, mas evidencia contradições de uma produção espacial desajustada do indivíduo e de suas dimensões corpóreas e emocionais. O lado obscuro desta lógica e desta razão também se manifesta na paisagem. O tamanho, as cores, os cheiros, as funções, os objetos e os sujeitos que vivem dos/nos espaços demonstram um descompasso estridente entre um ideal civilizatório e as consequências de um modelo arcaico e limitante. Essa aparelhagem urbana transforma as relações socioespaciais, está dado, vêmo-la todos os dias! Resta-nos adentrar nessa problemática por meio de um olhar que estranhe mas observe ativamente os processos, os sujeitos e os objetos metropolitanos, buscando apreender um fundo representativo com o qual o estudo da *paisagem dos lugares* na periferia ganhe relevância.

7 Dentro da tentativa de depreender a relação mundo-lugar, todo-parte, o estado atual da sociedade e seus aspectos técnicos, econômicos, globais, locais, hegemônicos e solidários, transfundem-se no estado atual das práticas humanas e consecutivamente no espaço, sub-espacos, lugares e paisagens. A discussão da razão dominante e da razão comunicativa, sendo a última obtida em Habermas (2001) e aqui consultada na tese de Eugenio F. Queiroga, “A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa” (2001), será melhor colocada quando da explanação das teorias e métodos desta pesquisa.

2.2.2 Mais lugar, por obséquio!

A partir do espaço podemos discutir o *lugar*, que inexoravelmente nos remete ao conceito de *região*, um tanto mais antigo. Paul Vidal de La Blache (*apud* LENCIONI, 1999) destaca o papel fundamental da fisionomia da vegetação como traço mais expressivo de uma região, a ponto de marear nossa memória. Segunda esta premissa, delimitar uma região seria delimitar paisagens? A partir deste estudo fisionômico do território, La Blache busca a singularidade das regiões, identificando-as plasticamente. A crítica a esta postura baseia-se na quase ausência da sociedade e dos conflitos socioeconômicos na construção de regiões, ou melhor, na regionalização do território ocupado.

A história humana desenvolveu-se de tal forma que hoje as regiões são configuradas de acordo com uma dada racionalidade humana. Contudo, no que concerne à história do pensamento geográfico e à evolução do conceito de *lugar*, advindo dos estudos regionais, temos o desenvolvimento da modernidade que acabou diluindo e enfraquecendo identidades locais. Com isso, um discurso regional, que promovesse certa unidade da nação, tomou exacerbação política e acadêmica e a paisagem participava dessa retórica:

A recuperação da relação das pessoas com o lugar passava pela valorização da memória social e da identidade regional, que se vinculava a uma forma de consciente territorial. A literatura nacional francesa se voltou para a diversidade das paisagens, descrevendo lugares, falando do tipo físico dos habitantes, dos seus sentimentos, dos seus costumes e da forma das cidades. Nesses textos, a região foi vista e mostrada como sujeito, daí surgindo a concepção de região como personagem. (LENCIONI, 1999, p. 101)

Posteriormente, seguindo pela Geografia Humanística, nasceu o conceito de sentimento de *pertença* (ou *pertencimento*) com a consciência da tradição e de ideais comuns, hoje assumido pelos ingleses como *belonging* e pelos franceses como *appartenance*, com todo o seu aporte ideológico acoplado. Portanto, o conceito de identidade e de personalidade do espaço originou-se nos estudos regionais, na tentativa de apreender a parte de um todo,

dando-lhe certo grau de homogeneidade. As paisagens, os costumes e os habitantes receberam maior importância na caracterização de um pedaço do território como elementos constitutivos de sua identidade distinguida. Inspirados na psicologia, alguns geógrafos concebem ainda a região como um espaço vivido. Isto é, a região homogênea deixa de ser *natural* para ser *humana* - como meio real de ação. Tal aproximação aos estudos regionais favoreceu o próprio estudo dos lugares, já que a fragmentação do espaço também se evidenciava.

Para uma corrente mais humanística, isto é, fenomenológica, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana: “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979). Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1990). Entretanto, o lugar também nos convida a um olhar marginal e nos faz perceber um conjunto de ações e forças conflitantes para as quais um posicionamento radical se mostra vital. Reconhecer os avanços na abordagem humanística no estudo geográfico não significa negligenciar os pilares da geografia crítica, do materialismo histórico e dialético, pensamos.

Portanto, também se faz importante entender o lugar tanto como uma expressão do processo de homogeneização do espaço imposta pela dinâmica econômica global quanto uma expressão da singularidade na medida em que cada lugar exerce uma função imposta pela divisão internacional do trabalho.

a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação, expressando sua função social, seus projetos e desejos (CARLOS, 2007, p. 16)

O lugar é portanto o singular (o fragmento) e é também o global (universal). Para Milton Santos, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, *únicos*” (1988, p. 34). Este processo também é resultante direto da “especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, institui-

ções, meio ambiente”, assim como da “dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, da multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas” (...) (SANTOS, 1988, p. 34). Neste sentido, a globalização tenta impor uma única racionalidade ao mundo e, por isso, mais importante do que a consciência do lugar é a consciência de mundo que se tem por meio do lugar. Sob este ponto de vista, o lugar seria também um reflexo desta ambiguidade e, logo, das dualidades *centro/periferia*, *geral/pontual*, *globalização/fragmentação*, atestando para nós sua relevância contemporânea. Qualquer discussão a respeito do lugar, na metrópole, que não leve essas instâncias em consideração ignora tanto suas características físicas quanto sociais, bloqueando um entendimento do real na sua complexidade ao longo do tempo.

Na metrópole de São Paulo, o lugar que damos ênfase é o das calçadas e das ruas esburacas de zonas residenciais afastadas – ou não –, acinzentadas pelo concreto velho e escuro que cede ao intemperismo “Deus dará”; é aquele das casinhas geminadas, cada qual com sua cor desbotada, pintando morfologias criativas em razão do relevo acidentado e dos quarteirões ilógicos – todas elas em estruturas erigidas e desenhadas pelo “Pedro Pedreiro”. Esse lugar é aquele da vivência ou da “semi-vivência” nas rachaduras do espaço urbano lógico; dos cortiços, favelas, “embaixo de pontes”, edifícios ocupados clandestinamente, praças, terrenos baldios; dos acontecimentos criativos e efêmeros, dos skatistas, pichadores e artistas de rua; é aquele da esquina da várzea com o Bar do Zé, da escola com a “boca” da droga, do esgoto com a sala de estar. Em suma, por mais generalizante e ineficaz que tal descrição possa parecer, interessa-nos os lugares urbanos “desencaixados” da produção da cidade, onde, mesmo imerso na lógica da acumulação voraz da riqueza, o convívio tênue e bruto transpassa a razão dominante e dominada.

Isto posto, defendamos o lugar, suas paisagens, suas memórias, suas vicissitudes de uma realidade que assola a metrópole e entorpece as almas. Não se trata de uma posição pessimista e melancólica do real, mas sim de sonhar com o impossível, mesmo que materialmente possível, acordar impetuosamente e por segundos cessar involuntariamente os sistemas orgânicos do corpo ao constatar a presença da *paisagem dos lugares* solidários, abertos, flexíveis, corpóreos, do tempo dos homens. As transformações acontecem no atual, ramificam-se de um

passado e se lançam para um futuro. O germe desse atual pode ser chave para pensarmos na possibilidade da cidade almejada. A concepção de tempo-espaço nos sussurra um entendimento do lugar que não se limita à uma racionalidade presente, soçobrada numa completude esvaziada de porvires. Tanto quanto o espaço, o lugar fragmentado, territorializado na lógica globalitária contém as várias camadas de técnicas empregadas, de todos os níveis e tempos, proclamando tacitamente um hino à realidade cultural crua. Os lugares da convivência, da festa, da produção cultural açulada pelos indivíduos em comunidade de fato existem, tão fragmentados e tão partes do mundo como todos os outros, na lógica e no sistema, no claro e no escuro. Dar-lhe-emos mais lugar, por obséquio.

2.2.3 Mundialização e Urbanização

Tais desdobramentos fazem parte de um movimento ativo sob o olhar do espaço urbano, considerando o homem nas suas múltiplas dimensões, aplicando corajosamente as (des)construções necessárias. Por esta razão, um passo simples, mas genial, no entendimento do espaço na modernidade, está na passagem dos termos *globalização* para a *mundialização*. Ambos são conceitos importantes para o espaço, porém carregam semânticas distintas.

A globalização se constitui como um novo paradigma para entender o mundo moderno; mas os debates em torno da noção de globalização revelam, fundamentalmente, a dimensão econômica do processo; que por isso passa a ser visto como articulação de mercados, reunião de empresas, construção do mercado mundial, etc. A esta noção contraponho aquela de mundialização, que aponta para uma outra direção ao permitir que se reflita sobre a sociedade urbana em constituição, bem como sobre o conteúdo da construção de novos valores, de um modo de vida e de uma outra identidade, agora mediada pela mercadoria (CARLOS, 2007, p. 11)

A Mundialização é o “lado B” do disco? A globalização é, de fato, mais tocada, remete-nos a pensar nas transformações que o mercado global dissipou no planeta e na problemática ulterior da desterritorialização do homem. A mundialização vê a fragmentação do espaço, mas não o vê anulado por completo. Profundas mudanças vêm

ocorrendo nas formas de produção do capital nas acepções do tempo na metrópole. A tecnociência presenteia o homem com seu tempo veloz, cada vez mais, incessantemente, produzindo barulhentas e caladas transformações. O local e o mundial não são oponentes, mas identificam um processo socioeconômico impactante no espaço da metrópole. Nessa linha de pensamento, o sentido de lugar ganha importância.

A globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anular-se as particularidades (CARLOS, 2007, p. 14).

As particularidades do lugar ganham importância por meio da perspectiva da mundialização, que compreende não só os processos mundiais mas seu encontro e/ou ramificações com o vivido cotidianamente. Por esse olhar, há uma especificidade no processo de urbanização no Brasil, no qual as discrepâncias mundial-local e centro-periferia vêm se alargando.

Essa polaridade sócio-espacial centro-periferia, alavancada primeiramente pela urbanização decorrente da produção do capital industrial⁸, continuará no centro da discussão. A urbanização atual, escravizada pela reprodução do capital financeiro numa sociedade hegemonicamente de consumo, continua a produzir espaços integrados à acumulação capitalista – as operações urbanas priorizam tal facilitação – e uma enorme área fora desses investimentos, mas que fazem parte do processo de integração e desintegração dos espaços da metrópole no modo como o capitalismo se realiza na periferia do sistema. A essas áreas nomeamos frivolumente de periferia, cujas especificidades socioespaciais, econômicas e culturais dotam-na, bem ou mal, de identidade identificável. Não obstante, por ser o espaço urbano não somente o lócus dessa nova reprodução do capital mas também seu produto⁹ – também virtual e fetichizado – a metrópole fica incubada num espaço-mercadoria e fragmentada e vendida nessa lógica irritante.

As consequências desse imbróglio mais complexo são, contraditoriamente, facilmente identificadas. A

8 Vale a pena lembrar com Marx, em “O Capital” (1980), as consequências sociais da “mais-valia absoluta”, que é usualmente adotada nos processos de industrialização insipiente. Caracteriza-se pelo prolongamento da jornada de trabalho e/ou da redução dos salários dos assalariados. Anos de mais-valia absoluta refletem, direta e indiretamente, em anos de ocupação urbana desintegrada dos espaços produtivos e mesmo dos espaços de uso para o lazer, o estudo, a saúde, etc.

9 As aplicações financeiras passaram, em grande escala, do setor produtivo industrial para o setor imobiliário e para a construção civil atrelada a esse processo. As intervenções urbanas necessárias para que se crie “novos espaços” nessa acumulação do capital financeiro, a geração de lucros do setor imobiliário e seus investimentos indiretos revelam o espaço urbano como *condição e produto* dessa nova fase do capital (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002)

própria história de urbanização da atual metrópole de São Paulo justifica essa afirmação, em que o crescimento populacional urbano intensificou-se radicalmente a partir da segunda metade do século XX. Como exemplo, em 1940 a população urbana paulistana era de 26,3% do total. Já em 2010, ela era de 99,11%¹⁰. Isso significa dizer, grosso modo, que o crescimento populacional nas metrópoles, aliado às migrações, movimentou velozmente os assentamentos residenciais nas zonas anteriormente desocupadas, atendendo às necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde e água dessa população. Bem ou mal, a população gerou condições de vida nesses espaços. Não obstante, as reformas urbanas, realizadas entre o final do século XIX e início do século XX, incorporaram o urbanismo moderno nas obras de saneamento básico e legalizaram o *boom* imobiliário na égide do mercado capitalista, empurrando para morros e áreas afastadas a população excluída desse processo, cuja face perversa se dá pela segregação territorial (SANTOS, 1993).

É evidente que esses espaços, rapidamente ocupados, não foram seguidos nem de planejamento territorial e urbano nem de uma ocupação comprometida com o bem-estar coletivo e ambiental. O resultante desse processo, na periferia em geral, foi a consolidação de bairros pobremente equipados com serviços públicos, comércio ineficiente e estrutura urbana inacabada, mal planejada e desorganizada, como é o caso das ruas, calçadas, sistema elétrico e hidráulico, sistema de áreas verdes e arborização, coleta de lixo, pontos de entulho, iluminação pública, sistema de esgoto e, finalmente, da paisagem urbana. Atrelada a tal realidade, as ocupações irregulares e ilegais já existentes, assim como as novas, continuam crescendo em número de pessoas e área de extensão, aumentando consequentemente a demanda e melhoria da infraestrutura mencionada.

É sabido que a violência, o crime e o controle são duramente empregados nas comunidades, mas não somente, espalham-se frequentemente pelas bordas. Por consequência, as praças e áreas de lazer, assim como a própria rua, tornam-se lugares do medo e da ausência. Como agravante, a valorização e dependência do automóvel particular, bem como a crescente propagação de atividades, comunicações e entretenimento digital, acabaram distanciando o indivíduo ainda mais dos espaços públicos, inibindo, dessa forma, qualquer possibilidade de contemplação da vida e das pedras.

Portanto, o que nos concerne nesta pesquisa é compreender minimamente os processos mundiais inci-

10 <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> (acessado em 22.05.2012)

dentes nos lugares da periferia, principalmente por seus aspectos socioespaciais, de tal forma que a construção da ideia de paisagem não fuja ou ignore essa realidade.

2.2.4 Processos culturais

Pensar no processo de mundialização na metrópole também implica considerar os usos que se fazem dos espaços urbanos e seus artefatos culturais. Assim, podemos tratar dos “usos culturais” da cultura, termo cunhado pelo geógrafo Ulpiano T. B. de Meneses (1996), e pensá-los como determinantes na caracterização do espaço e da paisagem urbana. O termo “usos da cultura” não implica uma ideia objetiva e reificada de cultura, pois a cultura não é externa ao sujeito, mas onipresente, incorpora-se à vida social.

A Sociedade formulou conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais, que se projetam também num certo tipo específico de “uso”, restritivo e deformador, ainda que apresentado como nobilitante, mas, na realidade, desqualificador de outros usos e funções (MENESSES, 1996, p. 88).

Este enfoque prioriza a ação do homem, entendendo-a também como pensamento, ideia propulsora de outras ideias e ações que implicam os usos e transformações no espaço, considerando nele a natureza, a paisagem e a própria evolução da sociedade.

A cultura está no universo da escolha, do sentido. Ou seja, a problemática da cultura está inserida na produção, no armazenamento, na circulação, no consumo, na reciclagem, na mobilização e descarte de *sentidos* e *significações aos valores*. Dessa maneira, a cultura engloba aspectos materiais e não-materiais e é condição de produção e reprodução da sociedade. Neste sentido, a paisagem, na sua condição material e imaterial, fará parte de um complexo jogo sobreposto da construção e destruição de valores. Como dissemos, o universo da cultura não é espontâneo, não se cria por si só, mas pressupõe a ação social e consecutivamente uma mediação política. Isto porque os diferentes mecanismos de identificação de objetos culturais podem acarretar valores conflituosos,

necessitando, portanto, de uma instância de poder.

O espaço público, nesta discussão, também é, material e imaterialmente, um objeto cultural e sofrerá as deformações necessárias que vierem de sua valoração específica, seguindo a lógica do período “técnico-científico informacional” (SANTOS, 2006). Assim, a discussão da preservação do espaço público também engloba o debate dos valores e usos culturais que se configuram na metrópole. A pergunta permanece: se atingirmos valores homogêneos de preservação do espaço, mesmo assim o caráter coletivo e democrático permanecerá?

Não obstante, o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais. A história demonstra a oscilação de gosto e de critérios de valorização e de consumo – os sistemas estéticos, também perceptivos, são historicamente construídos. Dessa forma, para que os valores e sentidos culturais tenham existência social, eles precisam se manifestar, sensorialmente, e daí a relevância do chamado patrimônio cultural, para ser identificado e entendido. Cuidado, porém, deve ser tomado para não dar valor à coisa, ao objeto somente. A relevância está nas relações da sociedade com as coisas e dos homens entre si, senão se cai na fetichização dos objetos. Esse processo aliena os indivíduos da relação sociedade-natureza, ou simplesmente do homem com o espaço. Por essa razão, as políticas culturais devem dizer respeito à totalidade da experiência social e não apenas à segmentos privilegiados. A fruição do espaço e da paisagem urbana deve ser, portanto, de todos de forma que suas categorias culturais não passem perto da escala do supérfluo, do efêmero, mas daquela da necessidade, quase da necessidade orgânica.

O adjetivo *cultural* poderia ser empregado como sendo “o que responde a uma necessidade conforme um sentido e um valor” (MENESES, 1996). No entanto, tomamos a cultura como um segmento compartimentado, privilegiando, por exemplo, os centros culturais, implicando de cara nos espaços públicos periféricos desprivilegiados e não numa totalidade da vida social. Neste embate, o espaço público também perde relevância, pois seus usos são relegados quase a pó, perdendo referencial cultural e ganhando cenas ilícitas. As políticas culturais poderiam, ao invés de adotar sempre políticas museológicas e institucionais (como o teatro, a música, o cinema, etc.), aplicar uma *dimensão cultural* nas políticas de habitação, de saúde, de transporte, nas políticas econômicas, previdenciárias, etc. Nessa medida, a utilização do espaço e da paisagem ganharia pluralidade e contribuiria para uma produção

cultural crítica e não segmentária. O aprimoramento cultural dos indivíduos se daria nos diferentes momentos da vida, nos diferentes lugares da metrópole, dando ênfase aos espaços públicos e na noção de coletividade. Estaria nossa pesquisa alinhada neste caminho?

Obviamente, a sociedade de massas e a indústria cultural segregam e fragmentam seus raios de ação, formando verdadeiros guetos culturais com seus respectivos consumidores culturais. Por onde viria o fomento desse uso cultural de que estamos falando?

Acredito que a melhor forma de neutralizar esta redutora conceituação de uso cultural e abrir espaço para irrigar todo o tecido vivo da existência é fazer com que a ação cultural passe, precisamente, pelos terrenos mais importantes dessa mesma existência. Dois eixos assim me parecem prioritários: o cotidiano e o trabalho. Políticas culturais, programações culturais, equipamentos culturais, criação cultural e seja mais o que for, que passe à margem desses dois eixos, passará também a margem daquilo que, em nossa vidas, importa mais que tudo qualificar culturalmente. (MENESES, 1996, p. 97)

A partir deste enfoque, o espaço público urbano e suas paisagens ganham destaque, pois compreendem o lugar do cotidiano e, direta ou indiretamente, o do trabalho. Como poderia o espaço público alavancar a ação cultural para uma existência menos redutora? Estaria a qualificação do espaço público, sendo este palco de um cotidiano e de um trabalho que não coisificam a natureza e são responsáveis por usos culturais da cultura menos massificantes, somente no âmbito da política? Seria possível pensar nos usos culturais desejados a partir de projetos pedagógicos e participativos no espaço público, fomentando as transformações e preservações que seus fruidores almejam?

2.2.5 O Público publica-se

Há muito o que proferir sobre os lugares urbanos de uma metrópole como São Paulo ou mesmo de um bairro dentro dela. A falta de espaços públicos aprazíveis, o trânsito, os arranha-céus, a integração/desintegração sócio-espacial, processos de revitalização e degradação do patrimônio histórico e cultural da metrópole, o desleixo estatal para com as questões urbanas na periferia estão intrinsecamente engendrados numa realidade econômica-cultural mais ampla, a qual tentamos mencionar sucintamente.

Por isso, um aspecto importante nesta pesquisa é a esfera pública de lugares do cotidiano na periferia da metrópole e ela não deve ser menosprezada quando tratamos da paisagem. Nela temos a vida cotidiana que “(...) não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. (HELLER, 2008, p. 34). Porém, a modernidade veio assolar o cotidiano urbano de tal forma que o indivíduo começou a exacerbar as suas vontades *particulares* e deixar de lado seu aspecto *humano-genérico* que, segundo Heller, é o homem herdeiro e preservador do desenvolvimento humano, produto e expressões de relações sociais, ou seja, formador da “consciência de nós”. Este aspecto intrínseco ao gênero humano nos faz pensar também em seu caráter público¹¹, na importância da ação na esfera pública em contraposição ao moderno individualismo da vida privada. Hannah Arendt, em “A Condição Humana” (1981), discute, entre outras coisas, o caráter da esfera pública e sua importância na sociedade. Na modernidade, as sociedades de massas excluíram a possibilidade da ação e normalizaram tipos de comportamento, abolindo a reação espontânea e inusitada dos indivíduos. O exercício da individualidade, da espontaneidade foi reservado somente à esfera privada, fazendo crescer uma comunidade destituída de interesse num mundo comum. Dessa forma, a esfera pública, a qual possibilita vasto escopo de visibilidade e divulgação de todos, apresenta fundamental importância na sociedade pois

11 Público: (...) tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (ARENDT, 1981, p. 59). (...) significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (ARENDT, 1981, p. 62).

(...) uma vez que nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e, portanto, da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública. (ARENDT, 1981, p. 61).

De que modo o espaço público pode ser palco de fruição no lazer, no trabalho e no cotidiano, considerando a melhoria da qualidade de vida e o aspecto humano-genérico de que fala Heller? Talvez, se os espaços públicos fossem menos transitórios, espaços de circulação somente, seu uso abrangente colocaria um novo paradigma de preservação, alavancando, possivelmente, a possibilidade do acontecer da paisagem. Os espaços públicos de intensa utilização com certa permanência, e com certa pluralidade de atividades, abarcando diferentes camadas sociais, tendem a receber cuidado e atenção dos indivíduos, do mercado e do estado. Por essa razão, quando da pesquisa empírica desta pesquisa, tentaremos levar em conta essas qualidades. As pracinhas de cidades de interior ganham, por exemplo, visibilidade e fruição, demandam cuidado e atenção pelos indivíduos, pelo poder público e mesmo pelos investimentos financeiros se considerarmos o crescimento de serviços comerciais ao seu redor.

Qual a potência desses espaços públicos na construção coletiva das paisagens? Ou de que forma a construção coletiva e participativa da paisagem, por seus aspectos objetivos e subjetivos, potencializa e/ou participa do fortalecimento da esfera pública dos lugares da periferia da metrópole? Ficam perguntas às quais dificilmente responderíamos apenas com ideias tiradas de outras ideias. Por isso, sigamos a campo e ao público.

2.3 Paisagem

Ver o mundo é um ato particular, mas pode ser coletivo. Muitos olhos, quantos vêm? A paisagem, tendenciosa e perigosa, caiu na boca do mundo, propagou-se pelas línguas, protagonizou-se no sistema. Ela não é total, nós tão-pouco...é testemunho transbordante do supostamente infinito no dito finito, também é uma força íntima. Quão sorrateira é a paisagem quando nos desprende de nosso precedente, substituindo-o por uma contemplação à distância das coisas? Mas ela também é incidência processual e relacional. Não se anula para sempre conforme a visada, pois não há uma só verdade da paisagem. Ela não é congelada nem insípida, pode ser uma zona de contato onde se dá, numa velocidade infinita, o cruzamento do mundo e da consciência (BERQUE, 1994).

A paisagem afasta-se da razão reta e platoniana do mundo e aceita *retórica* e *verdade* no mesmo fenômeno. Quando a paisagem transforma a realidade em pura imagem e esta é transformada em realidade, nasce a retórica, que como conjunto de um discurso vem a salvaguardar o prazer e sua perenidade numa revalidação da

realidade, mas que é garantida por uma ligação com o texto comum, palatável e comparável (CAUQUELIN, 2007). Não se trata de negar a retórica – ela se generalizou – mas de saber pensá-la juntamente com seu movimento, suas invenções:

A invasão dos meios audiovisuais, a aceleração das velocidades, as conquistas espaciais e abissais nos ensinaram e obrigaram a viver em novas paisagens, subterrâneas, submarinas, aéreas, planetárias... paisagens sonoras (as soundscapes de Murray Schafer), olfativas (as smellscapes de Nathalie Poiret), cinestésicas, coenestésicas, para não evocar as paisagens virtuais... (Informação Pessoal, ROGER, 1999)¹².

Portanto, não é possível matar a paisagem ou observar o seu definhamento. Ela é histórica e cultural, sua esfera se ampliou. A experiência do mundo através de novas realidades imagéticas, sejam elas virtuais, reais ou simulacros do que quer que sejam, projeta-nos para um repensar a paisagem, convidando-nos a um afrouxamento do pensamento puramente cartesiano e incitando novos caminhos de análise. Desde a montanha de Petrarca, sua experiência física e espiritual, do arrebatamento da paisagem vista do cume, sua distância intransponível e grandeza, desde as paisagens de Brueghel e a noção de território se descortinando num só olhar a partir das pinturas, desde a fisionomia da paisagem em Alexander von Humboldt a Paul Vidal de la Blache, dando à paisagem o valor de testemunho humano, de inscrição como fato geográfico, até Anne Cauquelin, que desconstrói nódulos e reitera as invenções da paisagem, verificamos as transformações da noção de paisagem ao longo da história, seu vínculo com os modos de ver e sentir o mundo, com a memória, com a natureza, com o mito, com a cultura, com o impalpável. As paisagens são também construídas inventivamente:

12 Excerto adquirido na tradução para o português, ainda não publicado, de Vladimir Bartolini da Conferência realizada no I Colóquio Internacional da História da Arte, Comitê Brasileiro de Arte, São Paulo, 5-10 de setembro de 1999, para o uso exclusivo da disciplina AUP 5839 – Paisagem no Desenho do Cotidiano Urbano, do curso de Pós-Graduação da FAUUSP, 1 semestre de 2009.

‘Descobre-se’ a beleza, frequentam-se os lugares até então considerados maléficos, aterradores. Eles entram na moda, primeiro para a elite da sociedade, depois entram no vocabulário das ‘necessidades’ naturais, são um bem comum, disponíveis a todos. (...) Só vemos o que já foi visto e o vemos como deve ser visto. ‘Vê, como é belo...’ O mesmo se dá com a paisagem, sua ‘realidade’ social, uma cons-

trução que é passada por filtros simbólicos, antigas heranças (CAUQUELIN, 2007, p. 92-96)

Por meio desse prisma, fica claro que a paisagem necessita de certo grau de cultura, está emaranhada no processo cultural. Mas se a paisagem pressupõe um observador, também é possível compreender que a paisagem de uns não é a paisagem de outros, explicando os diversos conflitos de percepção e atuação na paisagem. É verdade que a cultura ocidental tem depositado bastante crédito no aspecto imagético da realidade e, nesse jogo, a paisagem sofreu modificações de percepção e valoração. Porém, a relação da paisagem com a imagem sempre foi visceral; lembremos do caráter pictórico da paisagem na Renascença. Com a fotografia, também surge a possibilidade de qualquer indivíduo exercer um tal “controle visual sobre a realidade externa” (COSGROVE, 1998), disseminando a apropriação visual da natureza como mercadoria de acesso imediato. O uso das paisagens em cartões postais, por exemplo, disseminou-se intensamente por meio da propaganda e do turismo, mas esses nem sempre corresponderam às paisagens seu peso existencial. O que dizer, ainda, das atuais redes sociais e dos aparelhos celulares que possibilitam a propagação instantânea de informação e imagem?

Nesse sentido, inventar uma paisagem é também modificar o olhar e, por isso, há sentido em estudar a historicidade do consumo/produção visual da paisagem. Por exemplo, o olhar dos colonizadores sobre as terras novas era cheio de ideologias e interesses de projeto. O turista tem o olhar romântico para tudo que é novidade, que é essencialmente diferente. Para ele, o que é *típico* facilita o consumo e a digestão do que é heterogêneo, mas num percurso congelado, numa mercadoria estável. Nesse caso, o olhar parece condicionado a ver o que lhe foi previamente sugerido/digerido pela indústria cultural. Os gestos estão previstos, assim como os efeitos. Logo, essa transformação do olhar através da história reduziu a paisagem, em muitos casos, ao jogo da pura imagem, a qual tem íntima vinculação com a lógica do consumo e a venda de estilos de vida para o tempo de lazer. Então, talvez, tão logo assumirmos a cultura como parte do jogo de valoração constante dos objetos e ações e tomarmos partido do

processo de construção do olhar, poderemos afastar-nos das invenções de paisagens que só servem à manutenção do *status quo*.

Apreendi na própria pele que a gente vê o que a cultura e a sociedade permitem que se veja. Essas operações não são racionais e conscientes. Ninguém planeja ver o que não via ou, por livre e espontânea vontade, num estalar de dedos, deixa de ver o que é incômodo ou impróprio. A gente simplesmente percebe ou deixa de perceber, de acordo com limites e pressões psicológicas, sociais e culturais. Nossa sensibilidade segue uma disciplina que está longe de ser apenas cognitiva: é também emotiva, psicológica, simbólica, valorativa. A cultura é uma espécie de moldura ou linguagem que nos orienta como uma bússola ou um mapa, articulando os ingredientes naturais e sociais, históricos e institucionais, e configurando uma pauta, a partir da qual compomos ‘canções’ e ‘sinfonias’ (ATHAYDE, et al., 2005, p. 164).

2.3.1 Uma história geográfica da paisagem e imbrólios conceituais

A Geografia, durante muito tempo, desenvolveu e creditou a paisagem com seu aporte científico e objetivo. Tentando resolver as dualidades fundamentais entre Geografia Física e Humana, Geral e Regional, Carl Sauer, em “Morfologia da Paisagem” (1925/1998), afirma que a ciência adquire identidade por meio da escolha de um objeto e de um método. Logo, a Geografia deveria limitar-se ao que é evidente, assim como faziam as outras disciplinas. Nesse caso, o evidente estaria na paisagem, devendo esta ser o objeto fundamental da Geografia. Essa análise procura um plano sistemático mais geral, por meio do qual se observam claramente bases de um pensamento inculcado no positivismo. A paisagem, entretanto, deslocou-se dessa perspectiva.

Entre os anos 1950 e 1960, a cisão entre Geografia Quantitativa, Geografia Crítica e Geografia Cultural, cuja razão jazia na tentativa de aproximar a ciência geográfica às questões de seu tempo, empurrou a paisagem para uma corrente de pensamento mais humanista, isto é, que valorizava os aspectos simbólicos, subjetivos e incons-

cientes da realidade científica. A Geografia Cultural, portanto, dava atenção às particularidades, aos grupos locais e à percepção de um indivíduo como representante de um todo. Isso não significa dizer que o estudo da paisagem não se expandiu nessa corrente. A inteligibilidade da paisagem (BUNKSE, 1978), as paisagens vernaculares (LOWENTHAL, 1968), as paisagens ordinárias (TUAN, 1990), a paisagem da literatura, da arquitetura, do design (APPLETON, 1975), a legibilidade da paisagem (LYNCH, 1960), a psicologia ambiental da paisagem (ITTELSON, 1973), a paisagem no processo criativo da percepção ambiental (HALPRIN, 1970), a iconografia da paisagem (COSGROVE, 1987) e muitos outros estudos e autores são exemplos de ramificações do conceito e do método.

Numa outra direção, a paisagem iniciava sua participação em estudos ligados à crítica social. Autores como Lacoste (1977), Ronai (1976, 1977), Sautter (1979), Cohen (1987), Collot (1986) e Giblin (1978) entendiam que a paisagem participava do jogo de espetáculo da cultura de massa, aspecto muito salientado por autores da posterior escola de Frankfurt, como Benjamim, Adorno e Horkheimer (NAME, 2010, p. 173). Por esse ângulo, a dimensão ideológica da paisagem relacionava-se com a seletividade do olhar, ou seja, pela existência de grupos dominantes que escolhem o que é bom e o que é belo, e há uma estratégia implícita no que se quer revelar ou esconder. A abordagem materialista histórica da paisagem enfatiza as estratégias de dominação, da simbologia e da ideologia engendradas socialmente. A paisagem é revelada, por um lado, como a resultante de um processo, permanentemente inacabado e, por outro, por ser assumidamente considerada como uma abstração; ela não existe *per si*, pois, como parte da realidade, é uma maneira de se reproduzir, manipular e contemplar o espaço. Assim, não há distinção entre a paisagem supostamente real daquela que seria mera representação: ideologia, representação e cultura fundem-se e se confundem. Cosgrove, em “A geografia está em toda parte” (1998), tendo o poder e a ideologia como norteadores, desenvolve o conceito de “paisagens da cultura dominante” e “paisagens das subculturas”, mesmo que sejam fantásticas¹³.

No Brasil, o impacto da Geografia Crítica foi grande e Milton Santos, seu expoente principal, desenvolveu um pensamento singular sobre os países de Terceiro Mundo, não deixando de aprofundar sobremaneira os estudos acerca do espaço. Por consequência, houve a diminuição da importância da paisagem nos estudos geográficos críticos. Para o geógrafo brasileiro,

13 Subcategorizar a noção de paisagem às “subculturas” assemelha-se à necessidade, nesta pesquisa, de entender a paisagem da periferia da metrópole enquanto *paisagem dos lugares*.

A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima. (SANTOS, 2006, p. 103)

A paisagem, para Santos, também é transtemporal, pois agrupa objetos passados e presentes em uma construção transversal. Já o espaço é sempre o presente, uma construção horizontal, uma situação única. O seu caráter de palimpsesto revela um passado já morto que permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (SANTOS, 2002, p. 107). Por isso, para o autor,

Não existe dialética possível das formas enquanto formas. Nem a rigor entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. A contradição é entre sociedade e espaço (SANTOS, 2002, p. 109).

Tendo o espaço social como principal foco de descrição e análise, este geógrafo avançou sobremaneira nos seus determinantes, na sua epistemologia, na sua emancipação. Sim, espaço não é paisagem, tal distinção não carrega malefícios se não que sintaxes e semânticas diferentes. Sim, geralmente, em situações urgentes, o espaço engloba mais que a paisagem, como é o caso exemplar da distinção entre espaço e paisagem. Como exemplifica o geógrafo, se uma bomba de nêutrons – um projeto do Pentágono abortado por Kennedy durante a Guerra Fria – aniquilasse toda a vida humana em uma dada área mas mantivesse as construções, teríamos, antes, o espaço e, após a explosão, somente a paisagem.

Todavia, visto que a paisagem assimilou tanto corpo interdisciplinar, ela pôde subverter essa relação de importância e se manter na artificialidade, na subjetividade, na artialização, na própria essência da forma, que é

conteúdo pensado, vivido, sentido e partilhado; também pôde saltar para a objetividade e ganhar valor financeiro incomensurável. Fato, a paisagem atesta: ela não existe fora dos homens, é intrínseca ao compartilhamento cultural ao longo do processo civilizatório, cujos valores éticos, estéticos, econômicos e sociais concebem-na à sua maneira e, por esta razão, ela não é mera abstração já que pode ser tanto um fetiche como um deleite libertário da consciência, tanto mito quanto esclarecimento, tanto real quanto fictícia, tanto positiva quanto negativa. E mesmo assim

(...) não se deve pensar em duas faces de um mesmo fenômeno, uma material, inerte e a outra mental, criadora. Nem que a paisagem seja ao mesmo tempo um dado e um percepto. Melhor é reconhecer que ela é um dado tal qual é percebido, um fragmento por uma consciência (LENCLUD, 1995 apud MENESES 2002, p. 32).

Entre paisagem e espaço, forma e conteúdo, passado e presente, irrisório e relevante, ainda há sentido defender uma paisagem crítica¹⁴. Mas se continua num constante caminhar e a problemática da paisagem permanece: de onde vem e pra onde vai sua retórica? Como pode ela fazer parte de um processo emancipatório, de uma consciência libertadora? O cientista humano não deve manipular os dados à maneira do cientista natural, uma vez que interpretação é chave na construção das ciências humanas. Dessa forma, não tratamos de determinações inexoráveis no tempo e na história dos homens. A paisagem sofre o bombardeio de valores e simbolismos manipulados e forjados tanto quanto o espaço. A lógica da expansão dos lucros avassala tanto um como o outro, assola a parte e o todo, a forma e o conteúdo, explode qualquer dualidade já que fragmenta para todos os cantos. Ademais, os fenômenos da realidade objetiva, por serem incapazes de se mostrarem aos homens exatamente como são, não aparecem como *coisas-em-si*, mas como representações subjetivas construídas pelas faculdades humanas de cognição e é no caráter simbólico e perigoso que paisagem e espaço convergem. Observemos duas passagens miltonianas acerca dos dois termos:

14 A tese de livre-docência de Miranda Magnoli (1982), “Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana”, foi certamente marco fundante nesse caminho pois, ao afirmar que “a paisagem é resultado dinâmico entre processos sociais e processos naturais, adota uma perspectiva crítica, comum à geografia crítica, e já não aceita definir a paisagem simplesmente como a porção do território que a vista alcança a partir de um ponto privilegiado” (QUEIROGA, 2006, p. 58). A essa postura, Queiroga (2006) propõe denominá-la “Paisagismo Crítico”.

Os símbolos adquirem vida própria e tornam mais eficaz a fetichização da matéria inerte. Nascidos quase sempre antes que o próprio objeto tenha sido fabricado, dão-lhe uma significação engendrada igualmente a priori. De fato, como observa Godelier (nov. 1966, p. 832), “não é o sujeito que se engana, é a realidade que o engana”. É o pseudo-real, que K. Kosik chama de pseudoconcreto. Desse ponto de vista, a paisagem é qualquer coisa de temível. A semantização geral dos objetos, de que falou Baudrillard (1972), dá ao envoltório artificial da Terra uma significação cada dia mais equívoca, fazendo da paisagem, na medida mesma de seu grau de artificialidade, uma espécie de mentira funcional. Os locais de trabalho, de estudo, de lazer, o quadro de nossa vida quotidiana, são concebidos como mercadorias, para seduzir e atrair o consumidor. Na verdade, todos esses rostos se resumem num só, o da mais completa fetichização. O rosto medonho é o único que se nos oferece, antes de reconstituir-se lógica e historicamente o processo de criação dessa mercadoria sui generis que é o espaço construído. Tudo isso torna a leitura da paisagem, e a fortiori do espaço, extremamente difícil (SANTOS, 1982, p. 25)

As formas em si mesmas, isto é, os objetos geográficos, deixavam de ter um papel exclusivamente funcional. As coisas nascem já prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade destinada a impor a ideia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, eles não têm. Seu significado é deformado pela sua aparência. Assim, os objetos espaciais, o espaço, se apresentam a nós, de forma a nos enganar duplamente: por causa de suas determinações múltiplas e poligenéticas e também por sua deformação original. Pode-se dizer que a evolução da forma, ligada primeiramente a estruturas simples, a técnicas simples e muito mais tarde aos progressos científicos, é agora função de marketing. A partir do momento em que a geografia também aceita colocar-se a serviço do marketing, o espaço torna-se quase irreconhecível nos trabalhos dos geógrafos. Um método falso, usado para analisar uma realidade igualmente falsa, resulta uma mistificação (SANTOS, 1982, p. 41).

Os termos não estão contrapostos, não são inimigos forjados por uma contradição intrínseca. Tanto mais fazem parte do processo de construção do conhecimento social crítico, logo mais percebemos as forças atuantes tanto em suas significações quanto no potencial de falsificação das importâncias: a retórica está em toda parte. Se tanto paisagem quanto espaço possuem algo de aparente, são “prenhes de simbolismo”, há que “preservar e abrir espaço”¹⁵, lutar para que tais invenções neguem a volúpia dominadora e dualitária do pensar e do agir, que tanto mito com esclarecimento façam parte de seu nascedouro, livre de uma racionalidade impositiva. Até porque também há valência na interpretação da realidade que desvela o que está oculto, pois este não está atrás do objeto estudado e sim entre ele. Há que iluminar o que está à sombra, ler as tramas de significados (CRITELLI, 2006, p. 75). Estranhemos o processo identificatório pelo qual a acepção de um fenômeno, relação ou processo se dá quando da investigação da realidade. O cientista que dedica sua vida inteira ao estudo de um objeto arrisca – por que não? – emprestar-lhe narcisismo, já que este não pode apresentar falhas ou dobras questionáveis no conjunto total dos valores edificados; verifica-se aí a luta das correntes de pensamento, do certo ou do errado, do sucesso ou do fracasso. Fato é que ocorre uma semantização do objeto recortado quando posto em relação a outros objetos, cujo recorte foi obtido por outro sujeito, outro cientista. É como se o objeto caracterizasse o sujeito que o estuda, dando-lhe crédito em círculo fechado. Portanto, se nosso aparelho cognitivo e sensitivo permite-nos correlacionar interpretações similares e variadas do mesmo objeto, avançamos intelectualmente quando este não nos define, e mais, não se limita a compartimentações herméticas, estanques e autorais.

Neste caso, além do exemplo da falsa luta entre paisagem e espaço, temos dois termos interessantes: a *Mediança*, a *trajetividade* por Augustin Berque ou a *Stimmung* por Georg Simmel? A primeira observa uma cisão, cuja influência moderna e dualitária entende a paisagem sendo objetiva e subjetiva, unindo as duas instâncias, realizando uma *trajeção*. Sua importância está no fato de não deixar a paisagem escapar para um “buraco negro”, onde tudo é e nada é, pois

(...) marcada, ao mesmo tempo, pela mediança e historicidade, a paisagem é trajetiva. Não é nem um dado objetivo, nem uma ilusão subjetiva. Eis porque ela nem sempre existe, nem existe em toda

15 Referência a uma passagem de Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis* (2003, p. 158) quando afirma a existência ubíqua do inferno entre nós e, neste caso, é preciso “saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo e abrir espaço”

parte – embora haja sempre e em toda parte um ambiente para ser visto -, mas existe realmente para os que estão engajados na mediança e na historicidade próprias a alguns meios, em algumas épocas (BERQUE, 1994, p. 28)

A segunda, a *Stimmung*¹⁶, seria uma disposição anímica da paisagem,

(...) pois, assim como por disposição anímica de um homem entendemos o elemento unitário que colora constantemente ou só no momento presente a totalidade dos seus conteúdos psíquicos singulares, em si mesmo nada de individual, muitas vezes nem sequer apenso a um elemento particular referível, mas é todavia o universal onde agora se reúnem todas estas singularidades - assim também a disposição anímica da paisagem penetra todos os seus elementos particulares, sem que, muitas vezes, nela se consiga fazer sobressair um só; cada qual, de um modo dificilmente designável, tem nela parte - mas ela nem subsiste fora destes contributos nem deles é composta (SIMMEL, 2009, p. 13-14)

Não podendo apalpar a paisagem, nem fundá-la numa base puramente exterior, ela precisa de uma alma unificadora, um espírito poético que anima os objetos no seu reflexo afetivo. Assim, a *Stimmung* de uma paisagem é a *Stimmung* daquela paisagem e de nada mais, ela jamais se confundirá com a *Stimmung* de outra, ainda que ambas se deixem talvez apreender sob o conceito geral, por exemplo, de melancolia.

A complexidade dos termos não é reduzida como foi aqui apresentada. Mas, se é possível uma pitada de entendimento do que significam, não nos parece que tais termos sejam conflituosos ou de maior ou menor importância. Traduzem o próprio processo de apreensão dos fenômenos mediante a complexidade relacional humana e, por consequência, a paisagem continua num eterno amadurecer. Aliás, é o movimento filosófico que busca um ponto sensível de difícil acesso, seja ele empírico e experimental, psicoafetivo e inconsciente, espiritual ou transcendental, lírico ou poético, “há zonas sensíveis que é preciso saber achar, chegar nelas, se aproximar, saber tocar, ou antes, saber ser tocado, influenciado, animado por elas, para estar em condição de pensar, de falar e de escre-

16 *Stimmung*: termo intraduzível para o francês, mas que evolui entre “atmosfera” e “estado da alma”.

ver” (PEGUY apud BERQUE, 1994, p. 98). Por essa razão, nesta pesquisa, não fomentamos a luta árdua ao redor de minuciosidades teóricas e rarefeitas, isto é, não temos como objetivo a credibilização de um termo sobre o outro; mas que sejam claros no que encerram, do que tratam. A paisagem não é tudo, pois seria nada. Ela tem seu cabedal conceitual e teórico restrito, mas pode, esperamos, fazer parte do estudo dos homens. Diferenciar não é anular, nem dominar. O que nos importa continua sendo o conhecimento compartilhado na conscientização de quem quer que seja, sobre o que é que se queira, mas que profile uma luz tão mais aprazivelmente sensível que o atual véu da dissensão científica egoísta.

Portanto, a exemplo deste suposto jogo semântico entre *Mediança* e *Stimmung*, entre espaço e paisagem, não precisa haver o enrijecimento que anula a ação. O que aconteceu foi que as partes foram sentidas e tocaram os que sentiram, possibilitando o pensar e o escrever. Para muitos, fica somente o certo ou o errado, a paisagem ou o espaço, a *Mediança* ou a *Stimmung*. Mesmo que Milton Santos tenha assoberbado o espaço em relação à paisagem, o sonho da emancipação dos homens é ubíquo entre nós e a luta contra os processos opressores e reificantes dos sujeitos e dos objetos ganha voz, seja ela na dimensão da paisagem ou na dimensão do espaço, no que os dois absorvem de positivo e negativo no imbróglio tão-somente passado, tão ainda presente.

E se “para apreender o presente é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou” e “conservar categorias envelhecidas equivale a erigir um dogma, um conceito, e sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo”, e como nos distanciamos de um passado “que encerra as raízes do presente, sob pena de nos perdermos num presente abstrato, irreal e impotente” (SANTOS, 1982, p. 10), aproximamo-nos da ciência e daqueles que pensam e amam, lutam e escutam, sentem e negam a conformidade das coisas do agora, daqui e ali. Fica, portanto, a oportunidade de pesquisar um pedaço de mundo através do prisma de uma paisagem do presente, que se movimenta junto com o real.

Nada se encerra, mas as palavras cerram. O escrito parece tomar qualquer forma de eterno, o discurso formaliza o conteúdo, eternizando-o na opacidade do papel. O valor da paisagem não está somente na linguagem da cultura, nem da retórica e muito menos na sua falsificação simbólica tão temível. Ela pode não ser mero conceito, mera abstração que se esvai do texto para o pensamento e deste para o esquecimento; também um instrumento de

pesquisa transformadora?

2.3.2 A Paisagem dos Lugares

De qualquer modo, o que buscamos, é que a pesquisa sobre paisagem e ambiente não se desvincule das questões humanas, mesmo que essas pareçam estar somente como estrato, como palco de um espetáculo sem o qual a densidade fabulosa do ar não seria possível. A paisagem possui sua objetividade e sua subjetividade, depende de um estado de cultura, de uma razão histórica, de um sujeito que a olhe, que a interprete, mas não somente. A paisagem não é somente a forma visível do ambiente, o qual tende a se manifestar com alto grau de objetividade, mas sim uma entidade relacional que aparece dentro de certas condições. Ela engaja nossa sensibilidade, não existe fora de nós e que também não existimos fora da *nossa* paisagem (BERQUE, 1994). À vista disso, se a paisagem é esse processo relacional e construtivo entre a alma de um sujeito com a do mundo, sua invenção fomentaria um olhar “para si”, mas também “para o outro”? Qual a relação da presença da paisagem num lugar, num grupo social, com o processo de construção de valores, símbolos, ideologias, bem como da manutenção da alienação, da falsificação e da apatia? É possível que o estudo da paisagem - e por que não de seu projeto? - se alinhe aos movimentos sociais e à busca pela liberdade da razão e do espírito?

A demanda para que a paisagem, hoje considerada bem público, seja preservada e mantida em “harmonia” com a natureza e a sociedade vê-se cada vez mais presente, mesmo que ainda possa parecer vaga e polissêmica. As ideias sobre ela, assim como as ideias sobre a história e a tradição, evoluem com o tempo e, nesse sentido, há que repensá-la à luz dessas transformações.

O termo *paisagem dos lugares* indica o interesse pela superfície que nos rodeia e a qual tocamos cotidianamente, olhando e pisando, e a sentimos, inventando belezas. Há que identificar, dentro de um contexto abarcável, os elementos e processo que alavancam sua invenção, considerando tanto os sócio-históricos como os do inconsciente, da subjetividade e, quiçá, da espiritualidade. Não visamos um desenho calculado da paisagem na cidade formal, desumanamente extensa. Se o foco é sobre paisagens particulares, *dos lugares*, lidamos, primeiramente, com a *cultura vernacular*¹⁷, que se relaciona intimamente com os *lugares*. Ademais, a categoria *lugar* é rica de es-

tudos e análises tanto pela Geografia Fenomenológica quanto pela Crítica. Assim, o termo *lugar*, também enquanto categoria de análise, pressupõe, dependendo da corrente, modos sensíveis e subjetivos na apreensão da realidade. Ao mesmo tempo, há importantes críticas sociais que se fizeram valer por meio de seu estudo e atuação. Considerar o lugar numa pesquisa de paisagens significa entender a transversalidade de diferentes razões sobre o território megalopolitano. É priorizar, por exemplo, o papel da praça num mundo que valoriza cada vez mais a esfera da vida privada, das virtualidades e das práticas digitais. Os lugares oferecem, muitas vezes, resistência contra essa razão dominante (QUEIROGA, 2001). Nesse caso, na praça, ou nos lugares *pracializados*¹⁸, é possível o contato interpe-soal público, o estabelecimento de ações culturais fundamentais, nas quais a invenção da paisagem poderá tomar lugar dentro de um projeto de emancipação. Não obstante, a paisagem relaciona-se com o olhar – objetivo, subjetivo e trajetivo¹⁹ - com a extensão abarcável de lugares, mas que necessita certa *artialização*²⁰. Portanto, pelo fato de estarmos interessados nesse lado visual-estético-sensorial da extensão dos lugares, mas não somente, pelo que nele enxergamos de realidade de mundo, de crítica do estado atual de um pedaço de sociedade (bairro), resolvemos conjugar e aprofundar os termos *paisagem* dos *lugares*. Os espaços livres públicos do cotidiano urbano são nosso alicerce de contato com o objeto de estudo, possibilitam a interação sujeito-objeto e intersujeitos (pesquisador e demais viventes do lugar), já que é a partir deles que a esfera pública possibilita o partilhar de experiências, visando transformações sociais atuais. Logo, o estudo da *paisagem dos lugares* é um braço do estudo da história social que busca compreender a vida rotineira de pessoas comuns. Realmente, a relação da paisagem com a história social é ainda mais íntima quando, apesar de começarmos com um “presente palpável”, interpretamos mais do que o que pode ser visto num mero olhar ou simplesmente dos objetos físicos. Nós entendemos todas as paisagens como sendo simbólicas, expressões de valores culturais, comportamento social e ações individuais trabalhadas sobre lugares particulares num curso do tempo.

Esse entendimento liga-se à necessidade de identificar os aspectos da organização social aos quais devemos estar atentos, bem como às ideias antigas e futuras sobre a paisagem (CONAN, 1994). Contudo, mesmo que tenhamos parcialmente circunscrito o objeto de estudo, a qual projeto emancipatório pode este entrar em sintonia?

17 A palavra *vernacular*, tanto em inglês como em português, denota *próprio do país a que pertence; genuíno, puro; do povo*. No entanto, em inglês, principalmente na arquitetura e ciências geográficas e culturais, *vernacular* pode significar *comum, relativo a cotidiano, ao simples, ao tradicional* em oposição ao *técnico* ou *lógico*. Mesmo assim, preferimos ficar com a noção de *lugar* para denotar estas e mais características, pois este termo também abarca conteúdos importantes da geografia crítica de Milton Santos, Le Febvre e David Harvey.

18 Eugenio F. Queiroga, em sua tese de doutorado “A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa” (2001), explicita a importância da praça ou dos lugares detentores de *pracialidade*, isto é, “(...) quando práticas espaciais de lazer contribuem com a cidadania, na medida em que promovem o encontro respeitoso da diversidade e enriquecem a esfera da vida pública” (QUEIROGA, 2001, p. 282) ou “(...) um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade, voltado ao encontro e convívio, é o que vai caracterizar um sub-espaco como praça. Neste sentido, situações de “pracialidades” podem ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios” (QUEIROGA, 2001, p. 235)

19 A noção da trajetividade da paisagem, trazida por Augustin Berque (1994), foi mencionada no subcapítulo 2.3.1 “História da Paisagem e imbróglis conceituais”.

20 O termo *artialização* é empregado por Alan Roger em “Cinqs Propositions pour une Théorie du paysage” (1994), e que entende o processo de olhar e enxergar uma paisagem como uma criação artística, no qual o observador se utiliza de elementos culturais, imaginários e artísticos para estabelecer que certa porção do território é ou não é uma paisagem. Podemos modificar o ambiente para que este tenha faculdades estéticas como também o criamos mentalmente, criativamente.

2.3.3 Estética, Arte e a Paisagem dos Lugares

Freud nos recomendou que nos interessássemos pela psicanálise, “não como uma terapia, mas, outrossim, pelo que nos revela a respeito daquilo que interessa mais de perto ao homem: a sua própria essência e por causa das ligações que desvenda entre as mais variadas ações humanas (BETTELHEIM, 1982, p. 47)

A razão universal, como queria Hegel, bem como a libertação da alma, como queria Freud, fazem parte de um projeto utópico²¹ de junção das forças e dos saberes. A paisagem, enquanto artefato cultural, sendo matéria ou emblema, cria e é recriada no jogo de muitos processos.

Há um ambiente que para uns é paisagem e para outros não é. Há um conjunto de valores, atribuídos a um lugar, que para uns é determinante na relação com os outros e para outros não é. Há uma paisagem que se torna emblemática e identitária para uns e não para outros. O jogo dessas alternâncias pode ser infinito. Todavia, ao pensarmos a paisagem dentro delas, é possível que encontremos não somente os construtos objetivos e subjetivos com os quais a paisagem se transforma, mas sim uma ou mais substâncias que também influenciam nessa invenção. Elas poderiam ser, por exemplo, o cabedal cultural com o qual valemo-nos para inventar uma paisagem por meio da *artificialização* de que fala Roger (1994). Logo, se o ajuizamento estético e o cabedal artístico incidem sobre tal invenção, quanto de ideologia subjetiva acopla-se a tal projeto?

Os cosméticos embelezam de fora para dentro. Isso não significa dizer que a beleza não nos é importante, mas ela é sem dúvida cultural, aloja-se no interior e no exterior do indivíduo. A própria arte pode ter esse papel, o de nos alijar do sofrimento concreto-real, já que contém pitada de ilusão e fantasia.

²¹ Talvez o estudo da espiritualidade, até das religiões, esticasse sua mão de apoio à ciência. Se essa busca de liberdade é um processo de aprendizagem na Terra, ela também é passagem para a realização universal, em outro lugar, do que aqui chamamos de *utopia*. Quanto da psicologia Jungiana contribuiria nesse aspecto? James Hillman em “City and Soul” (2006) caminha nesse sentido, mesmo que não tenha a paisagem como foco, mas sim a cidade.

(...) No topo dessas satisfações fantasísticas se encontra o gozo de obras de arte também tornado acessível a quem não é criador através da mediação do artista. Quem é sensível à influência da arte não tem palavras suficientes para louvá-la como fonte de prazer e consolo para a vida. No entanto,

a suave narcose em que a arte nos coloca não é capaz de produzir mais do que uma fugaz libertação das desgraças da vida, e não é forte o bastante para fazer esquecer a miséria real (FREUD, 2010, p. 71)

Atualmente, esse gozo artístico muito se justifica nas classes dominantes e que, indubitavelmente, se fortifica dentro de um sistema de valores e bens de consumo reproduzidos pela Indústria Cultural. A partir dessa, faz-se um juízo sobre a realidade que é fortemente influenciado por uma razão embotada e superficial do mundo, é uma razão comprometida ou ao menos conivente com a dominação. A lógica da mercantilização da vida pasteuriza a arte, dissolve os conflitos gritantes para que sejam palatavelmente consumíveis.

A cultura que, de acordo com seu próprio sentido, não somente obedecia aos homens, mas também sempre protestava contra a condição esclerosada na qual eles viviam, e nisso lhes fazia honra; essa cultura, por sua assimilação total aos homens, torna-se integrada a essa condição esclerosada; assim, ela avilta os homens ainda uma vez (ADORNO, 1986, p. 93).

A noção da estética e da arte, ou ao menos sua relação com a *paisagem dos lugares*, portanto, deve ser cuidadosamente refletida para que não debele nossas propostas. O papel da arte, aqui, seria o do estranhamento, de encontrar algo que não está óbvio; refere-se à existência de outra possibilidade de existir em sociedade. O enlevo do belo aliena-nos da realidade da mesma forma que nos alimenta de outros sentidos; o belo pode estar na crítica, no convite que se faz para outras possibilidades do real. Afinal,

Pode-se acrescentar neste ponto o interessante caso em que a felicidade de viver é buscada sobretudo no gozo da beleza, onde quer que ela se mostre aos nossos sentidos e ao nosso juízo - da beleza das formas e dos gestos humanos, dos objetos naturais e das paisagens, das criações artísticas ou mesmo científicas. Essa postura estética em relação à meta da vida oferece pouca proteção contra sofrimentos iminentes, embora seja capaz de compensar muitas coisas. O gozo da beleza tem um caráter sensível particular, suavemente embriagador. A beleza não tem uma utilidade evidente, a sua

necessidade cultural não é reconhecível, e, no entanto, a cultura não poderia prescindir dela (FREUD, 2010, p. 74-75).

Dessa forma, a busca pela artialização dos lugares na periferia da metrópole – *a paisagem dos lugares* – não possui como objetivo manter os processos reificantes intactos. Como lidar, portanto, com tal contradição no estudo das paisagens, já que estas se relacionam intrinsecamente com o visivelmente belo? Como fomentar o belo em lugares desprovidos de tantas outras instâncias materiais, sociais, econômicas, ambientais e culturais? Assim, estudar a paisagem dentro de um território privado de propriedades e reconhecimento é tarefa árdua, pode virar o estudo de um fantasma! A paisagem, nesse contexto, aparece como um cosmético qualquer, como um bem cultural de elite? Fato, ela não é imprescindível para a luta contra a iniquidade. Porém, ela é um deleite, uma aquisição humana, uma invenção cultural, uma *artialização*, a menor que seja. No seu sentido mais ativo, ela é um reconhecimento do que foi internalizado e externalizado ao longo da história, mas que se manifesta em casos particulares. Sim, ela pode ser facilmente cooptada pela lógica dominante, aniquilando qualquer projeto emancipatório. Entretanto, acreditamos que uma pesquisa empírico-crítica e participativa, a qual se compromete com a verdade em movimento, possui, no seu germe, a força de falar da paisagem como um bem aprazível, nos sujeitos e lugares possíveis.

Isso posto, estudar a *paisagem dos lugares*, situada em uma porção de território megalopolitano, poderá significar uma aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo e com a população que nele/dele percorre seu cotidiano, suas vivências. Assim, o objetivo principal desta abordagem não está, de fato, na proposição de uma ou mais paisagens impostas por um conhecimento dominador e dominado. Também não está na investigação experimentalmente naturalista de identificar se a paisagem existe ou não num “certo” bairro, a partir de “certos” lugares e em “certas” pessoas. Talvez esteja nas pessoas “erradas”, nos lugares “errados”, ou mesmo no que ainda não se classificou. Trabalhemos com os vivos!

3. O CAMPO EMPÍRICO E O SUBSTRATO DO OBJETO DE ESTUDO

Tendo em vista que o desenho da paisagem urbana não está comumente associado aos bairros da periferia da metrópole, um estudo de caso faz-se necessário para que iniciemos e aprofundemos esta pesquisa neste caminho, examinando sua validade teórica e empírica. O objetivo deste capítulo é fundamentar o alicerce espacial e humano do campo empírico, de modo que o estudo da paisagem urbana na periferia da metrópole – ou *a paisagem dos lugares* - seja feito dentro de um realidade específica e abarcável pelo pesquisador e que, ao mesmo tempo, possa gerar descobertas que extrapolem o estudo de caso em questão.

3.1 Em busca de limites coerentes

No caso da metrópole, especificamente, o bairro pode ser representado com meras linhas no papel, delimitações administrativas e/ou de postagem. Também pode conter significados muito fortes, tanto dentro de seu arcabouço físico-geográfico quanto de seus matizamentos socioeconômicos e histórico-culturais. Ele é limitado concreta e abstratamente, participa do planejamento urbano formal da metrópole e da informalidade do cotidiano urbano irregular, banal e, eventualmente, ilegal. A escala urbana “bairro” se associa com diferentes nomenclaturas, como arrabalde, freguesia, subúrbio histórico e outros. Ele nomeia-se como tal desde as primeiras aglomerações urbanas e se refere à escala do conhecimento reconhecido junto à área onde se habita. Nesse espaço, nesses lugares, há interstícios das formas construídas para o cultivo de relações sociais que geram identidade e sentido vivido à instância bairro.

O bairro é uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade. Forma cômoda, importante, mas não essencial; mais conjuntural que estrutural. O bairro seria a mínima diferença entre espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e os centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaços quantificados, o

lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc) em espaço comum, quer dizer, geométrico. (...) o bairro é uma pura e simples sobrevivência. Mantém-se por inércia: o peso da História assegura certa sobrevivência a alguns bairros; o bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária: sem bairros, tal como sem ruas, pode haver aglomerações, tecido urbano, megalópoles, mas não há cidade; o bairro é o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes: é o microcosmos de um pedestre que percorre um espaço, um certo espaço em um tempo determinado, sem ter necessidade de um automóvel. (LEFEBVRE, 1971, p. 195-203 apud BARROS, 2011, p. 20)

É sabido que a Igreja Católica ocupou um papel central na construção do desenho urbano dos aglomerados urbanos das colônias. Assim, a paróquia, por exemplo, emanava uma centralidade, não do ponto de vista físico, mas como reconhecimento de atratividade do bairro. Nesse sentido, onde estaria, então, a noção de centralidade do Jd. Celeste e entorno? Há organizações sociais neste bairro que exercem similarmente tal centralidade? De qualquer forma, importa saber em que local há maior superposição de significados do que precisar onde começa uma zona homogênea e onde acaba a outra. Na estrutura fundamental da sociedade caipira paulista, por exemplo, os bairros consistiam de muitas famílias, mais ou menos vinculadas ao sentimento de localidade, de convivência, das práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico-religiosas (BARROS, 2011). Atualmente, é correto afirmar que para os bairros do município de São Paulo, ou melhor, para o Jd. Celeste, há o sentido de territorialidade e pertencimento, formando uma unidade diferente das outras? E se traçássemos os limites do Jd. Celeste a partir da residência dos moradores que participam, dentro de um determinado lugar, de trabalhos e ajuda mútuos? É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades? Existe ativismo cívico no Jd. Celeste e entorno que propicie tal consciência territorial?

Ao mesmo tempo, pelo viés da solidariedade, o bairro evidencia-se como unidade urbana reconhecida politicamente por seus moradores. Em São Paulo, por exemplo, encontramos umas inúmeras “sociedades de moradores” ou “sociedade amigos de bairro”, cuja dimensão de território possibilita a reivindicação coletiva. Tal

realidade parece não se adequar, de pronto, ao Jd. Celeste, já que este não possui nenhuma associação amigos de bairro. As comunidades vizinhas, em contrapartida, possuem uma ou mais associações de moradores, como é o caso do Jd. Jaqueline, por exemplo. Por essas e outras que expandimos a delimitação “bairro” e buscamos outros aspectos ambientais e sócio-territoriais que pudessem demarcar nosso campo empírico de maneira coerente com o estudo da *paisagem dos lugares*.

3.2 Localização do campo empírico e circunscrição do substrato do objeto de estudo

Para que o estudo da *paisagem dos lugares* tenha fundamento teórico e empírico na atualidade, delimitamos e examinamos, primeiramente, uma dada porção do território metropolitano. Não somente, quisemos circunscrever a forma e o conteúdo de uma realidade específica, nomeando-a de substrato do objeto de estudo. Esse é entendido como os elementos e processos físicos, sociais e culturais que participam da ausência ou presença da *paisagem dos lugares* - objeto de estudo *per si* – e que têm lugar numa determinada porção do território metropolitano, o qual caracteriza-se como campo empírico da pesquisa. Tentamos, dessa forma, compreender o espaço na sua totalidade relacional, cruzando, quando necessário, suas diferentes variáveis, já que pode ser concebido, como “um sistema indissociável de objetos e ações” (SANTOS, 2006). Incrementando tal apanhado, o espaço do campo empírico também pode ser visto ora absoluto, ora relativo ou mesmo relacional, dependendo das circunstâncias que se apresentam (HARVEY, 2009).

A escolha e delimitação de um campo empírico específico deu-se primordialmente pela proximidade física e emocional do pesquisador com uma dada porção do território que, neste caso, é o bairro do Jardim Celeste, situado na zona oeste da capital, no subdistrito da Vila Sônia, dentro do campo de atuação da Subprefeitura do Butantã (ver Figura 4). Há vantagens e desvantagens de tal proximidade. Porém, apesar de relevante neste contexto, essa ponderação foi abordada no capítulo 4. Teoria, Método, Práxis. Por ora, o desejo de transformação social de uma realidade próxima ao pesquisador aliado à demanda inexorável de tempo de trabalho empírico localizado nessa realidade foram fatores condicionantes à escolha e delimitação do substrato de nosso objeto de estudo. Fica claro que os dados secundários (história dos bairros, ocupação e uso do solo, cobertura vegetal, estrutura socioeconômica

Figura 4. Inserção do Jardim Celeste no Subdistrito da Vila Sônia. (Autor, 2013)

e forma urbana) e os dados primários (entrevistas, questionários, oficinas, mutirões, observação participante, mapeamento dos conflitos e potenciais ambientais e socioculturais) servem essencialmente ao aprofundamento epistemológico e empírico da *paisagem dos lugares*. Pelo fato desse objeto ser tão polissêmico e fugidio, tanto como conceito quanto como proposição, delimitamos o substrato para que os dados mencionados fossem minimamente compreendidos e correlacionados com o estudo experimental do nosso objeto.

Assim, a delimitação do campo empírico foi feita a partir da consideração de diversos fatores. Primeiramente, o estudo da paisagem urbana implica a identificação de algo a ser visto/contemplado, o que pressupõe, por sua vez, indivíduos que façam esta atividade. A periferia possui, evidentemente, algo a ser visto, mas não necessariamente a ser contemplado. A paisagem também necessita de um observador e de um lugar onde ele possa estar, o qual não poderá tapar sua visão. Da janela de um prédio ou de uma casa, por exemplo, é possível que a paisagem se verifique, mas dificilmente ela fará parte de um acontecimento compartilhado e muito menos de uma experiência essencialmente pública, isto é, visível a todos.

Por essa razão, inicialmente, examinamos a distribuição dos espaços livres público²² situados próximos à residência do pesquisador para identificar a potencialidade que tinham tanto de visão ampla do território como de usufruto público considerável, principalmente o lazer e o relaxamento. Estes foram primeiramente considerados, pois se caracterizam por diferentes formas, medidas e escalas. Livres de edificações, esses espaços são comuns na periferia da metrópole. Na maior parte, seus conteúdos cotidianos os caracterizam como públicos, ou seja, são abertos e acessíveis a todos, acolhendo indiscriminadamente os diferentes segmentos sociais. É sabida a existência de apropriações indevidas desses espaços nos quais a função pública já não é exercida. Isso ocorre quando eles são cooptados por instituições formais ou informais, restringindo e limitando o acesso de um ou mais indivíduos. É o caso do narcotráfico, das gangues, dos empreendimentos imobiliários e de outros atores. E é contra essa realidade que a *paisagem dos lugares* pretende colocar sua força e demonstrar sua relevância. Neste substrato, portanto, os espaços livres públicos identificam-se como parques e praças mal tratados, desprovidos de suas funções lúdicas e ambientais; trata-se das vielas, dos becos mal iluminados e impermeabilizados, locais de insegurança; trata-se das calçadas esburacadas, irregulares, pobremente arborizadas e pouco democráticas; trata-se dos espaços vazios,

22 Síntese dos termos: Espaço: conjunto indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações (SANTOS, 2006); Espaço público: propriedade e apropriação públicos; Espaço livre: todo espaço não edificado (MAGNOLI, 1982).

Figura 5. Inserção da pracinha dentro do bairro do Jd. Celeste.

Figura 6. Localização da pracinha (P1), da feira livre (EUP1) e da EMEI João Negrão (EP1) e da EMEI Tarsila do Amaral (EP2).

como terrenos baldios, barrancos, várzeas e outros que recebem entulhos e lixo doméstico; trata-se dos córregos e cursos d'água que perderam sua beleza e função ambiental; trata-se, via de regra, dos espaços livres públicos que podem/devem ser (re)concebidos, (re)visitados, (re)vividos e(re)criados, em busca do direito à qualidade de vida e usufruto consciente do ambiente natural. Em suma, considerar estes espaços como primordiais na construção da forma urbana e no modo de vida dos moradores significa também considerá-los importantíssimos para o estudo da *paisagem dos lugares*.

Depois, a frequência de utilização desses espaços, tanto quanto a qualidade dessa frequência, influenciaria a importância e possibilidade de pensar a paisagem urbana a partir deles. Ademais, quanto mais variada a sua frequência, dia e noite, maior potencial democrático e plural a *paisagem dos lugares* possuiria. Tendo em vista estes fatores, escolhemos uma pracinha, que se situa defronte duas escolas públicas (EMEI João Negrão e EMEI Tarsila do Amaral) e o espaço onde a feira-livre acontece às quartas-feiras e aos domingos, como ponto focal do campo empírico (ver figuras 5 e 6). É um lugar onde mães e pais, irmãos e irmãs, esperam suas crianças saírem da escola. É onde os idosos sentam-se e esperam a vida passar, conversam com as testemunhas de Jeová. É onde a molecada joga bola, empina pipa, bate papo, namora, briga, fuma, bebe e faz criança. É o lugar da *siesta* dos lixeiros e varredores, é onde o ônibus-biblioteca²³ fica estacionado às terças-feiras, é o lugar de descanso, de comer pastel e beber caldo de cana depois de fazer a feira. Serve de passagem e paragem para as crianças da escola, dos moradores e trabalhadores que vêm e vão cotidianamente. Em suma, esta pracinha, que não possui nome específico, pareceu-nos um lugar com alta esfera de influência pois não só é rodeada por escolas, feira, pontos de ônibus, comércio e serviços mas também goza de usufruto intenso. Portanto, este seria um lugar interessante para fazer uma observação participante, entrevistas, questionários, desenhos da forma urbana e projetos sociais.

Desse modo, tendo a pracinha como primeiro ponto focal, começamos a examinar concentricamente outros pontos focais onde elementos e processos relevantes ao estudo da *paisagem dos lugares* situariam-se, tentando assim delimitar não somente o campo empírico, mas também o substrato de que falamos. A delimitação territorial desse substrato foi pensada conforme as distâncias e necessidades do pedestre, o qual relaciona-se mais intimamente com o espaço público do que o motorista. Logo, outros pontos focais, onde há intensa frequência de

23 O Ônibus-biblioteca faz parte de um programa de extensão de cultura da Prefeitura de São Paulo em que uma coleção de livros, periódicos e gibis são disponibilizados para a população de bairros distantes onde há carência de bibliotecas públicas. (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>)

moradores e trabalhadores do bairro, foram identificados, como é o caso do Clube-Escola Mário Moraes, também conhecido como Balneário, da EMEF Vianna Moog, do Centro Comercial Dracena, da EMEI Fernando Pessoa, da CEI Sagrado Coração de Jesus, da praça Maurício Goulart, dos campinhos de futebol do Jd. Celeste e do Vianna, do Parque Raposo Tavares e do centro comercial da Av. Intercontinental. Estes pontos focais influenciam o deslocamento de pessoas nos espaços livres públicos (calçadas, ruas, vielas, praças, parques e terrenos baldios), dando corpo e alma ao substrato, ao campo empírico e ao objeto de estudo. As comunidades Jd. Jaqueline, Jd. Independência, Mandioquinha e Gelo foram incluídas dentro do campo empírico, pois são conglomerados de alta densidade, cuja maioria dos moradores frequenta os pontos focais mencionados assiduamente.

Outros fatores importantes na delimitação do substrato do objeto de estudo foram os aspectos do rele-

Figura 7. (abaixo) Fotografia mirando a feira livre em primeiro plano e pracinha ao fundo (autor, 2013). (F7)

Figura 8. (acima) Fotografia mirando a pracinha em primeiro plano, a feira ao fundo à esquerda, a EMEI João Negrão no centro e a EMEI Tarsila do Amaral à direita (autor, 2013) (F8)

Ver localização de todas as figuras desta pesquisa no Mapa 7, na página 160, utilizando as abreviações em negrito. Exemplo: (F7) e (F8)

vo, o limite de município entre São Paulo e Taboão da Serra, avenidas, rodovias e grandes terrenos privados (especulação imobiliária, irregularidade fundiária, condomínios, armazéns, depósitos e indústrias) (ver mapa 1) A declividade acentuada entre as áreas próximas à Avenida Pirajussara e o Clube-Escola Mário Morais e os outros pontos focais situados na parte sudoeste da macro-área fazem com que haja uma barreira de deslocamento para pedestres, separando fisicamente as duas áreas. O limite de município entre São Paulo e Taboão da Serra, que segue ao longo da Avenida Jaguaré e Intercontinental, não separa os moradores fisicamente dos pontos focais mencionados, mesmo que haja certa declividade, mas nos impõe dificuldade de obtenção e cruzamento de informações geográficas, governamentais, econômicas e outras, além do fato dos moradores do Taboão da Serra não poderem utilizar alguns serviços públicos localizados em São Paulo, caso das escolas e do Clube-Escola.

1. Pracinha	6. CEI Sagrado Coração de Jesus	11. Favela Jd. Jaqueline	A. Rodovia Raposo Tavares
2. Clube-escola Mário Morais	7. Praça Maurício Goulart	12. Favela Jd. Independência	B. Av. Pirajussara
3. EMEF Vianna Moog	8. Campinho de futebol do Celeste	13. Favela Mandioquinha	C. Av. Jaguaré e Intercontinental
4. Centro Comercial Dracena	9. Parque Raposo Tavares	14. Favela do Gelo	(divisa São Paulo - Taboão da Serra)
5. EMEI Fernando Pessoa	10. Centro Comercial Intercontinental		D. Grandes lotes privados

Finalmente, outros pontos de utilização religiosa também influenciam o grau de convívio entre moradores e seu deslocamento pelos espaços livres públicos. Estes são as igrejas, capelas e centros religiosos. As mais expressivas são a Capela São Francisco, o Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, a Congregação Cristã no Brasil, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a Capela São Judas Tadeu, a Assembléia de Deus, e a Casa Espírita Grupo Fraternal Francisco de Assis (ver mapa 2).

Esses foram os fatores que influenciaram a escolha e delimitação do substrato e campo empírico do nosso objeto de estudo (ver mapa final da macro-área na página a seguir). Ademais, além de não pertencer à cidade luminosa, mas sim às zonas opacas, áreas de moradia dos pobres, sujeitas à carência de consumo material e imaterial, carência de consumo político, carência de participação e cidadania (SANTOS, 2006) o substrato escolhido restringe um determinado campo empírico, o qual foi pensado e delimitado também enquanto um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 1998) (ver mapa 5).

- 1 Capela São Francisco
- 2 Salão do Reino das Testemunhas de Jeová
- 3 Congregação Cristã no Brasil

- 4 Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
- 5 Capela São Judas Tadeu

- 6 Assembléia de Deus
- 7 Centro Espírita

Mapa 3. Delimitação da macro-área final do campo empírico cujas distâncias totalizam aproximadamente 1800 metros do extremo leste ao extremo oeste e 1500 metros de norte a sul. (Elaborado pelo autor sobre imagem de satélite, Emplasa, 2012)

4. TEORIA, MÉTODO, PRÁXIS

4.1 A Vontade

Vislumbrar uma luz que se projeta para fora do abismo da angústia e da alienação não significa ser ela mesma. O espírito que julga possuir alguma superioridade só o faz porque, de certa forma, pertence à mediocridade da qual pensa se afastar e da qual produz a faísca da diferenciação. O pensamento crítico presenteia-se frequentemente com prendas da autoafirmação. Atado ao jugo complacente de uma existência imutável, sofre, muitas vezes, do mal do círculo fechado, da emancipação mediante uma atividade intelectual que se basta. De fato, o esforço para não cair em tentações da leviandade ou em práticas deléveis na história dos homens atesta a volição do *plasmarse* numa ideia de conjunto. A sede por resolver tensões coletivas não deixa de ser um amadurecimento da consciência individual. Contudo, ela não compreende a totalidade dos fatos e dos processos dinâmicos de outras dimensões, já que está emperrada numa racionalidade positiva. As diferenças entre *querer* e *agir*, *compreender* e *transformar* são turvas tanto no interior do Eu como na sua extensão para mundo. Neste sentido, o pensamento crítico não tem escapatória, pois mantém seu *querer* e seu *agir* num modo de *pensar*. Esquece-se das bases que dão suporte para a vontade de ser crítico, nem considera a possibilidade da existência dela. Rejeitar o *status quo* ou as categorias que se nos apresentam estanques também está no âmbito da vontade, de um querer, do possível livre-arbítrio. Uma das bases ignoradas está justamente no fato de que a vontade se fundamenta num pensamento que comanda e outro que obedece pois:

O que é chamado “livre-arbítrio” é, essencialmente, o afeto de superioridade em relação àquele que tem de obedecer: “eu sou livre, ‘ele’ tem de obedecer” -essa consciência se esconde em toda vontade, e assim também aquele retesamento da atenção, o olhar direto que fixa exclusivamente uma coisa, a incondicional valoração que diz “isso e apenas isso é necessário agora”, a certeza interior de que haverá obediência, e o que mais for próprio da condição de quem ordena. Um homem que quer - comanda algo dentro de si que obedece, ou que ele acredita que obedece. (...) o querente acredita, com elevado grau de certeza, que vontade e ação sejam, de algum modo, a mesma coisa – ele atribui o

êxito, a execução do querer, à vontade mesma, e com isso goza de um aumento da sensação de poder que todo êxito acarreta. (NIETZSCHE, 2005, p. 23)

Não esqueçamos que este pensamento livre e crítico não é tão unívoco como querem alguns, também afunda, de hora em hora, em sua própria ideologia, vê-se preso no âmbito do “ou dentro ou fora”. Curiosamente, o indivíduo estende-se para o mundo pois também obedece a vontade de defesa, tentando banir o sofrimento por meio da transformação da realidade que tanto lhe sufoca. Porém, a recompensa que a atividade mental traz contra o sofrimento pode ser, ela mesma, uma simples defesa individual²⁴ e egocêntrica, visto que também angaria o sucesso e o status. O amor por si e pelos outros não é total quando não se movimenta, quando não é relacional, nem processual, nem dinâmico. A religião também pode dar essa ilusão. Eu obedeço o meu *querer* amar, me alinho ao pensamento doutrinário e penso estar no âmbito do *agir*, do *transformar*.

Para nós, portanto, pensar criticamente significa aceitar as dobras do inconsciente, das tensões latentes do aparente *mônada*²⁵, é estranhar o que se crê a partir do voo das tentativas, da trajetória dialética e da dinâmica do espírito querente de liberdade. Se nossa vontade é a da negação da naturalização dos fenômenos sociais, da cientificidade doutrinária na investigação, da perpetuação de um estado falso de amplitude racional e da dependência de teorias e métodos fechados, vimos na junção da *razão* e da *emoção* a coerência para ela.

4.2 Então uma pitada de Teoria Crítica

Mas como é que faz pra sair da ilha, pela ponte, pela ponte. A ponte não é de concreto, não é de ferro, não é de cimento, a ponte é até onde vai o meu pensamento. A ponte não é para ir nem pra voltar, a ponte é somente pra atravessar, caminhar sobre as águas desse momento. (LENINE, Canção “A Ponte”, 1999)

24 Freud, em O mal estar na cultura (2010), além de confrontar os ganhos e as perdas do processo civilizatório, investiga os métodos pelos quais os indivíduos lançam mão para impedirem ou se afastarem tanto quanto possível do sofrimento humano vinculado à vida na Terra. Ao que nos concerne, um desses métodos é o do trabalho da atividade mental ou artístico dotados de objetivos superiores, daquela de recriar a realidade do mundo: “Uma outra técnica de defesa contra o sofrimento serve-se dos deslocamentos libidinais permitidos pelo nosso aparelho psíquico, por meio dos quais sua função tanto ganha em flexibilidade. A tarefa a ser resolvida consiste em deslocar de tal modo as metas dos impulsos que elas não possam ser atingidas pela frustração do mundo exterior. A sublimação dos impulsos presta o seu auxílio para tanto. Isso é alcançado sobretudo quando se consegue elevar de modo satisfatório o ganho de prazer obtido de fontes de trabalho psíquico e intelectual. Desse modo o destino pouco pode fazer contra nós. Satisfações tais como a alegria do artista ao criar, em dar corpo aos produtos de sua fantasia, ou a do pesquisador na solução de problemas e na descoberta da verdade, possuem uma qualidade especial que um dia com certeza seremos capazes de caracterizar metapsicologicamente. Por ora apenas podemos dizer de modo figurado que elas nos parecem “mais finas e mais elevadas”, mas a sua intensidade, comparada à saciação de impulsos mais grosseiros, mais primários, é reduzida; elas não agitam a nossa corporeidade”. (FREUD, 2010, p. 68-69).

25 Substância simples, criada desde o princípio, inacessível a quanto existe e incorruptível. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <http://www.priberam.pt/dlpo/m%C3%B4nada> (acessado em 06.02.2012)

Muitas são as taxações a respeito da Escola de Frankfurt. Os principais autores a ela associados são Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e, posteriormente, Habermas e Honneth. Os questionamentos dessa escola obtiveram força nos movimentos estudantis, na contestação do positivismo e na crítica da civilização, tendo como base teórica o Marxismo e a Psicanálise. Na origem, a Teoria Crítica possuía o sentido interdisciplinar de diagnosticar a realidade social, que se apresenta em constante transformação e que não é apreendida por uma única teoria ou método (HONNETH, 2007). Problematisa o papel da razão em um sistema de dominação, dentro do qual o pesquisador também está inserido. Para este problema, Axel Honneth, em “Disrespect: the normative foundations of Critical Theory” (2007), vale-se da Psicanálise e da Psicologia Moral para investigar as condições imprescindíveis com as quais o sujeito se insurgiria contra a dominação. O psicólogo social entende que a Escola de Frankfurt flagra o problema do sujeito e da razão por intermédio de uma filosofia social, que mantém à negatividade crítica a condição de relatividade da atual sociedade. Nessa linha de pensamento, ainda fica a dúvida para nossa pesquisa: como converter essa racionalidade patologicamente distorcida e interrompida do mundo numa prática verdadeiramente crítica e emancipatória, quando o próprio pesquisador dela participa? Terreno fértil e movediço, também abrasivo e farto de ignomínias, a Teoria Crítica significa, na presente pesquisa, uma intensão, uma negação a uma forma de pensar.

Uma ciência que em sua autonomia imaginária se satisfaz em considerar a práxis – à qual serve e na qual está inserida – como o seu Além, e se contenta com a separação entre pensamento e ação, já renunciou à humanidade. Determinar o conteúdo e a finalidade de suas próprias realizações, e não apenas nas partes isoladas mas em sua totalidade, é a característica marcante da atividade intelectual. Sua própria condição a leva à transformação histórica. (...) O conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social, faz com que o pensamento abandone a sua própria essência (HORKHEIMER, 1985, p. 154)

Um dos legados hegelianos importantes na Teoria Crítica é a noção da razão enquanto motor da história. Ela também é dialética, é movida pela não identidade e pela negação. A razão viria a construir o estado de liberdade, uma constituição histórica capaz da auto-realização dos indivíduos. Entretanto, as condições materiais e psicossociais deveriam estar universalmente dadas para que esse estado da razão se perfizesse em todas as consciências. É nesse caminho que a Teoria Social Crítica oferece luzes à pesquisa e, por isso, onde estaria a paisagem nessa postura?

4.2.1 Interação Social, Ação Comunicativa e Transformação

A partir desse apanhado teórico, parece-nos profícuo estabelecer os métodos empíricos que consigam promover leituras da *paisagem dos lugares* dentro de um território escolhido, considerando os conteúdos sociais, objetivos e subjetivos refletidos e descritos até esta parte da pesquisa. Para tanto, pensamos no potencial da comunicação e, neste caso, na livre conversa com as pessoas, na interação social.

Habermas (2001) propunha a transformação do estado atual da sociedade mediante a *ação comunicativa*, trazendo a importância da linguagem na construção da emancipação. Tanto para Habermas como para Honneth, a prática crítica focalizaria a *interação social*²⁵. Os estudos da linguagem de Habermas foram fortemente influenciados pelos do filósofo Georg Mead para quem a comunicação é um ato marcado por uma argumentação dialética entre pessoas. A comunicação não seria um mero esquema mecânico, que é constituído por um codificador, um emissor, uma mensagem e um receptor. Ela contém níveis de interpretação e de expectativas simbólicas; por ela, verificamos um comportamento esperado tanto na pergunta quanto na resposta. A relação comunicativa passa a ser mediata e não imediata, ou seja, uma contradição entre termos. No tecido social existe uma linguagem controlada fortemente por um sistema de dominação, mas há a possibilidade do entendimento, do compartilhamento dos códigos para se comunicar. Logo, essa comunicação dar-se-ia horizontalmente, permitindo a construção de um juízo crítico da sociedade: essa seria a *ação comunicativa* habermasiana. A ideia do “mundo da vida”, quando se refere ao afeto, à igualdade entre os falantes, também é uma racionalidade astuciosa, pois estabelece certas estratégias

25 A ideia de que a experiência prática na sociedade é que possibilita a crítica dela mesma perpassa todos os autores da Escola de Frankfurt, os quais se ligam nuclearmente à Marx.

comunicativas, certas finalidades para alcançar objetivos (HABERMAS, 2001).

Há uma segunda possibilidade de conduta crítica na pesquisa empírica e que se relaciona com a linguagem. Referimo-nos à tentativa de identificação de uma ideologia dominante na fala dos sujeitos entrevistados. Interessa-nos identificar os símbolos que alimentam um discurso ideológico e que explicam, por sua vez, vontades ou repressões que podem influenciar a invenção de paisagens ou impedir que estas existam. A acepção de ideologia utilizada por Adorno (1965) é a de uma organização de opiniões, atitudes e valores; uma maneira de pensar o homem e a sociedade. Há, neste caso, a ideologia total de um indivíduo e aquelas com respeito à diferentes aspectos da vida social, política, econômica, religiosa, grupos minoritários, etc. Há a ideologia posta em palavras e a posta em ação. Elas estão inculcadas tanto na nossa subjetividade como na objetividade. Elas conduzem a tipos de comportamentos, sentimentos, pensamentos e tendências uniformes, as quais denunciam, muitas vezes, a existência de um ego frágil, pouco desenvolvido e facilmente cooptado por um sistema totalitário. (CROCHIK, J. L. 2008). Nessa cooptação está a presença da ideologia e de estruturas de imaginação. Portanto, a quais discursos devemos ficar atentos quando das entrevistas e questionários acerca do bairro e da *paisagem dos lugares*? Como formular um conjunto de perguntas que tente captar essas tendências, tanto as objetivamente epidérmicas quanto as subjetivamente profundas?

Permanece imprecisa a maneira pela qual a consideração das ideologias bem como da ação comunicativa contribuiria com o estudo empírico da *paisagem dos lugares*. Ela não entram como uma fôrma ou como um molde que prescreve as perguntas, mas suscita a vontade de lidar comunicativamente com o objeto de estudo, ou seja, atentando a nuances ideológicas como à possível transformação da razão patologicamente deficiente. Colocar em jogo mútuo essas questões poderá acarretará em outras formas de entendimento da paisagem, num processo relacional entre sujeitos e lugares, possibilitando assim um caminho para a transformação, tanto do conhecimento como da gente.

4.3 Sujeito e Objeto, Teoria e Método

Quando a teoria se torna a prática através do uso é que ela pode ser realmente verificada. Sob esta visão, temos, evidentemente, uma guinada de um idealismo filosófico para a interpretação materialista das ideias conforme elas aparecem em contextos históricos particulares. (HARVEY, 2009, p. 13)

Já há algum tempo, fez-se evidente as limitações do *método científico experimental*, largamente aplicado às ciências naturais e, posteriormente, às ciências humanas, as quais ramificam-se em especificidades imateriais. O que nos importa é a interpretação da investigação, ou seja, não apenas os fatos por si só, mas a forma como eles se constituem. O sujeito (o pesquisador) deve ser considerado no contexto no qual esses fatos ou fenômenos se apresentam, pois ele também faz parte do objeto que investiga.

A posição central do juízo de valor nas ciências sociais reside na aceitação de que os valores são os principais determinantes do comportamento humano, e ao mesmo tempo importantes áreas de estudo da ciência social. O cientista social deve, portanto, desenvolver uma vigilância para distinguir a aceitação desses valores e o seu estudo científico (GOODE, 1960)

Outro ponto importante refere-se à questão da relação sujeito-objeto, visto que o campo empírico desta pesquisa - um bairro específico da metrópole - possui contato íntimo com o pesquisador, ou vice-e-versa. Para esse problema, Demo (1955, p. 30) nos mostra que:

Ao contexto do “objeto” da pesquisa pertence também o sujeito. Ciências Sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explica porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora.

A possível perda de neutralidade por causa de uma relação próxima do sujeito com o seu objeto (neste caso a *paisagem dos lugares* do bairro do Jd. Celeste e entorno) é superada pelo ganho da profundidade do conhecimento e contato empírico adquiridos pela imersão do pesquisador em uma realidade específica, variada, volátil, banal, cotidiana, multifacetada e complexa. A frequência e a qualidade com que se vivenciou e coletou informações múltiplas deste objeto não teria sido possível, certamente, se estivéssemos situados em outro subdistrito da metrópole, dada a imensa dificuldade de mobilidade urbana hoje.

Além da questão sujeito-objeto, temos, nesta pesquisa, um leque amplo de fenômenos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais que se interrelacionam com as partes e com o todo. Daí a problemática da visada, da corrente de pensamento, dos métodos; nada pode apresentar incoerência.

Mesmo temendo tal armadilha, esta pesquisa não se situa límpida e redondamente em apenas um braço do conhecimento ou não segue piamente uma corrente teórica única. São as condições sócio-históricas que envolvem os indivíduos e seu ambiente que influenciam direta e indiretamente o nosso objeto de estudo. Por esse motivo, dependendo do momento da pesquisa, tentamos construir *pontes* de interligação entre algumas correntes de pensamento. Os pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade, por trazerem sólida reflexão sobre o indivíduo pós-moderno e sua coletividade prenhe de contradições, foram considerados no momento das entrevistas e questionários, evitando negligenciar os signos e representações socioculturais que atuam sobre o modo de ver o mundo e, consecutivamente, a paisagem e o ambiente. Em contrapartida, a reflexão sobre o território e suas paisagens se deu com a ajuda da Geografia Crítica (Milton Santos e David Harvey), de técnicas de percepção ambiental e sensorial do ambiente (Lucrécia Ferrara) e, finalmente, da corrente francesa de filósofos da paisagem (Augustin Berque e Alan Roger). Estas pontes foram possíveis pois descobre-se a realidade de muitas formas; só uma ideologia rasa quer um modo único de investigação.

Nosso intuito mais genuíno foi o de aproximar transdisciplinadamente²⁶ alguns achados teóricos e metodológicos que nos guiem para um pesquisar que dialogue com causas maiores. Neste caminho, também propomos o estranhamento do que está supostamente dado.

Porém, se a Teoria Crítica discute o estado universal da civilização, enfatizando os mecanismos de do-

26 Para Piaget (1972), as relações entre as disciplinas podem se dar em três níveis: Multidisciplinar, Interdisciplinar e Transdisciplinar. A primeira ocorre quando a solução de um problema requer a obtenção de informações de outras ciências e setores do conhecimento, sem que estas sejam alteradas ou enriquecidas com esse processo. Na segunda, verifica-se o intercâmbio mútuo e integração recíproca entre as diferentes disciplinas requeridas, havendo nesse caso o enriquecimento destas reciprocamente. A terceira, por final, procura integrar as disciplinas de forma global, onde as interações e reciprocidades entre elas avançam nos limites da setorização do conhecimento. Neste caso, a investigação de um bairro, de sua gente e da interação entre eles através da *paisagem dos lugares*, caminhará por diversas áreas do conhecimento, algumas mais outras menos, lançando mão de métodos que abarquem as necessidades específicas encontradas ao longo da pesquisa teórica e empírica. Uma disciplina total não será alcançada mas pequenos avanços e achados podem ocorrer em diversos setores do conhecimento aqui consultados e utilizados; por isso, aqui, o termo Transdisciplinaridade foi mantido.

minação e alienação da massa na sua inscrição material e histórica, e a Fenomenologia, no que tange os estudos da percepção ambiental e do inconsciente, lança a semente da transformação por meio da experiência singular, o conflito acadêmico está lançado! Mas se a paisagem é “complexidade do mundo”, é objeto pluridisciplinar, não há um único método válido que a encapsule, mas métodos que, ao trabalharem com sua totalidade, dialogam entre si, reconhecendo as especificidades de cada disciplina, de cada teoria e de outros métodos, num processo aberto que permite a redefinição dos objetos de cada ciência e recortes da materialidade da vida (LEFF, 2003). Em suma, reconhecemos a necessária cautela em trabalhar com a paisagem e o lugar, circunscritos num campo empírico específico, sem que se naturalizem fenômenos sociais através de uma postura a-histórica, particularista e experimentalista. Visamos articular criticamente a dinâmica e a complexidade da vida social, do cotidiano vivido. A própria junção dos conceitos *paisagem* e *lugar* no termo composto *paisagem dos lugares* implica, além da especificação do objeto e sua investigação, a necessidade da fusão de suas características para resolver uma problemática concreta e real tanto quanto abstrata e conceitual. Pensamos, assim, que nossa pesquisa poderia colocar-se como uma investigação crítico-prática da paisagem da periferia da metrópole, estudo de caso Jd. Celeste e entorno, tendo *a paisagem dos lugares* como termo composto que poderá, ao mesmo tempo, aprimorar a extensão dos dois conceitos e também balizar projetos pedagógicos e participativos. Desde a vivência cotidiana à descoberta do olhar, a emancipação dos sujeitos e o projeto da paisagem urbana tornam-se metas primordiais, tanto da teoria quando da empiria desta pesquisa.

4.4 A caminho da Práxis ou ainda no Gabinete

4.4.1 O Trabalho de Campo

Na intenção de abranger a realidade do bairro na sua totalidade, decidimos utilizar diferentes formas de coleta de dados, mas também formas variadas de apreender o cotidiano, as vivências e os conflitos. O trabalho de campo faz parte de uma etapa da pesquisa que produz descobertas que podem significar transformações no presente e no futuro. As pessoas cujos pensamentos e comportamentos são estudados desempenham diferentes papéis em diferentes momentos e, por esta razão, há definições que especificam seu status na pesquisa: *informante*,

participante, sujeito, morador, e outros. Neste caso, resolvemos chamar os respondentes de *participantes*, já que participam deliberadamente e, em algum grau, de uma pesquisa que busca a participação.

A importância do trabalho de campo esteve também em verificar a relação do conceito como fenômeno, como acontecimento. Os conceitos são construções lógicas criadas a partir de impressões sensoriais, percepções ou mesmo experiências complexas. Eles são representações mentais, habilidades e objetos abstratos. O conceito não é o fenômeno, isto é, essa construção lógica não existe sem o quadro de referência estabelecido. Assim, tem-se o erro da reificação, que é considerar as abstrações como se fossem fenômenos (GOODE, 1960). O trabalho de campo tem/teve sua validade enquanto tentativa de incrementar dialética e fenomenologicamente a pesquisa com conteúdos concretos da vida em movimento, do espaço em construção e da paisagem como emancipação.

4.4.2 A Pesquisa Participante

Nossa pesquisa prática possui camadas e níveis de participação, não poderia ser considerada um trabalho inteiramente participativo. Vemos, na academia, certo descrédito sobre o que se denomina de participativo e também verificamos frequentemente a falta de articulação e organização dentro da comunidade de que se quer crer como co-sujeitos da pesquisa. A pesquisa que se pretende participativa entende a realidade social como histórica, isto é, que acontece e é feita mas que também pode ser refeita e dirigida no presente, num constante devir. Ela é intrinsecamente conflitiva, principalmente no que diz respeito à desigualdade social e à dominação (DEMO, 1985). Não obstante, também na pesquisa de campo, a deformação da realidade é inevitável e o intuito aqui passa a ser o de reduzir a deformação ao mínimo possível.

A participação também não elimina o poder mas busca alternativas democráticas para o mesmo. Segundo Stuart Hall (*apud* DEMO, 1985) a pesquisa participante descreve-se mais comumente como uma atividade integrada, que combina a *pesquisa social*, o *trabalho educacional* e a *ação*. Vislumbramos a integração dessas três instancias, mesmo que em níveis e prioridades diferentes (ver lista de características e métodos que definem holisticamente a postura participativa desta pesquisa (DEMO, 1985)).

- O problema tem sua origem na comunidade e no local de trabalho. As soluções encontradas poderão ser

aplicadas e beneficiar outros casos, outras realidades. A descrição, (re)definição e construção do termo composto *paisagem dos lugares* ultrapassa o estudo de caso e poderá contribuir com o estudo e projeto das paisagens urbanas das periferias de grandes metrópoles latino-americanas.

- A finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural e o melhoramento da vida dos implicados com ela. Os beneficiários são tanto os trabalhadores e a população atinente quanto o pesquisador e a ciência por ele estudada.

- Verifica-se o papel de reforço à conscientização das habilidades do povo, dos recursos locais e o apoio à organização e mobilização civil. Tal empoderamento se limita, por enquanto, às questões atinentes à *paisagem dos lugares* do Jd. Celeste e entorno. Tanto as oficinas e mutirões nas escolas públicas quanto os questionários e entrevistas com moradores compreendem a fusão teoria-prática de uma pesquisa-ação e das habilidades externas (acadêmicas) e internas (locais).

- Apesar do pesquisador “especializado” ter vindo ou possuir ideias “de fora”, ele também é participantes e conduz mais a uma militância do que a um distanciamento. Aceitamos, portanto, um papel ativo e questionador tanto do pesquisador quanto dos participantes da pesquisa.

- Há que exercitar a escuta e o entendimento. Aceitamos mudanças ao longo da investigação, já que escutar verdadeiramente significa permear-se com o inesperado, o alheio, o diferente.

Isto posto, evitemos o enfoque manipulador e o ativismo ingênuo. Nada impede que uma prática reacionária se adorne com um discurso revolucionário. A sabedoria popular não deve se idolatrar, visto que a comunidade não tem todas as repostas, nem o pesquisador. Há antagonismos entre os membros da comunidade e entre o pesquisador e a comunidade.

4.4.3 A Observação Participante

O experimento consiste na evocação da autoconsciência e do autoconhecimento no objeto que se observa. Observar uma coisa significa apenas impeli-la para seu autoconhecimento. (BENJAMIN, 1993, p. 65).

A observação participante tem sido definida como um “período de intensa interação social entre pesquisadores e sujeitos, no meio desses últimos, durante o qual coletam-se dados, na forma de notas de campo, de uma maneira sistemática e não-reativa” (BOGDEN, 1972, *apud* SELLTIZ, 1987, p. 111). O objetivo é descrever as complexidades encontradas na situação, com um mínimo de teorização *a priori*. Assim, um dos aspectos da observação participante é a ausência de procedimentos operacionais padronizados. Segundo o sociólogo francês Jean Peneff, em “Le goût de l’observation”, 2009, a observação participante também se define quando o pesquisador se aventura para fora de seu gabinete, mistura-se à vida banal e corriqueira, intervém na realidade social estudada para captar os elementos de um conhecimento específico e difundí-la a seus leitores (PENEFF, 2009, p. 9). A prática de imersão é muito mais do que um contato prolongado. Incorpora-se o conhecimento no momento em que o pesquisador sai de sua zona de conforto, se confronta com o diferente e o inusitado, quando entra em conflito consigo mesmo, suscitando o descobrimento. Quanto mais tempo um observador participante passar com as pessoas que estuda, menos influência ele exercerá enquanto pesquisador, pois, embora os sujeitos possam desejar aparecer de uma determinada forma, eles não poderão agir de forma não natural se o observador permanecer com eles por muito tempo. Portanto, quanto mais o observador participante estiver inserido na situação de pesquisa, menos provável será a distorção do que os sujeitos são e do que desejam ser.

Não há descontinuidade entre a observação ordinária e aquela sofisticada do cientista. Cabe à nós encontrar a malha que liga o específico ao profano, o culto ao jornalista, o militante àquele que está imerso na vida vivida *in situ*. Mostrar-se aberto e flexível à sociologia popular encontrada, refutar os clichês das grandes opiniões faz parte da observação que almejamos, principalmente na escala do bairro.

De início, os estudos em campo foram precedidos por observações não controladas e muitas delas fora da

temática da pesquisa. Contudo, mesmo estas puderam oferecer dados preliminares valiosos e auxiliar no desenvolvimento de observações mais precisas, que ocuparam uma fase posterior da investigação. De qualquer forma, a utilização de registros precisos (filmadoras, câmeras fotográficas, gravador e outros) foram utilizados repetidamente.

Ao final, a observação participante possuiu o papel de uma ferramenta de coleta de informações mas não somente; ela está/esteve imbicada no intuito da participação entre os sujeitos, da horizontalidade da produção do conhecimento e na possibilidade da transformação social.

Para Marx, o ato de observar é de fato um ato de avaliação e separá-los é forçar uma distinção na prática humana que na realidade não existe. (HARVEY, 2009, p.15)

4.4.4 Contribuições da Percepção

Como nosso objeto de estudo é, grosso modo, a investigação da *paisagem dos lugares* do Jd. Celeste e entorno, importa-nos compreendê-lo de forma total porém detalhada, afim de suscitar críticas e recomendações para o futuro. Dada a complexidade e vastidão deste objeto, a empiria desta pesquisa pressupõe o uso de métodos variados que captem as especificidades desejadas.

Interessou-nos investigar a capacidade dos moradores do Jardim Celeste em desenvolver informações a partir da paisagem e do ambiente urbano circundante, que se transformam constantemente. A percepção que possuem deste ambiente corresponde, em larga medida, às faculdades cognitivas, emocionais e culturais. Quais os sistemas de representação e de linguagem que correspondem à escala do cotidiano urbano deste bairro? Quais são suas manifestações representativas? Estamos no âmbito dos fenômenos da linguagem, campo de estudo claramente interdisciplinar. Mais ainda, “caranguejamos” nos estudos da semiótica que nos ajuda a entender as simbologias e signos das representações e fenômenos culturais.

Tendo a paisagem urbana forte ligação com a imagem, com o ato de ver a cidade, muito nos interessa os métodos de análise e reflexão acerca da percepção urbana que, aqui, é:

(...) uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se apoia, de um lado, no uso urbano e, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão, da rua, entendidos como “fragmentos habituais” da cidade. Uso e hábito, reunidos, criam a imagem perceptiva da cidade que se sobrepõe ao projeto urbano e constitui o elemento de manifestação concreta do espaço. Entretanto, essa imagem, porque habitual, apresenta-se homogênea e ilegível. (FERRARA, 1993, p. 18)

Também há que se pensar a maneira pela qual se decifra esse urbano, essa percepção da cidade.

(...) entender sua lógica supõe reconhecimento da sintaxe, do modo de formar o que o identifica, das faixas de linguagem que se semiotizam na sua constituição, da possibilidade de romper aquela homogeneidade a fim de projetar elementos de predicação, de qualificação. A essa operação damos o nome de percepção urbana enquanto modo de reter e gerar informação sobre a cidade. Percepção é informação. (FERRARA, 1993, p. 18)

Neste caminho, podemos pesquisar as características físicas e o uso e as transformações do ambiente urbano do campo empírico escolhido, trabalhando com a percepção, a leitura e a interpretação. Ao cabo, quer-se analisar como a imagem urbana também é rica fonte de informação sobre a metrópole e suas tensões, aqui na escala do bairro. No caso específico do Jardim Celeste e entorno, há que se estudar as micro-linguagens, os micro e macro-signos da urbanização, da arquitetura, da falta ou presença técnica, da publicidade, dos veículos, das ruas, das praças e de outros elementos presentes no espaço e que carregam, reproduzem signos e significados que informam sobre o cotidiano urbano na escala do uso. Tal semiótica do espaço social tem como objeto o modo como as linguagens do espaço se representam, se constroem e se transformam. Evidentemente, a experimentação e/ou construção do conceito de paisagem urbana, mais particularmente da *paisagem dos lugares*, foi estudada junto dos participantes à luz dessa abordagem semiótica.

Trabalhar com a percepção ambiental neste trabalho significou, no fundo, apreender a substância da

interpretação/percepção da imagem urbana²⁷ como informação para a possibilidade da melhoria da vida no bairro. Não somente, foi método imprescindível para a compreensão do campo empírico, da sua gente e das relações conflitivas e/ou solidárias travadas principalmente no uso do espaço público. Aliás, a questão do hábito e do uso são, por esta razão, fundamentais em nossa pesquisa. Afinal, é pelo hábito que se dá a sedimentação de um uso urbano, que o homem se apropria do espaço, identificando-o e se identificando com ele. Contudo, este mesmo uso habitual também torna ilegível o lugar urbano, já que a atividade rotineira também apaga muitas percepções. Em razão disso, para ler o ambiente, é necessário romper com o hábito e se surpreender com o lugar do dia-a-dia. Esta surpresa pode ser adquirida com a utilização da observação, com os estudos da linguagem e também com a fotografia e o desenho, que podem ser instrumentos eficazes para fazer ver o espaço habitado do cotidiano e denotar a capacidade perceptiva do indivíduo, ou um indicador do estágio dessa percepção.

Não obstante, o que se chama de percepção semiótica, como a capacidade de apreender e gerar informação a partir da experiência, pode dividir-se em duas dimensões: o percepto e o juízo perceptivo, sendo o primeiro uma imagem que se apresenta imediatamente na sensação de sua materialidade, sem nos permitir o conhecimento ou a consciência do modo pelo qual se constrói, e o segundo, que é uma percepção ativa que depende, integralmente, da consciência do receptor, onde a qualidade do objeto passa a ser o elemento que o distingue entre outros da mesma espécie e pelo qual se assume um valor distinto para quem percebe (FERRARA, 1993). Portanto, acreditando que a paisagem também se inicia quando há certo juízo perceptivo e quando a qualidade do espaço circundante se transmuta, decidimos utilizar a fotografia tanto nos métodos de aquisição de informação primária – questionários e entrevistas – como também nas propostas participativas do estudo e transformação da paisagem. Desse modo, quisemos que a qualidade imagética da paisagem fosse refinada ou repensada a partir da percepção e também do cabedal culturalmente vivido por cada participante.

Em suma, utilizamos a percepção ambiental e visual da forma urbana nos métodos empíricos selecionados, junto aos participantes da pesquisa, com o intuito de compreender suas apropriações mentais, emocionais e físicas do ambiente circundante e quiçá de suas potencialidades artísticas, isto é, de fazer de seu lugar uma paisagem, agindo interna e externamente sobre uma parte do mundo, transformando-a em *paisagem dos lugares*.

27 Há, sem dúvida, uma distinção entre a imagem urbana e paisagem urbana. A primeira se define como a aparência pura do que se apresenta ao observador, não considerando a subjetividade ou arcabouço cultural com que o observador se utiliza para ver a cidade. Porém, imagem e paisagem estão intimamente imbricadas, já que o olhar participa ativamente dos dois termos. Neste caso, como o ambiente urbano também participa da paisagem e nesse sentido há métodos de pesquisa na sua apreensão e representação que podem enriquecer nossa análise das paisagens dos lugares no cotidiano urbano, vimos a relevância do estudo da percepção ambiental e da imagem urbana como representação da cidade.

4.4.5 Imagem: usos e desusos

As representações derivadas da visão – desenhos, pinturas, filmes, fotografias – são artefatos culturais e são produtos de intencionalidade específica. Cada um deles carrega uma manifestação real e muitas possíveis. As civilizações estiveram largamente acostumadas com alguns desses aparatos visuais. Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens, elas devem ser consideradas como fontes históricas de abrangência transdisciplinar, cuja utilização científica proporcionará maior ou menor êxito no avanço do conhecimento, conforme o cabedal lúcido-crítico do pesquisador.

As imagens possuem diversas funções na sociedade. A estética trata de representar o belo, a comunicação trata de propagar o conhecimento científico, mas também de entreter, de espetacularizar, de manter verdades moralmente absolutas, de vender mercadorias e felicidades. A imagem é apenas um tipo de mediação entre o homem e o mundo, permitindo validar aquilo que é visto pelos nossos olhos. Ela é construção e constructo sociocultural já que possui “códigos invisíveis do visível que definem, bastante ingenuamente e para cada época, um certo estado do mundo, isto é, uma cultura” (DEBRAY, 1993, p. 23).

A imagem pode ser objeto (pintura, fotografia, desenho) e também mental (sonhos, alucinações). Somos capazes de construir *imagens mentais* que, dentro do imaginário social, advêm das representações codificadas pelas relações sociais, construídas por todos nossos mecanismos perceptivos (táteis, sonoros, olfativos e verbais). Construímos também as *imagens concretas*, baseadas em um suporte definido materialmente, tal qual a fotografia, o desenho, a pintura no muro, por exemplo (TACCA, 2005).

Porém, não queremos compreender a imagem separando-a do pensamento, senão vira distração. Busca-se, aqui, entender o olhar mais como a faculdade de estabelecer relações do que na de recolher imagens; a proposta é exercitar um olhar reflexivo inquietante. Também deve ser considerado que a imagem não se opõe à verdade, contanto a deixemos no seu status de *representação*. Ou seja, a imagem começa quando paramos de ver o que é materialmente dado para ver outra coisa, aquilo que está ausente e ela tornou presente. A imagem é o representante, o substituto de qualquer coisa que ela não é (WOLF, 2005). Portanto, deve-se entender que a imagem tem uma inferioridade ontológica em relação ao representado já que ela não é o verdadeiro ser. Porém, ela possui

outras importâncias que para nós são/serão imprescindíveis, principalmente se a compararmos com a linguagem, especificamente com as palavras.

A imagem não dispõe de conceito e não consegue, por si só, explicar nada, coisa que a linguagem verbal o faz magistralmente. Esta tem a dificuldade de descrever o indivíduo naquilo que ele tem de único, tal pessoa, tal paisagem; são necessárias longas explicações inexatas. A imagem descreve tal cor, tal luz, tal impressão de conjunto; ela mostra tudo isso num simples olhar. É preciso, também, ficar atento à *ilusão imaginária* que ocorre frequentemente no uso e abuso das imagens. Isso ocorre quando a imagem deixa de representar algo e passa a apresentar-se a si mesma. Essa ilusão é a do fantasma, do ícone, pois passa a atribuir à própria realidade o poder que é das imagens, isto é, o poder de representar (WOLF, 2005). Por isso, fala-se na transparência ou opacidade da imagem. Quando ela é transparente, olhamos a imagem mas não a vemos, pois só vemos a coisa representada; o ausente tornou-se completamente presente. Já a imagem opaca, ao mesmo tempo que mostra alguma coisa, mostra-se a si mesma como imagem. Isso acontece, por exemplo, quando, na imagem, há certo grau de perspectiva, um ponto de vista, o olho do espectador cheio de intencionalidade. “A individualidade do representado desdobra-se doravante em individualidade do representante e individualidade da representação” (WOLF, 2005, p. 41). Isto posto, este tipo de imagem não dá lugar à ilusão, ao perigo de fazer crer que não são imagens, que não são representações. Dessa forma, quanto às imagens nesta pesquisa, convidamos ao exercício da opacidade, para que realidade e representação continuem a dialogar, mas que possam ainda ser distinguidas.

Há outros aspectos relacionados às imagens aos quais devemos ficar vigilante. Tanto o produtor – pesquisador e alunos-participantes - quanto o leitor das imagens devem estar atentos às verdades e aos limites que estas carregam. Assim como dizia Terence Wright, em “The Photography Handbook”, (1999), o leitor de imagens deve considerar tanto o conteúdo como o contexto destas. As propriedades da imagem e a interpretação dos olhares não é fixa na história. Existe a narrativa quista pelo produtor da imagem (interna) e a narrativa produzida pelo seu observador (externa), que pode facilmente seguir sendas não imaginadas pelo produtor. Isso ocorre no plano mental devido à mediação que se manifesta no ato de ver, em que o sujeito da visão tem consciência que percebe a realidade ou o que chamamos de mundo, segundo um repertório adquirido e forjado no interior das relações sociais

(BANKS, 2001). Portanto, essa significação variante da imagem, tanto no observador quanto naquele que a produz, ultrapassa a concepção antiga e positivista de uma imagem técnica que se comportaria simplesmente como um espelho de uma realidade mecânica e automaticamente abordável a serviço da neutralidade da ciência. Em contrapartida, a interpretação e a representação das imagens em pesquisas científicas tornou-se um problema, já que tanto as condições técnicas de produção da imagem quanto a própria fisiologia do olhar e seu aporte sociocultural seriam responsáveis por criar um discurso imagético ideológico, ou mesmo um símbolo, uma convenção (DUBOIS *apud* TACCA, 2005).

Mas afinal, o real sempre foi arbitrário e ideológico. A imagem não foge à regra nem à luta e o que importa é o contexto de sua utilização. Esta constatação, por exemplo, guiou-nos para uma interpretação crítica das imagens utilizadas nesta pesquisa, sejam do próprio pesquisador ou dos participantes, sejam fotografias ou desenhos, grafites ou pichações.

4.4.6 A Fotografia e sua ambiguidade

A finalidade do método fotográfico, que tateia e explora uma dada realidade, foi providenciar um apanhado geral das condições materiais, sociais e culturais de um ambiente urbano que é vivido e visto publicamente. Fotografias são um ótimo meio para documentar aquilo que é captado mas também a própria percepção de quem o capta. Uma fotografia interessante não é feita depois de se ter achado algo interessante para fotografar mas sim depois de se achar um interesse por alguma coisa. Fotografa-se aquilo que se tornou interessante para si. Essa maneira de enxergar as coisas aplica-se diretamente à maneira de estudar uma vida social (PENEFF, 2009). A utilização da imagem fotográfica num contexto acadêmico deve ser entendida tanto como um documento fechado, definido e portador de informações relevantes e pertinentes à realidade, como também uma representação aberta, indefinida, real, porém imaginária, cheia de segredos e interstícios socioculturais, artísticos e poéticos (KOSSOY, 2009).

Nas fotografias, temos um processo de produção de realidades e ficções, de imagens técnicas e imagens mentais, entre realidades construídas e ficções documentais. Isto significa que há uma ambiguidade nessa relação: o documento fotográfico não pode ser compreendido independentemente do processo de construção da repre-

sentação em que se originou e também deve ser levado em conta o processo de criação técnico, estético, cultural elaborado pelo fotógrafo. As informações nelas contidas se abrem a diferentes “leituras” que cada receptor poderá fazer num dado momento, retumbando peculiarmente em cada “leitor”, suscitando acidentalmente inúmeras interpretações. Isto ocorrerá pois a fotografia possui o poder de informar, mas também de desinformar, de emocionar, de transformar, de denunciar e manipular; é instrumento ambíguo de conhecimento (KOSSOY, 2007).

Está a cargo do receptor das imagens aqui veiculadas perceber o confronto entre as realidades que vê: aquela do documento, do registro material, objetivo e passado e aquela da representação subjetiva e interpretada em função de suas imagens mentais e filtros socioculturais. Esta ambiguidade da fotografia é intrínseca. O emprego delas como fonte de informação é apenas um dentre tantos (inclusive simultaneamente a outros) e não altera a natureza da coisa, mas se realiza efetivamente em situações culturais específicas, entre várias outras. A mesma fotografia, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se (sic) e produzir efeitos diversos (ME-NESES, 2003, p. 29).

4.4.7 A Fotografia e a Pesquisa Participante

Visto que a fotografia, assim como o texto e outras formas de comunicação, pode conter a verdade tanto quanto a mentira, optamos por utilizá-la enquanto instrumento de captação de um aspecto da realidade como meio de participação na pesquisa. Fica claro que o recorte e a visada são inevitáveis, tanto o binóculo quanto o microscópio focam a parte, não são instrumentos para a captação de um todo. É a interpretação e o uso dos focos coletados que poderá elevar os conteúdos a níveis mais amplos, generalizados e comparáveis. Nesse sentido, o aparelho fotográfico nas mãos de estudantes e residentes da periferia da metrópole permitiu a ampliação e o detalhamento de aspectos da realidade aos quais uma pesquisa não participativa não atingiria. Ademais, o trabalho fotográfico construído e vivenciado pelo pesquisador e pelos estudantes-participantes, dentro do campo empírico de ambos, suscitou maior variedade de compreensão do objeto de estudo – bairro e suas paisagens – e maior potência de uma transformação emancipatória, já que vislumbrou o olhar independente, crítico, artístico e solidário. Isto não significa, contudo, que o leitor deva esquecer-se das entrelinhas, das ambiguidades e ficções das imagens.

Segundo Boris Kossoy (2009), o processo de criação do fotógrafo passa por binômios e dualidades constantes: pela ordem do material quanto do imaterial, pela tecnologia e técnicas empregadas quanto pelo tema/assunto selecionado, pelas ações e intervenções no espaço quanto pela concepção e cabedal estético-cultural, pela materialização documental quanto pelo registro enquanto representação simbólica. Dessa forma, a imagem fotográfica foi caracterizada pela sua concretização, espacialidade e territorialidade (quando adquirida através do daguerreotipo²⁸) ou por sua abstração por ser produto da imaginação (no caso das manipulações estilísticas, plásticas e lúdicas através da fusão de desenhos e retoques digitais).

Na ordem do *material*, as imagens fotográficas foram captadas através do aparelho celular e de uma máquina fotográfica profissional. Muitas das imagens foram impressas em fotocópia, depois estudadas e trabalhadas no papel e no computador, conforme os objetivos de criação e experimentação (artialização e poetização, ênfase em componentes e/ou processos da *paisagem e dos lugares*, ludicidade enquanto possível pedagogia e outros). Outros materiais foram conjugados nessa etapa, como lápis de cor, pastéis, grafite e canetinhas.

Na ordem do *imaterial*, isto é, do objeto de estudo e dos fatores mentais e culturais que influenciam as escolhas da produção imagética, consideramos as relações sociais que interferem direta e indiretamente na formação da *paisagem dos lugares* da área estudada, tendo o espaço e a natureza como palco e pano de fundo do percurso. Assim, o processo de criação visual partiu da motivação do pesquisador de compreender a totalidade das categorias adjacentes e nervais dessas paisagens afim de trabalhá-las e interpretá-las durante e após sua fabricação visual. A intencionalidade/finalidade das imagens produzidas pelos participantes da pesquisa ou por terceiros, não poderão ser fielmente explicadas como as primeiras; contudo, ainda poderão servir de base para a construção das concepções de paisagem que investigamos na presente pesquisa. Elas poderão simplesmente representar outros olhares, outras perspectivas de construções reais e fictícias das situações encontradas em campo, dando aos interessados a oportunidade de experimentar tal exercício fotográfico e/ou voz imagética na pesquisa. Também, com o método fotográfico e artístico, pudemos observar o grau de artialização do olhar do participante, já que “existe um pensamento plástico como existe um pensamento matemático ou um pensamento político; e é essa forma de pensamento que até hoje foi mal estudada” (FRANCASTEL, 1982, p. 3).

28 Nome dado ao aparelho fotográfico primitivo ou mecânico, inventado por Daguerre. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <http://www.priberam.pt/dlpo/daguerreotipo> (acessado em 04.02.2012).

Quanto à seleção do “quadro” das imagens, uma sugestiva harmonia plástico-estética foi, muitas vezes, fabricada bem como a total ausência deste vetor, quando, por exemplo, a aparência do objeto retratado era mais significativa para a explicação de uma determinada situação ou conflito do que o seu potencial paisagístico *per si*. Os momentos de captação de imagens foram completamente aleatórios, ocasionais, porém altamente frequentes ao longo da pesquisa²⁹. Buscou-se trabalhar com variedades de momentos e situações, tanto de ordem ambiental quanto social. Foram finais de semana, dias de semana, manhã, tarde e noite, ao longo de quatro anos de pesquisa, de 2010 à 2013. Espera-se que o leitor compreenda o momento da captação da imagem, seu contexto, seu uso junto ao texto e seu potencial de imaginação, no pesquisador e em si.

4.4.8 O Universo da linguagem

Optamos pela importância da linguagem e da oralidade enquanto meios de participação e contribuição daqueles que forneceram informações e opiniões acerca do objeto de estudo e seu campo empírico. Portanto, há sentido reconhecer a complexidade desse tema e compreender, tanto quanto o possível, os (des)caminhos frutíferos da linguística numa investigação sobre a paisagem, o ambiente e a gente. Essa necessidade mostrou-se imperativa quando iniciamos um contato mais próximo com o campo empírico, ensaiando formas de apreender as realidades multifacetadas que se apresentavam, tanto geográfico-naturais quanto humanas.

De início, as conversas com os moradores, soltas e ao acaso, tomavam rumos completamente inesperados. As palavras com as quais expressavam suas vontades e indignações, tanto quanto suas histórias e perturbações cotidianas, pareciam cabíveis e desconcertadas, uma mistura de inequívoco e questionável. Daí pensamos que a linguagem é ser e estar no mundo, é parte e também é todo. As palavras e gestos são ramificações de um mundo finito, individual e socialmente construído, atingem a finitude tão-somente do pesquisador, cuja compreensão de uma realidade, através da linguagem, acontece de forma mediatizada e portanto cheia de interpretações.

Preocupados com a fidedignidade das informações, imaginamos, num determinado momento, que cada palavra proferida pelo participante, cada gesto movido resultaria em nós, receptores da linguagem, pelo menos o dobro do número de interpretações inicialmente quistas pelo emissor do recado. Daí, pensamos: aqui se chega no

29 Mais uma vez, a proximidade do pesquisador com o campo empírico facilitou enormemente esta produção.

âmbito do impossível, da necessidade da escolha ou pelo menos de uma forma de interpretação cognoscível entre ambas as partes. Portanto, de que forma traduziríamos essa linguagem tão complexa para uma investigação específica, para um texto acadêmico?

Segundo Saussure (1996) a linguagem é multiforme e heteróclita, isto é, atravessa sobre diferentes domínios, ao mesmo tempo físico, fisiológico e psíquico. Ela pertence ao domínio do individual e do social, ela não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos e é por isso que não sabemos como determinar sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo em si mesmo, um princípio de classificação, é uma parte da linguagem humana. A fala, por sua vez, seria o exercício individual dentro dos limites da língua. Contudo, o estudo da linguística clássica, tendo avançado no detalhamento e parcelamento da linguagem, parece ir na contramão do que Bakhtin, filósofo da comunicação humana, esforçou-se em evidenciar. Para ele, em “Estética da Criação Verbal” (1997) o único objeto real e material de que dispomos para entender o fenômeno da linguagem humana é o exercício da fala em sociedade, ou seja, a língua falada nas ruas, nas feiras, na igreja, no quartel, no bordel, etc. O mundo está em movimento, sempre em processo e a linguagem não é diferente. Ao falar, modificamos diariamente o significado e a semântica das palavras que utilizamos, acrescentando e excluindo valores e códigos. Para Bakhtin, já que a comunicação oral possui tal importância, a atenção deve estar na linguagem e não na língua. Põe ênfase no enunciado e não no signo, já que o primeiro pressupõe a presença de um enunciador e de um receptor, sendo que o segundo faz parte de uma construção teórica que dispensa os sujeitos reais do discurso. Um enunciado acontece em um certo local, em um determinado tempo, é construído por um sujeito histórico e recebido por outro; é irrepetível, é único, é sempre um acontecimento (BAKHTIN, 1997).

Outro ponto importante trazido pelo filósofo é o fato de que, além do enunciador e do receptor, um terceiro também participa do diálogo. Este seria o conjunto de valores que vigiam e conduzem nossas respostas. Este pode ser uma autoridade religiosa, uma ideologia, uma classe social, etc. Por esta razão que, para Bakhtin, a enunciação³⁰ é a unidade de base do diálogo e é sempre de natureza social, portanto ideológica. Segundo ele, a enunciação não existe fora de um contexto histórico e social. Nesta perspectiva, a filosofia marxista da linguagem coloca como base de sua doutrina a enunciação como realidade da língua e como estrutura sócio-ideológica. Foi exatamente

30 Produção individual, através da língua, de um texto ou enunciado, em determinado contexto, dirigido a um interlocutor. Dicionário online Priberam da Língua Portuguesa (acessado em 08.06.2013)

a este aspecto que também ficamos atentos para evitar a alienação e banalização do que nos foi oferecido como resposta, opinião, certeza e/ou dúvida.

Sob esse prisma, se a linguagem entre pesquisador e participante puder revelar os substratos ideológicos e reificantes mais profundos de ambos, então a comunicação estabelecida no diálogo poderá suscitar transformação. Quer dizer, assim como apontava Habermas (2001) sobre a *ação comunicativa*, os valores do indivíduo, sejam estes reveladores de dominação e/ou de emancipação, serão trazidos a tona no diálogo, possibilitando a transformação do estado atual de um pedaço de sociedade. Como vimos, essa interação social de que fala Habermas só será possível quando elevarmos a importância da linguagem na construção da emancipação, cujo nascedouro advirá no momento da linguagem horizontal, da igualdade entre os falantes, que poderão encontrar finalidades comuns dentro do âmbito da transformação social.

Na tentativa de aplicar empiricamente tais considerações, tanto no momento do questionário quanto nas entrevistas, entendemos a palavra como sendo uma unidade da língua, inserida no diálogo, mas que não pertence ao falante unicamente. Segundo Bakhtin (1997) o ouvinte também está presente de algum modo, assim como todas as vozes que antecederam aquele ato de fala e que ressoam na palavra do autor. Tudo o que é dito está situado fora da alma do falante e não pertence somente a ele³¹. Consequentemente, o estudo empírico da paisagem e do bairro foi fortemente traduzido através de um conjunto de palavras proferidas pelos participantes, o qual denotou um estado histórico e específico da cultura, assim como o aprofundamento de aspectos atinentes às realidades e conceitos abordados.

Finalmente, mesmo que o questionário tenha trabalhado com frases fechadas e respostas mais ou menos “digeridas” previamente, foi através da fala que obtivemos as informações acerca do tema proposto. Por isso, o questionário foi na direção de certa generalização, da compartimentação da realidade. Isto não diminui sua importância enquanto método empírico, mas delimita seu campo de ação. Ou seja, mesmo que tenhamos atentado à linguagem dos participantes, seus gestos, seus valores, o contexto da fala, suas expressões faciais, sua aparência física e anímica, trabalhamos indubitavelmente com a língua; isto é, com as palavras utilizadas pelos participantes para identificarem, criticarem e construírem seus argumentos e respostas. Aí está a razão pela qual decidimos

31 Alguma semelhança com o ato de inventar e/ou ver uma paisagem? Os constructos culturais parecem possuir tal entrelaçamento.

criar questionários e entrevistas “pré-testes” para coletar as palavras mais utilizadas pelos moradores do bairro para descreverem e explicarem o que lhes era questionado. Contudo, no momento da entrevista, a interpretação da linguagem, tanto do pesquisador quanto do participante, contextualizou-se de forma menos fechada e rígida, alavancando entendimentos mais profundos, tanto dos conceitos questionados quanto do diálogo estabelecido.

4.4.9 Aquisição de informação: linguagem e imagem

Para analisar o estado da percepção, da comunicação e da relação dos sujeitos entre si e com o espaço vivido cotidianamente, utilizamos questionários e entrevistas, atentando para a questão da fidedignidade (replicáveis e consistentes) e da validade (representações precisas da característica que se pretende medir/obter). Resolvemos conjugar estes dois métodos empíricos afim de aproveitar as vantagens de ambos. O questionário foi um meio de obter respostas a partir de questões mais simples, fechadas e direcionadas. Já a entrevista, que seguiu um roteiro previamente estabelecido, caracterizou-se por uma lista de pontos ou tópicos que tentamos seguir durante o contato com o participante. Estes dois instrumentos de pesquisa continham um conjunto de *itens* correlatos e relacionados a uma investigação central: o bairro e suas paisagens. O questionário, além de prático e rápido, pôde evitar potenciais vieses do pesquisador e manteve o anonimato dos participantes, enquanto que a entrevista possibilitou maior elasticidade na duração das conversas, uma cobertura mais profunda do assunto, como os aspectos influenciados pela emoção, sentimento e traumas, além de produzir uma amostra mais fidedigna da realidade falada, que possui espontaneidade.

A conjugação da entrevista com o questionário ocorreu de modo a mostrar a pertinência e precisão de algumas questões que foram postas em ambos. No caso do questionário, por exemplo, evitou-se repetir questões que buscavam o mesmo tipo de informação/opinião, não deixando o participante cansado ou desestimulado, mesmo que essa seja uma prática recomendada dentro das pesquisas sociais empíricas (KIDDER, 2008). Não obstante, as entrevistas foram feitas anteriormente, durante e posteriormente ao questionário, já que também serviram como pré-teste para a construção do último.

Em ambos os casos, utilizamos recursos visuais para analisar opiniões e graus de refinamento no olhar,

percepção e concepção da paisagem. Assim como nos testes de figuras utilizados por R. E. Horowitz (1939), por Clark e Clark (1950), Cataldo, Johnson Kellstedt e Milbrath (1970) *apud* Kidder (2005), onde cartões visuais foram empregados na pesquisa de campo afim de mensurar os vários tipos de participação e atitudes que grupos sociais apresentavam uns com os outros, decidimos utilizar fotografias de paisagens e lugares do Jd. Celeste e entorno para investigar as ideias de paisagens dos participantes dentro de uma análise valorativa (ruim ou bom, feio ou bonito, importante ou insignificante, etc). Não somente, acreditamos que a comunicação visual seja um estímulo que pode suscitar opiniões que não haviam sido anteriormente consideradas e/ou registradas pelo pesquisador. Ademais, a imagem possui alto potencial informativo e também investigativo, não necessitando inexoravelmente da construção de um texto que lhe explique.

4.4.10 Entrevistas

Sabe-se de antemão que os processos cognitivos, emocionais e anímicos tanto do pesquisador quanto do participante influenciam sobremaneira na qualidade e complexidade das informações e pontos de vistas trazidos na entrevista. A forma com a qual o pesquisador/observador consegue *penetrar* no vivido é a empatia, ou seja, a análise da descrição intencional do vivido se dá num mundo onde se experimenta, trabalha, se ama, se odeia, se contradiz, se aliena. Este olhar se preocupa em mostrar como se constitui a construção dos sentidos pelos sujeitos, isto é, como o sentido se faz pelo e para o homem no entrecruzamento de suas experiências mediatizadas pelo corpo próprio, pela coexistência com outros homens, pela práxis histórico-social-política, pelos sentimentos, (PONTY *apud* CARVALHO, 1987). Pelo fato da existência ser um fato pré-dado à reflexão, o pesquisador evita um posicionamento a-histórico ou a-cósmico, pois entende que o pensamento também está atado às amarras da existência vivida. A entrevista se dá sob a forma de existência situada no encontro, não é algo programado. É um acontecimento com o qual nos defrontamos e que vai exigir de nós um novo posicionamento. O encontro apresenta a alteridade radical do outro, nos obriga a reconhecer uma realidade estranha a nós, que possui identidade própria, suscitando o descenramento de nós mesmos, indo, intencionalmente, à compreensão empática deste outro que aí está. Por esta razão, algumas das perguntas previamente planejadas na entrevista acabaram caducando ou ganhando ainda mais força,

dependendo de cada indivíduo entrevistado, e também do arrebatamento das respostas no próprio pesquisador.

Evitamos submeter os participantes a uma análise classificadora, orientada por um esquema de ideias e direcionada para determinados fins. Ao contrário, procuramos descartar-se dos modelos, projetos, alternativas e valores últimos que visam um saber “sobre” o participante e não “do” participante. O vemos como corpo e consciência, sujeito encarnado no mundo, estrutura histórica e psicológica, poder de decisão e escolha, engajamento e abertura para o mundo. O entrevistado tece seu discurso com todos os gestos necessários, acentos e tonalidades, silêncios e reticências.

No momento do encontro, também atentamos para o que trazíamos à situação da entrevista, ou seja, nossa expectativa, aparência, gesto, entonação, uso da língua, medo e ansiedade. Ao final, buscamos deixar uma boa impressão da pesquisa junto ao participante, muitas vezes explicando e conversando sobre os motivos, objetivos e potencialidades da pesquisa na sua vida, na dos outros e no espaço comum. Não possuímos larga experiência no método da entrevista, mas tais considerações foram importantíssimas no antes, durante e depois da entrevista.

A escolha dos participantes entrevistados foi feita segundo o grau de influência que estes sofrem ou exercem no/do bairro e arredores. Neste sentido, a partir da mapeamento do substrato do objeto de estudo e da macro-área do campo empírico, bem como da da observação participante, pudemos estabelecer os polos mais significativos de convívio³² entre moradores e/ou viventes do bairro. Denominamos estes polos como lugares que possuem alto potencial de sociabilidade e solidariedade, influenciando e sendo influenciados pelas pessoas e ideias que ali vão e dali se vão, ou que ali germinam. Estes foram sendo registrados de acordo com a quantidade de frequentadores e/ou magnitude da interação social, onde a troca e o encontro se dão mais intensamente. Assim, primeiramente, pensou-se nas igrejas, escolas públicas e privadas, feiras, balneários, praças e parques. Posteriormente e pontualmente, verificamos polos como os botecos, a rua, a esquina, o posto de gasolina, a academia de ginástica e outros.

A paisagem dos lugares, especificamente, também esteve dentro do quadro da entrevista, mas ficou como aspecto secundário e não total. Construímos uma tabela sintética (Tabela 1) que descreve os principais polos de convívio onde as entrevistas foram feitas, cada qual com as especificidade que lhes conferem. Tornou-se profícuo mapear tais polos já que são janelas de entendimento do bairro, de suas dinâmicas, do cotidiano dos moradores e

32 O Convívio, para nós, também remete à Convivialidade, que significa “a capacidade de uma sociedade em favorecer a tolerância e as trocas recíprocas das pessoas e dos grupos que a compõem. Dicionário online Priberam da Língua Portuguesa. (acessado em 23.09.2012)

suas prioridades. Outrossim, o contato com tais polos foi pensado com o intuito de fortalecer as redes de convívio mais prementes no bairro, tentando fomentar um projeto maior de transformação social no futuro. Com este mapeamento, também pudemos estimar grosseiramente uma escala com graus da esfera de influência de cada polo de convívio, levando em consideração o número e variedade de frequentadores, o grau de influência que tal lugar/ evento exerce sobre os arredores, seja em distância ou frequência de atividades e a abertura/flexibilidade em promover projetos sociais, sempre pensando no potencial que possuem de fomentar solidariedade e transformação no bairro e entorno (ver mapa 3 ao lado).

Mesmo que tenhamos feito um roteiro específico para cada caso, tentou-se manter certa flexibilidade nas entrevistas, organizando-as semi-estruturalmente. Segundo a literatura em pesquisa social empírica, a flexibilização na entrevista, se apropriadamente empregada, ajuda a levantar os aspectos afetivos e valorativos das respos-

Mapa 3 (página ao lado): Localização dos polos de convívio, onde as entrevistas foram feitas, e suas esferas de influência. (Elaborado a partir da imagem de satélite, Emplasa, 2012. Autor, 2013).

PRQ: Parque Raposo Tavares GEI 2

P1: Pracinha GEI 3

P2: Praça Maurício Goulart GEI 1

F1: Favela Jardim Jaqueline GEI 3

F2: Favela Jardim Independência GEI 3

F3: Favela do Gelo GEI 3

F4: Favela da Mandioquinha GEI 2

Tabela 1. Polos de convívio

Instituições Comunitárias e Lideranças	União dos moradores do Jd. Jaqueline (Bete e Nívea).	União dos moradores Jd. Independência (Antonio do Chapéu)	Luis Lótus Letárgica – trabalhador social autônomo	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)	CRSAN – Centro de Referência em Seg. Alimentar e Nutricional do Butantã		
Igrejas e Centros Religiosos	A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	Congregação Cristã no Brasil	Grupo Fraternal Francisco de Assis (Casa Espírita)	Reino das Testemunhas de Jeová	Capela São Francisco	Assembleia de Deus	Capela São Judas Tadeu
Escolas e Creches Públicas	EMEF Tarsila do Amaral	EMEI João Negrão	EMEF Vianna Moog	CEI Sagrado Coração de Jesus	EMEI Fernando Pessoa	CEI Indireta Garatuja	
Outras instituições e serviços públicos	Unidade Básica de Saúde	Eco-ponto	Ônibus-biblioteca	Clube-Escola Mário Moraes	Campo e times de futebol Jd. Celeste	Centro para Crianças e Adolescentes São Gabriel	
Escolas e Creches Particulares	Educação Infantil Padre Anchieta						
Polos Particulares	Espaço Ruby e Ananda	Academia DNA	Centro Comercial Dracena	Centro Comercial Intercontinental			
Eventos e Festas	Samba e Forró no Palco da Princezinha						
Parques, Praças e Espaços de uso Público	Parque Raposo Tavares	Pracinha	Praça Maurício Goulart	Campinho de Futebol do Vianna Moog	Campinho de Futebol do Celeste		

GEI: Grau de Esfera de Influência

EP1: EMEI Coronel João Negrão GEI 3
 EP2: EMEI Tarsila do Amaral GEI 3
 EP3: Clube-Escola Mário Moraes GEI 3
 EP4: EMEF Vianna Moog GEI 3
 EP5: Centro para Crianças e Adolescentes São Gabriel GEI 1
 EP6: Unidade Básica de Saúde Jd. Jaqueline GEI 3
 EP7: CEI Fernando Pessoa GEI 2
 EP8: CEI Sagrado Coração de Jesus GEI 3
 EP9: Campo e Times de Futebol do Celeste GEI 2
 EP10: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã GEI 3
 EP11: Eco-Ponto GEI 1
 EP12: CEI Indireta Garatuja GEI 2
 EP13: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos GEI 1

EUP1: Feira Livre GEI 3
 EUP2: Campinho de Futebol do Vianna Moog GEI 2
 EUP3: Campinho de Futebol do Celeste GEI 1

I1: Reino das Testemunhas de Jeová GEI 2
 I2: Congregação Cristã no Brasil GEI 1
 I3: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias GEI 3
 I4: Capela São Francisco GEI 2
 I5: Grupo Fraternal Francisco de Assis (Casa Espírita) GEI 1
 I6: Capela São Judas Tadeu GEI 1
 I7: Assembleia de Deus GEI 2

PP1: Academia DNA GEI 1
 PP2: Espaço Ruby Ananda GEI 1

CC1: Centro Comercial Dracena GEI 3
 CC2: Centro Comercial Intercontinental GEI 3

Ô-B: Ônibus-Biblioteca GEI 1

EV1: Samba e Forró no Palco da Princezinha GEI 3

LLL: Luís Lótus Letárgica GEI 3
 UJJ: União dos Moradores do Jd. Jaqueline (Bete e Nívea) GEI 3
 UJI: União dos Moradores do Jd. Independência (Antônio do Chapéu) GEI 2

tas dos participantes e a determinar o significado pessoal de suas atitudes (KIDDER, 2005).

Quisemos que o entrevistado participante sentisse uma progressão natural das questões, que a transição de um assunto para outro fosse fácil, e que não se sentisse sendo simplesmente interrogado, mas desempenhando uma parte ativa num processo interessante e útil. Contudo, ocorre que a paisagem não é frequentemente trazida à discussão quando o tema principal gira em torno do bairro, de sua história, das questões mais pungentes vivenciadas pelo morador/trabalhador. Além disso, antes que este aceitasse participar da entrevista, foi necessário explicar-lhe a razão e o objetivo desta e, neste caso, tanto o *bairro* quanto a *paisagem* entraram nesta explicação, deixando o participante a par do tema que seria abordado na entrevista.

Os roteiros de entrevistas foram pensados conforme o polo de convívio ou mesmo o grupo social escolhido, variando de acordo com as especificidades do entrevistado, de sua situação social e história e relação com o campo empírico (ver exemplos de roteiros 1 e 2).

Nota-se que as primeiras perguntas possuem o objetivo de situar o participante dentro da pesquisa através da sua realidade, da sua origem, dos primórdios de sua existência fora e dentro do bairro. No corpo do roteiro, verificamos questões atinentes ao bairro, seus aspectos positivos e negativos e principalmente a forma como os participantes o apreendem. Também tentou-se estudar as relações que os participantes estabelecem com outras realidades. Por exemplo, na entrevista 1 (pergunta número 5) e na entrevista 2 (pergunta número 4) temos exemplos de questões que procuram utilizar certo grau de sociometria³³, isto é, a compreensão de certas interações sociais entre lugares e/ou grupos de pessoas. Ao final, verifica-se as questões atinentes à paisagem propriamente dita, que estão colocadas geralmente depois de questões atinentes ao bom ou ruim, ao belo ou feio. Procuramos manter uma certa fluência e coesão no curso das questões, buscando introduzir o participante no universo do bairro, de sua geografia, além dos aspectos estético-sensoriais de sua forma urbana.

A maioria das entrevistas foram gravadas e alguns achados foram colocados na sessão da análise dos resultados. As perguntas foram apenas pontos de partidas para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, cuja importância para esta pesquisa variou significativamente. Logo, os excertos mencionados foram cuidadosamente selecionados de modo a clarificar ou contestar problemáticas relevantes.

Roteiro 1- União de Moradores do Jd. Jaqueline (Bete e Nívea)

1. Onde nasceram? Moram aqui há quanto tempo? Se pudessem, onde morariam?
2. De onde surgiu a vontade de criar/participar de uma associação de moradores? Quais seus objetivos?
3. Quais as principais coisas boas e ruins daqui? As bonitas e as feias?
4. Como vocês vêm o bairro do Jardim Celeste? Quais as coisas boas e ruins de lá?
5. Qual a relação entre o Jd. Jaqueline o Jd. Celeste?
6. O que é paisagem? Existe paisagem no Jd. Jaqueline
7. Como criaria e/ou melhoraria as paisagens daqui?

Roteiro 2. Missionários (A Igreja de Jesus Cristos dos Santos dos Últimos Dias)

1. De onde você é originalmente?
2. Há quanto tempo mora e/ou faz as missões aqui?
3. Já fez missões em outros lugares? Quais?
4. O que mais lhe chamou a atenção no bairro? Quais as coisas boas e ruins que observou logo no começo das suas visitas? Quais as bonitas e feias?
5. Como descreveria os moradores do Jardim Celeste? Alguma diferença com os de outros bairros e regiões?
6. Quais os principais conflitos no âmbito familiar/doméstico?
7. Como é andar pelas ruas daqui?
8. O que é paisagem? Existe paisagem no Jardim Celeste?
9. Como melhoraria e/ou criaria paisagens no bairro?

33 A sociometria não é tanto um procedimento de coleta de dados, mas mais uma maneira de focalizar uma determinada questão referente a um determinado conteúdo e um método de análise relacional (KIDDER, 2008).

4.4.11 Questionário

Desenvolver um questionário pode ser imaginado como mover-se de “dentro” pra fora, pois primeiro esboça-se implicações de um problema para depois distanciar-se de si mesmo (SINGLY, 2008). Nesse movimento, decidimos que antes da produção final do questionário, deveríamos fazer um percurso de pesquisa teórica e empírica que desse caldo e profundidade ao questionário final, qual sejam: leituras sobre o tema estudado, conversa e escuta do que os atores sociais dizem de suas próprias práticas e elaboração da problemática básica. Dessa forma, pudemos aplicar a técnica da produção do questionário final a partir do uso do pré-teste como dito anteriormente. Este, por sua vez, consistiu de entrevistas e questionários brutos que, ao serem aplicados, foram recebendo mudanças na estrutura, proposições e ordem das perguntas.

A questão da conceituação da paisagem é um ponto importantíssimo neste pesquisa e consecutivamente no questionário. Os conceitos devem ser comunicáveis num sentido muito especial. Cada conceito, em resumo, comunica ao especialista uma grande quantidade de experiência, abstraída e esclarecida para aqueles que compreendem o termo (GOODE, 1960). Como vimos, os conceitos se desenvolvem de uma experiência convvida, possuem significado de acordo com os quadros de referência. Como ocorre na linguagem em geral, o *contexto* da exposição indica o significado emprestado ao conceito. Por esse motivo, optamos pelo uso da linguagem (língua, gestos e imagens) para compreender o sujeito e suas vivências mas utilizamos a língua e imagens para circunscrever os conceitos e termos.

Optamos por um questionário razoavelmente curto e que contivesse informações básicas e complexas da vida e ideias dos moradores locais. Sabemos da importância de se considerar os determinantes sociais que influem nas condutas e representações, como exemplo as variáveis biológicas (idade, sexo, etc), o poder aquisitivo, os capitais culturais e sociais, religiões, e outros. Conduto, por questão de tempo e prioridade, resolvemos manter apenas a pergunta sobre a profissão, com o intuito de pincelar o posicionamento socioeconômico do participante. Tentamos estabelecer um certo equilíbrio quanto às questões mais negativas e mais positivas, às de fatos e opiniões, quanto à complexidade e/ou possibilidades de sutileza das respostas, às abertas e fechadas. A própria ordem das questões também foi colocada de forma a não evidenciar claramente a mirada dos resultados, isto é, o objetivo direto e indi-

Figura 9. Localização da coleta de cada um dos 100 questionários.

reto do questionário (mesmo que tenhamos explicado o objetivo geral da pesquisa e a importância da participação dos moradores)³⁴.

Não obstante, considerou-se a problemática da imposição ou da indução, mesmo que alguns conceitos e palavras já carreguem semânticas e conotações específicas pelo jargão, pela academia ou mesmo pela mídia. Fato é que priorizamos, sempre que possível, uma flexibilidade nas respostas, mesmo que isso significasse maior dispêndio de tempo e análise posteriormente. Por esse motivo, os pré-testes foram imprescindíveis pois os termos e conjuntos de termos utilizados e respondidos pelos participantes aumentavam de frequência e similitude, possibilitando um conjunto de termos para serem colocados no questionário final.

Assim como ocorreu com as entrevistas, no momento da abordagem do participante, a explicação dos objetivos e porquês da pesquisa era invariavelmente necessária e as palavras *paisagem*, *lugar*, *bairro* não tinham como se ausentar das frases seguintes. Porém, logo após o aceite do participante, buscou-se iniciar o questionário sem delongas e deixar as perguntas atinentes à *paisagem*, especificamente, para o final do questionário, o qual aparece abruptamente, sem ligação com as perguntas anteriores. Novamente, isso se deve ao fato da paisagem sempre aparecer como algo não relacionado às experiências e problemas vividos pelos moradores do bairro e entorno, já que os primeiros giram em torno das necessidades básicas para o cumprimento da qualidade de vida mínima. Não quisemos negligenciar ou suprimir tais urgências e por isso as perguntas sobre a paisagem vieram depois daquelas que tratavam das coisas *boas* e *ruins* do bairro no geral. Além disso, não foi nosso intuito preparar a abordagem da paisagem como se esta fosse um conceito ou aspecto da vida mais complicado, ou de status mais elevado do que os anteriormente tratados; afinal, parte da nossa investigação recai sobre a descrição e análise do próprio conceito *paisagem* junto da população pesquisada (ver questionário final ao lado)

As imagens fotográficas utilizadas no final do questionário foram selecionadas a partir de uma grande variedade de imagens e a escolha se deu conforme diferentes características. Buscamos uma variedade de fotografias que mostram diferentes lugares do bairro e entorno, sejam estes pobres e/ou ricos, formais e/ou informais, preservados e/ou degradados, coloridos e/ou cinzentos, arborizados e/ou concretizados, tecnificados e/ou naturais, privados e/ou públicos, amplos e/ou estreitos, seguros e/ou perigosos, limpos e/ou sujos. Após esta primeira sele-

34 Estas medidas foram tomadas por sugestão de François de Singly, em “Le Questionnaire: L’Enquête et ses methods”, 2008.

Questionário

Parte 1: língua e termos

1. Nome: _____

☐ Homem ☐ Mulher Idade: ☐ 18-25 ☐ 26-45 ☐ 46-65 ☐ >66

2. Onde você nasceu? ☐ SP Cap. ☐ SP Est. ☐ S ☐ CO ☐ NE ☐ N ☐ SE ☐ Fora _____.

3. Há quanto tempo mora/trabalha aqui?

☐ <1 ano ☐ < 5 anos ☐ < 10 ☐ <15 ☐ < 25 ☐ <40 ☐ > 40 anos

4. Por que você mora/trabalha / aqui?

☐ Família ☐ Trabalho ☐ Cônjuge ☐ Mais barato ☐ Desde sempre ☐ Amigos
☐ Sem opção ☐ Zona residencial ☐ Vizinhança ☐ Boom Imobiliário
☐ Outros _____.

5. Quais atividades faz no bairro? ☐ Trabalho ☐ Estudos ☐ Esporte ☐ Mercado/Feira

☐ Serviços ☐ Lazer no espaço público ☐ Igreja/culto ☐ Tudo ☐ Nada ☐ Outros _____.

6. O que você mais gosta do bairro? ☐ Nada ☐ Tudo ☐ Vizinhos ☐ Áreas de lazer ☐ Feira
☐ Amigos ☐ Preço ☐ Acesso ☐ Zona Res. ☐ Igreja/culto ☐ Outros _____.

7. Se pudesse transformar o bairro, o que faria? ☐ Segurança ☐ Transporte ☐ Rua
☐ Calçada ☐ Área de lazer ☐ Escolas ☐ Moradores ☐ Verde ☐ Merc./feira ☐ Lazer Noturno
☐ Iluminação ☐ Lixo ☐ Outros _____.

8. Se pudesse morar em outro lugar, onde seria? ☐ Bairro rico SP ☐ Bairro médio SP
☐ Interior/Praia ☐ Brasil ☐ Fora / Local: _____

Razão: ☐ Qualidade de Vida ☐ Distância ☐ Segurança ☐ Tranquilidade ☐ Verde
☐ Serviços ☐ Trabalho ☐ Família ☐ Amigos ☐ Beleza ☐ Status ☐ Saudável
☐ Outros _____.

9. O que é a Paisagem? ☐ Natureza ☐ Belo ☐ Verde ☐ Céu ☐ Cor ☐ Campo ☐ Praia
☐ Montanha ☐ Turismo ☐ Tranquilidade ☐ Tudo ☐ Horizonte ☐ Entorno ☐ Fundo
☐ Pessoas ☐ Outros _____.

10. A Paisagem existe no Jd. Celeste? ☐ Sim ☐ Não
 Razão: ☐ Belo/Feio ☐ Perspectiva ☐ Natureza ☐ Cor ☐ Arquitetura ☐ Área
 construída ☐ Limpo/Sujo ☐ Tranquilidade ☐ Outros _____.

11. Como você melhoraria (criaria) a paisagem do bairro? ☐ Verde e flores ☐ Pintura/fachadas
☐ Grafite/arte ☐ Iluminação ☐ Calçadas e ruas ☐ Limpeza ☐ Fios e postes
☐ Outros _____.

12. Qual a sua profissão? _____.

Parte 2: Imagens e preferências

A. Qual vista prefere? ☐ A-P ☐ A-G ☐ A-N

B. Como prefere esse lugar? ☐ B-C ☐ B-V ☐ B-F ☐ B-P

C. Qual imagem prefere? ☐ C-N ☐ C (+G+P) ☐ C (-P-G) ☐ C (+G-P)

D. De todas as imagens, qual define melhor uma paisagem?
 _____.

ção³⁵, três lugares foram escolhidos para comporem as imagens do questionário.

A primeira pergunta, ou pergunta A, refere-se ao conjunto de três imagens cuja fotografia original foi tirada no campinho de futebol localizado no Parque Raposo Tavares³⁶. Esta fotografia - *Imagem A-N* - contém poucos elementos antrópicos (gradil e poucos prédios ao fundo) e muitos naturais (terra, algumas árvores, colinas e o céu límpido e azul claro). Na *Imagem A-G* o gradil foi sobreposto e substituído pelas colinas, vegetação e prédios. Na *Imagem A-P* o gradil e um pouco de vegetação permaneceram mas fazendo parte de um paredão de prédios. Nas duas últimas imagens o céu e a terra também foram mantidos (ver Figura 10 ao lado).

A pergunta B refere-se ao conjunto de quatro desenhos que foram construídos a partir da fotografia de um lugar aleatório, mas que continha características muito comuns às *paisagens dos lugares*, ou seja, as calçadas irregulares, sujas, íngremes, portadoras de lixo e veículos, os postes e fios

Figura 10 acima (de cima pra baixo): Imagem A-P, Imagem A-N e Imagem A-G **(IA)**

Figura 11 ao lado (cima pra baixo): Imagem B-V, Imagem B-C, Imagem B-F, Imagem B-P **(IB)**

Figura 12 direita (cima pra baixo): Imagem C-N, Imagem C (-P-G), Imagem C (+G+P) e Imagem C (+G-P) **(IC)**

36 A localização de todas as imagens produzidas nesta pesquisa podem ser verificadas no Mapa 7 na página 160.

35 Este conjunto selecionado de fotografias também foi utilizado na oficina junto à EMEI Vianna Moog.

entrecortando a imagem das casas mal acabadas e prédios populares que formam geometrias inusitadas, além das árvores e arbustos plantados e (mal) cuidados pelos moradores. O processo de construção dos desenhos foi o mesmo implementado na oficina na EMEI Vianna Moog, isto é, fotografamos o lugar desejado, imprimimos a fotografia e desenhamos no papel vegetal, por cima da fotografia, preservando os elementos desejados e removendo os elementos indesejáveis. Neste caso, a *Imagem B-V* não contém as árvores e arbustos, a *Imagem B-C* não contém os carros, a *Imagem B-F* não contém os fios e postes e a *Imagem B-P* não contém os prédios (ver Figura 11 ao lado).

A pergunta C refere-se ao conjunto de quatro imagens, cuja fotografia original – *Imagem C-N* – foi tirada dentro do Parque Raposo Tavares, mirando um conjunto de casas e prédios situados atrás da Rodovia Raposo Tavares. Metade da imagem é composta pelo céu, linha de transmissão e quatro grandes torres residenciais. Há uma porção intermediária de casas e vegetação e um muro vazio em primeiro plano. A *Imagem C (-P-G)* não contém os prédios nem a linha de transmissão. O muro foi deixado intacto. Na *Imagem C (+G+P)* os elementos foram mantidos mas adicionamos o grafite ao muro. A *Imagem C (+G-P)* o grafite foi mantido mas os prédios e linhas de transmissão foram retirados (ver Figura 12 ao lado).

O conjunto total de imagens representam uma variedade de paisagens encontradas no Jd. Celeste e entorno, mas também trazem aspectos da paisagem e elementos espaciais aos quais decidimos investigar. Estes são: céu, fios e postes, vegetação, terra, cores, veículos, rua, calçada, grafite, prédios, casas, perspectiva e amplidão. O intuito principal do uso dessas imagens foi o de verificar e comparar as respostas dadas a partir do texto (perguntas no questionário) com as respostas trazidas a partir das imagens. Além disso, quisemos verificar a influência que alguns aspectos e elementos no espaço possuem na construção da paisagem, mesmo que subjetivamente. Finalmente, acreditamos que este momento do questionário possibilita o engajamento lúdico do pesquisador e do participante sobre a *paisagem dos lugares* e também sobre o território circundante.

4.4.12 Parcerias, Oficinas e Mutirões

Como objetivo primordial desta etapa da pesquisa buscamos o aprofundamento do estudo e projeto da *paisagem dos lugares* a partir de práticas pedagógicas e participativas, articulando instituições públicas com o

território adjacente e sua gente. Dessa forma, os resultados obtidos influenciam tanto o corpo técnico-científico, que obterá informações detalhadas e vividas de uma determinada realidade, possibilitando avanços e soluções em outras, como também a comunidade participante que teve a oportunidade de rever e exercitar novos entendimentos culturais sobre os espaços cotidianos e, a partir daí, preservar e/ou transformar coletivamente o que julgam necessário. Ao fim e ao cabo, buscamos aprofundar o estudo da paisagem urbana através da participação e do aprendizado mútuo. Dentro desta perspectiva, foi possível aplicar um estudo empírico sobre a *paisagem dos lugares* em duas instituições públicas de ensino situadas dentro do campo empírico estabelecido.

Na EMEI Coronel João Negrão, a proposta de trabalho foi menos estruturada e acompanhou as necessidades mais urgentes da escola, como a revitalização do muro externo da instituição. O estudo sobre a *paisagem dos lugares* teve uma aplicação mais prática e envolveu professores e alunos num objetivo comum de transformação do espaço físico. Os ganhos dessa parceria jazem principalmente na experiência lúdica, democrática e pública na transformação do espaço através de adições artísticas, tendo os conceitos e os termos papel secundário. Já na EMEF Vianna Moog, a parceria foi detalhadamente estruturada e as oficinas tiveram como objetivo principal, não somente o envolvimento e aprendizado dos alunos-participantes, mas também o aprofundamento abstrato-conceitual dos termos *paisagem* e *lugar* de modo a contribuir imensamente com a problemática acadêmica desta pesquisa.

5. DESCRITIVA E ILUSTRATIVA DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

5.1 Observação Participante

Apreender um pedaço de território e seus múltiplos processos é percorrê-lo com os poros abertos, é caminhar e vivenciar seus cheios e vazios, captando informações, algumas óbvias outras nem tanto. A observação visual – fotografia e mapeamento – foi um dos métodos de coleta mais utilizado, seguido da conversa aberta com transeuntes, moradores e trabalhadores do bairro.

Primeiramente, as fotografias ajudaram na identificação da forma urbana do campo empírico e no estudo posterior de suas potencialidades paisagísticas. Após muito caminhar e observar, elas também contribuíram para o levantamento de aspectos sociais e ambientais que vêm a influenciar direta e/ou indiretamente num projeto de transformação e/ou preservação da *paisagem dos lugares*. Em última análise, foi por meio de representações fotográficas que refletimos sobre o ambiente, sua estrutura física e social, almejando não somente sua artialização mas também o fomento de suas qualidades culturais, sejam estas objetivas ou subjetivas, exequíveis ou utópicas. A seguir, mostramos uma coleção de lugares prenhes de defeitos e qualidades, mas que são ubíquos no Jd. Celeste e entorno.

5.1.1 Potencialidades da forma urbana

A forma urbana se constitui, enquanto sistema, pela somatória e relação entre os espaços livres e edificados, públicos e privados legais e ilegais, acolhedores ou excludentes (LEFEBVRE, 1974 *apud* TÂNGARI, 2009). É ela quem permite visualmente a aparição da paisagem. Mas antes, para um contato empírico com o bairro, na sua fase mais descritiva, interessa-nos o conceito síntese de *forma-conteúdo* que trabalha com o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (SANTOS, 2006). Hoje, a forma urbana na periferia da metrópole continua sendo fortemente influenciada pelo crescimento da população, extensão das ocupações irregulares, loteamentos fechados e condomínios, áreas industriais, parques lineares, verticalização extensiva, a crescente frota de veículos automotores.

Portanto, a forma urbana das metrópoles brasileiras segue duas lógicas distintas. Na primeira, é a materialização dos índices urbanísticos criados pelas secretarias municipais de planejamento que controlam sua estrutura e depois, são os princípios espaciais autoproduzidos e espontâneos que compõem os loteamentos clandestinos (SANTOS, 1984 *apud* TÂNGARI, 2009). Os ditames da indústria imobiliária terceiro-mundista também regulam o aparecimento de conjunto de torres ou a permanência de vazios (especulação). Aqui, prestaremos especial atenção às relações entre os sistemas de espaços livres e a forma urbana do Jd. Celeste e entorno, já que é neles que a esfera pública se dá mais intensamente – no caso do espaço público – e com eles que a paisagem pode se manifestar e ser vivenciada com maior magnitude. A seguir, resumimos e compilamos algumas estruturas específicas da forma urbana, situadas no campo empírico, que ajudam na construção de unidades de *paisagem dos lugares*. Fica claro que esta exemplificação foi possível somente com o cruzamento da observação participante, do mapeamento do substrato do objeto de estudo e de informações secundárias. Finalmente, as adições e transformações plásticas e estilísticas dessas estruturas representam a tentativa de dar vida e materialidade à imaginação criativa do processo inventivo das *paisagens dos lugares*.

Mapa 4: Localização das vielas e aspectos do relevo (Elaborado pelo autor, 2013, a partir de imagem de satélite da Emplasa, 2012 e folhas GEGRAN, 1974)

Vielas

Devido ao parcelamento dos lotes e divisões de propriedade, o Jd. Celeste e entorno possui inúmeras vielas, isto é, estreitas passagens de pedestre que “cortam” quarteirões e ligam, geralmente, cotas altas às baixas e também ruas adjacentes aos quarteirões em que se localizam. Elas são importantes vias de passagem para muitos moradores do bairro; só no campo empírico há 15 vielas no total (ver mapa 4 ao lado). Porém, os moradores sentem-se inseguros ao caminhar por elas, já que muitas ainda não receberam iluminação, têm péssimas condições de passagem (ausência de escada e/ou mal tratamento da via), além do lixo e do aspecto de abandono. No início de 2012, a sub-prefeitura do Butantã reformou 4 vielas do bairro³⁷, pintando os muros laterais, melhorando os acessos (concreto, escada, corrimão) e colocando postes de luz. Muitas delas, apesar de continuarem sem cuidado, são frequentemente utilizadas pelos moradores, que são geralmente as crianças, adolescentes e idosos (ver figuras 13 e 14 na página a seguir).

³⁷ <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/butanta/noticias/?p=32201> (acesso em 05.05.13)

As vielas caracterizam-se como estrutura urbana que nos convida a caminhar pelos interstícios do território. Elas possuem um alto potencial identitário, já que muitos dos alunos-participantes da oficina na EMEF Vianna Moog reconheciam as fotografias das vielas, sabiam identificá-las, situavam-nas no espaço e as escolhiam para desenhar e transformar. Pelo fato de interligarem cotas diferentes e de serem verdadeiros canais estreitos entre as residências, há um horizonte e uma perspectiva que se abre ao observador, uma singularidade imagética e uma poderosa experiência perceptiva. Ainda, os muros laterais poderiam funcionar como tela às manifestações visuais e as laterais dos passeios poderiam ser canteiros (ver exercício de artialização do pesquisador na figura 14 e 15). Se estes lugares convidam à contemplação, bem como a fruição estética da forma urbana que constroem, a paisagem neles, e deles afora, de certo aparecerá.

Figura 13 (acima à esquerda). Fotografias mostrando o conjunto de vielas que foram tratadas pela prefeitura (antes e depois) (autor, 2012).

Figura 14 (acima à direita) fotografia mostrando o conjunto de vielas sem tratamento (autor, 2012).

Figura 15 (ao lado). Exercício de artialização elaborado pelo autor, 2013. **(F15)**

Geometria de casinhas

Além do predomínio de colinas e pequenos espigões, o Jd. Celeste e entorno é constituído por grandes quantidades de residências de porte médio e pequeno, de baixa verticalidade, e também por muitos barracos situados nas comunidades. Essas, que cobrem vasta porção do território, formam um conjunto visual criativo quando observadas juntamente com as formas do relevo. Esse conjunto nos incita a admirar uma pintura interessante, um quadro representativo de formas geométricas, de cheios e vazios, de cores aleatórias, que se transmutam conforme caminhamos defronte ou ao redor delas: “uma coisa que eu achei muito interessante no Jd. Celeste foi a arquitetura das casas, aqui tem muito morro e assim tem casa que é totalmente pra baixo; tem um cômodo nivelado, um pra cima e outro pra baixo” (Missionário Elder Silva, 2013). Verificamos uma potencialidade paisagística oriunda do relevo e da disposição das casas, em contraposição à monotonia de algumas outras formas urbanas que encontramos na metrópole. Seriam as cores e as linhas marcadas – as geometrias – o ingrediente final para a *paisagem dos lugares*? (ver figuras 16, 17, 18, 19 e 20, ao lado).

Figura 16 e 17 (acima esquerda e direita) Fotografia de geometria das casinhas e exercício de artialização. (autor, 2012) **(F16)**

Figura 18 e 19 (centro esquerda e direita) Fotografia de geometria de casinhas (Fabyola da Silva Brito, 2013) e exercício de artialização. (autor, 2012) **(F18)**

Figura 20 Fotografia da Favela Jd. Jaqueline, vista do Parque Raposo Tavares. (autor, 2012) **(F20)**

Figura 21: Fotografia de um terreno baldio. (autor, 2012) (F21)

Figura 22: Fotografia do córrego ao sul da macro-área. (autor, 2013) (F22)

Figura 23: Fotografia do córrego ao sul da macro-área. (autor, 2013) (F23)

Áreas verdes e outros aspectos ambientais

A quantidade e extensão das áreas verdes do Jd. Celeste e entorno demonstram um alto potencial socioambiental e paisagístico para a região, principalmente se levarmos em consideração que a maioria das regiões periféricas da metrópole de São Paulo possui pouca ou quase nenhuma área verde. Porém, essas áreas são raramente usufruíveis, seja pelo seu cercamento, no caso dos terrenos privados com processos na justiça e/ou sob especulação imobiliária, seja pela falta de serviços, infraestrutura e acessos para visitação ou pelo perigo de serem “terra de ninguém” e, por isso, são zonas de crime. Estas áreas podem, também, estar tapadas por outras estruturas, como prédios, torres de alta-tensão e outros, impedindo o aparecimento de uma paisagem, por exemplo.

Devido ao substrato geomorfológico caracterizado pelo embasamento Pré-cambriano, cobertura aluvial e coluvial quaternária e ao clima Tropical Úmido de Altitude do Planalto Paulistano, o qual caracteriza-se por médios a altos impactos pluviométricos, são encontrados, dentro do campo empírico, colinas, morros e espigões, assim como várzeas e baixos terraços. Esses fatores geomorfológicos e climáticos possibilitam o aparecimento da Floresta Ombrófila Densa (ou Floresta Pluvial Tropical) e de córregos perenes e temporários. Porções de solo exposto, mata ciliar e mata secundária e capoeiras também são verificadas em lugares isolados. Os pequenos vales e córregos que identificamos estão tamponados e/ou canalizados em algumas partes de seu curso, além de haver outros que correm abertamente por terrenos baldios ou ocupações irregulares. Todos estão poluídos e muitos servem de esgoto e/ou lixo, principalmente quando correm à palmos de distância dos barracos, que por sua vez estão sujeitos à inundações e deslizamentos. Alguns já receberam algum tipo de tratamento ambiental e de saneamento pela sub-prefeitura e outros estão em vias de extinção, seja por causa de novos empreendimentos imobiliários ou por projetos da própria sub-prefeitura: “aqui a gente pegava até tilápia e capivara, era lindo de ver. Mas parece que a prefeitura vai passar uma grande avenida por aqui, vai tirar tudo, a favela e o rio” (informação verbal de um morador anônimo, 2013). Um funcionário da Sub-prefeitura do Butantã, que preferiu não ser identificado, adicionou: “essa área não tem nome, é um córrego e uma favela. A sub-prefeitura vai passar uma avenida por ai, ligando a atual Avenida Pirajussara à Estrada do Jaguaré (informação verbal, 2013). Essas áreas verdes, esses córregos e seus va-

les poderiam exercer função social, ambiental e cultural importantíssima para o Jd. Celeste e entorno. A ignorância e a ganância continuam a destruir essa realidade paulatinamente, o passado vai virando sonho e o presente uma espoliação. Como vimos, em muitos dos nossos achados empíricos – entrevistas, questionários e oficinas –, o verde ainda se relaciona intimamente com a paisagem: “ela é o ambiente e o desfrute natural (informação verbal de Basílio, caseiro de um grande terreno baldio, 2012); “(...) é o equilíbrio entre o homem e a natureza” (informação verbal de Juliana Rodrigues, participante do questionário, 2013). E já que o presente ainda não virou passado por completo, a *paisagem dos lugares verdes* será possível até que haja o último sopro de ar condescendente.

Figura 24 (acima à esquerda) Fotografia de um terreno baldio onde passa a linha de transmissão. (autor, 2012) **(F24)**

Figura 25 (acima à direita) Fotografia do descampado dentro do Parque Raposo Tavares. (autor, 2012) **(F25)**

Figura 26 (abaixo à esquerda) Fotografia do córrego situado ao sul da macro-área. (autor, 2013) **(F26)**

Figura 27 (abaixo à direita) Fotografia da praça Maurício Goulart. (autor, 2012) **(F27)**

Figura 28. Áreas verdes e outros aspectos ambientais

- Área verde sem uso
- Área verde com uso
- Limite da macro-área do campo empírico

Do cimo das montanhas³⁷

A paisagem em grande escala também é possível aqui. O relevo acidentado e a presença diminuta de prédios residenciais possibilitam que o observador abarque um vasto horizonte, apreendendo uma grande porção do território. O obstáculo para a fruição da paisagem do cimo das montanhas, a nosso ver, reside na falta de lugares convidativos a sua contemplação e também à ausência do hábito de fazê-lo. O próprio Parque Raposo Tavares, por exemplo, possui a cota mais alta da região e não possui um mirador. O conjunto de barracos, casas, áreas verdes e prédios pode, se quisermos, transformar-se numa bela paisagem. Às vezes o olhar constrói.

37 Ao longo deste capítulo, empregaremos o termo “montanha” e não “colinas” ou “escarpas” ou “espigões” porque ele é facilmente compreendido pelos participantes e carrega consigo uma vasta simbologia, isto é, a de elemento natural, de natureza e de paisagem.

Figura 29 (ao lado, acima): Fotografia. (autor, 2012) **(FPCM4)**
Figura 30 (ao lado, abaixo): Fotografia. (autor, 2012) **(FPCM2)**
Figura 31 (abaixo). Aspectos do relevo, áreas verdes e localização das fotografias.

Figura 32 (acima) **FPCM3**: fotografia. (autor, 2012) e Figura 33 (abaixo) **FPCM1**: fotografia. (autor, 2012)

Manifestações Visuais Públicas

A pintura e o desenho são comumente relacionados à evolução da concepção de paisagem. Não somente, eles aumentaram a visibilidade pública da paisagem urbana mediante o crescimento de seu uso em grandes estruturas urbanas, como pontes, muros, fachadas, vias e torres. A pichação e o grafite, enquanto manifestações visuais contemporâneas, vêm aumentando seu espaço de atuação e recebem, atualmente, grande atenção da mídia e da população como um todo. Muitos “artistas”³⁸ visam ao embate político, à marcação territorial de poder, ao embelezamento da metrópole ou mesmo à crítica social. Porém, neste momento, o que nos concerne é identificar a existência dessas manifestações no Jd. Celeste e entorno para, posteriormente, avaliar sua importância junto à população e refletir sobre seu potencial enquanto elemento e processo relevantes para a *paisagem dos lugares*.

As pichações e os grafites são comuns e vêm crescendo em quantidade e extensão no campo empírico (ver mapa 5 na página ao lado). Também foi interessante verificar um número expressivo de poesias e desenhos feitos com pincel por um morador do Jd. Jaqueline que se nomeia Luis Lotus Letárgica³⁹ (ver figuras 33 ao lado). Suas expressões artísticas podem ser visualizadas em vários pontos no campo empírico e seu trabalho compreendeu também oficinas de pintura com alunos da EMEI Tarsila do Amaral e da EMEI João Negrão. Em suma, verificamos uma grande quantidade de manifestações visuais e pensamos que elas contribuem à *paisagem dos lugares*, não somente pelo aspecto estético mas também pela atividade em si, ou seja, de viver os lugares do bairro de forma lúdica, artística e participativa.

Figura 33: Conjunto de fotografias mostrando exemplos de grafite, pinturas (Luis), escritos e pichação. (autor, 2012)

38 Existe uma ampla discussão e acirrada controvérsia sobre a distinção do grafite, da pintura e da pichação, estabelecendo, por consequência, uma variada colocação hierárquica do que seja arte e do que seja “vandalismo”. Por ora, tentaremos somente identificar essas manifestações e observar o potencial que possuem na construção da paisagem dos lugares, considerando a opinião pública do campo empírico.

39 Luis considera-se um artista plástico, um artista da sobrevivência, um operário da arte (informação verbal, Luis Lotus Letárgica, 2012)

Mapa 5: Localização das manifestações visuais públicas dentro da macro-área do campo empírico.
 (Elaborado a partir de imagem de satélite, Emplasa, 2012. Autor, 2013)

Figuras 34: Conjunto de fotografias mostrando exemplos de pinturas (Luís) e grafite. (autor, 2012)

5.1.2 Mapeamento do substrato: uso e ocupação do território

O mapeamento deu-se no cruzamento de dados secundários e primários, sendo estes mais importantes para a apreensão vivida do campo empírico. O mapeamento do uso e ocupação do solo, das características físico-ambientais mais salientes, dos espaços livres públicos, dos lugares poluídos ou de expressão artística e dos polos de convívio serviu à localização de elementos e processos que impingem e se inter-relacionam com o substrato do nosso objeto de estudo.

A macro-área do campo empírico compreende uma porção bastante interessante do ponto de vista social, ambiental e paisagístico, especialmente se considerarmos que está relativamente afastada dos centros de investimento da capital (ver mapa 6). Como observado anteriormente, é possível verificar a existência de vastos terrenos baldios, praças, parque e córregos⁴⁰, os quais possuem potencial paisagístico e lúdico, sem contar as funções ambientais que exercem. Além de as áreas verdes de propriedade privada serem Zonas Especiais da Preservação Ambiental e Zonas Especiais de Interesse Social 2⁴¹, elas estão situadas em cotas geralmente mais altas que seu entorno, aumentando ainda mais a possibilidade de serem pontos de contemplação da paisagem. Esse potencial se fortifica quando observamos, ainda, um número reduzido de altos edifícios residenciais, os quais bloqueariam uma vasta apreensão visual do território circundante. Dessa forma, a grande quantidade de residências de baixa verticalização contribui para a manutenção do horizonte e, como sugerimos, do relevo e das geometrias que constrói.

As três comunidades, Jd. Jaqueline, Gelo e Mandioquinha, situam-se nas “bordas” da macro-área do campo empírico, estabelecendo uma distância entre si e uma forte integração com as outras áreas, do ponto de vista espacial. Esse aspecto da ocupação urbana sugere um conflito e/ou uma oportunidade, visto que a coabitação de classes sociais díspares, no mesmo bairro, não é um dado insignificante. Por isso, a segregação social acontece tanto pelas comunidades quanto pelas zonas residenciais formais⁴². Como esperado, os moradores das comunidades percorrem os lugares públicos de toda a macro-área do campo empírico enquanto que os moradores dos bairros de classe média circunvizinhos (Jd. Celeste, Alvorada, Jd. Dracena e outros) não percorrem, nem de passagem, os lugares das comunidades, mesmo que estas possuam, por exemplo, serviços e atividades específicas, como

40 Alguns deles já foram registrados como “Parque Linear Estabelecido em 2006” e fazem parte de um sistema de caminhos verdes proposto pela Operação Urbana Vila Sonia (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO) www.prefeitura.sp.gov.br (acessado em 12.05.2011)

41 As Zonas Especiais da Preservação Ambiental –(ZEPAM) “são porções do território destinadas a proteger as ocorrências ambientais isoladas, tais como remanescentes de vegetação significativa, paisagens naturais notáveis, áreas de reflorestamento e áreas de alto risco” e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 2) “são caracterizados por terrenos baldios ou subutilizados, nos quais deve ser proposta a produção de moradias de interesse social, equipamentos sociais, culturais, etc.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO) www.prefeitura.sp.gov.br (acessado em 12.05.2011)

42 Bete e Nívea, coordenadoras da Associação Jd. Jaqueline, concordam a respeito da falta de relação e interação entre a comunidade e o bairro do Jd. Celeste, por exemplo. Assumem utilizar serviços desse bairro mas não estabelecem vínculo afetivo, nem com os lugares e nem com as pessoas (informação verbal, 2013).

creches, igrejas, mercados e festas⁴³. Exceto a comunidade do Gelo, a qual poderá ser desestruturada por conta da construção de uma Avenida (informação verbal, Sub-prefeitura do Butantã, 2013), o Jd. Jaqueline e a Mandioquinha possuem uma consolidação urbana mais efetiva, visto que são Zonas Especiais de Interesse Social 1 e vêm lutando pela regularização fundiária, provimento de eletricidade regular, pavimentação, redes de esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana. Futuramente, a diferença social entre os bairros e comunidades, ao menos no quesito da ocupação residencial, permanecerá, já que a mistura social é tão evitada. A integração solidária, tanto social quanto espacial, deverá ser uma questão chave para a região e seus moradores. A invenção da *paisagem dos lugares* poderá caminhar nesse caminho caso projetos, oficinas e eventos busquem a integração e comunicação entre as partes, apreendendo os lugares de maneira pública, lúdica e contemplativa.

Exceto a parte sudeste da macro-área, onde, além de estar separada geograficamente por cotas mais baixas há a ausência de equipamentos públicos e centros comerciais, os serviços, os comércios e os equipamentos públicos estão relativamente bem distribuídos no território da macro-área, oferecendo a oportunidade de uma vivência pública e arraigada dos lugares, já que os caminhos podem ser percorridos a pé. É possível verificar que grande parte do território da macro-área é ocupado por residências⁴⁴ e por estabelecimentos mistos, como é o caso de residências/comércio e/ou serviços. Porém, contraditoriamente, os moradores mais ricos não aproveitam dessa oportunidade pois não fazem esses percursos a pé, seja pelo medo ou pela falta de serviços especialidades e de melhor qualidade, para os quais utilizam veículos particulares que possibilitam o acesso às zonas mais ricas da metrópole. Para essa questão, uma reestruturação e distribuição variada de serviços e comércios poderia ser pensada, caso houvesse vontade e canais de comunicação entre os comerciantes e pequenos empresários da área.

43 O “palco da princezinha”, localizado no coração do Jd. Jaqueline, é, atualmente, um núcleo festivo de samba e forró, nos fins de semana, que atrai muitos jovens que vêm de fora da comunidade, de bairros mais afastados. Muitos já conhecem o local por conta da venda de drogas. Por isso, parece-nos que esse fato, não a festa em si, é o único responsável pela mescla de classes sociais díspares.

44. Do número total de residências, percebemos que há aquelas que estão a venda ou para alugar, demonstrando forte dinâmica imobiliária na região e, conseqüentemente, de mobilidade populacional na/da metrópole (ver mapa 6 na página a seguir)

Finalmente, atrelada à distribuição de áreas verdes, verificamos a existência de um grande sistema de espaços livres públicos e privados (ver figura 35). Inicialmente, e de maneira reduzida, são esses espaços que propiciam a apreensão visual do território. No caso dos espaços públicos, são eles que oferecem a possibilidade do encontro e do convívio, especialmente se neles acontecem atividades coletivas. Todavia, a outra face desses espaços caracteriza-se por atividades ilícitas, como o crime e o uso de drogas. Em alguns bairros, os espaços livres públicos são mais escassos, são ruas e as calçadas. Em outros, há praças, parques, terrenos baldios, barrancos e vales desocupados, descampados embaixo de torres e fios de alta tensão e outros. Com esse sistema existente, o relevo colinoso e a ausência de grandes edifícios, verificamos um alto potencial de convívio e contemplação do horizonte, mesmo que salpicado de imagens urbanas ao fundo, como mostram as fotografias das paisagens do cimo das montanhas. Portanto, a paisagem da periferia da metrópole é tão possível e real quanto a própria metrópole e suas zonas centrais tão conhecidas. Aliás, a própria morfologia urbana da macro-área em questão anuncia um entrelaçado variado e plural, dentro do qual a *paisagem dos lugares* invoca sua posição.

Figura 35. Porção da macro-área do campo empírico mostrando a disposição dos espaços livres. (Elaborado a partir de imagem de satélite, Emplasa, 2012. (Autor, 2013)

PRQ: Parque Raposo Tavares

P1: Pracinha

P2: Praça Maurício Goulart

F1: Favela Jardim Jaqueline

F2: Favela Jardim Independência

F3: Favela do Gelo

F4: Favela da Mandioquinha

EP1: EMEI Coronel João Negrão

EP2: EMEI Tarsila do Amaral

EP3: Clube-Escola Mário Moraes

EP4: EMEF Vianna Moog

EP5: Centro para Crianças e Adolescentes São Gabriel

EP6: Unidade Básica de Saúde Jd. Jaqueline

EP7: CEI Fernando Pessoa

EP8: CEI Sagrado Coração de Jesus

EP9: Campo e Times de Futebol do Celeste

EP10: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã

EP11: Eco-Ponto

EP12: CEI Indireta Garatuja

EP13: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

EUP1: Feira Livre

EUP2: Campinho de Futebol do Vianna Moog

EUP3: Campinho de Futebol do Celeste

I1: Reino das Testemunhas de Jeová

I2: Congregação Cristã no Brasil

I3: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

I4: Capela São Francisco

I5: Grupo Fraternal Francisco de Assis (Casa Espírita)

I6: Capela São Judas Tadeu

I7: Assembleia de Deus

PP1: Academia DNA

PP2: Espaço Ruby Ananda

CC1: Centro Comercial Dracena

CC2: Centro Comercial Intercontinental

0 100 400m

Mapa 6 mostrando uso e ocupação do solo. (Elaborado a partir de imagem de satélite, Emplasa, 2012 e GEGRAN, 1974. Autor, 2013)

5.2 Questionário

5.2.1 Informações gerais sobre a população participante e sua relação com o bairro

O número de mulheres que responderam o questionário foi consideravelmente maior que o de homens (ver gráfico). Provavelmente, isso aconteceu devido aos lugares e horários do trabalho de campo, sendo estes residências, parques, lojas e o período da manhã e tarde, respectivamente. Por isso, donas de casa, trabalhadoras domésticas, aposentadas e mães à espera dos filhos saírem da escola compuseram um número significativo da população participante desta etapa da pesquisa. É possível que as generalizações propostas por meio dos resultados totais deste questionário tenham seguido padrões de entendimento específicos às mulheres, as quais, de acordo com o senso comum, sentem-se mais à vontade para expressar ideias que transmitem sensibilidade. Logo, também seria profícuo comparar as respostas em ambos os grupos – homens e mulheres – e averiguar se, de fato, a paisagem é entendida e percebida de maneira diferente. Mas devido à quantidade de variantes com as quais nos propusemos a trabalhar, seguiremos a análise com base num grupo coeso de 100 pessoas, independente do sexo.

A maioria dos participantes é adulta – número considerável de pessoas na faixa dos 25 a 65 anos (88%) – e possui, no geral, cargos e profissões que não requerem nem escolaridade nem exercício intelectual elevados (ver gráfico 2 e 4). Não obstante, a origem dessa população – quase metade emigrou para a capital (47%) – e as razões de morarem no bairro – família, trabalho preço baixo do imóvel (57%, 12% e 23% respectivamente) – apontam para uma classe social que necessitou sair do lugar de origem mesmo que o lugar de chegada não apresentasse, via de regra, qualidades intrínsecas à melhoria de vida (ver gráfico 3 e 5). A razão de morarem no bairro está evidentemente atrelada à família, ao trabalho, a disponibilidade e oportunidade de aluguel e/ou compra de uma residência, as quais não estabelecem relação com as qualidades exógenas aos ambientes privados, ou também, pouco se relacionam com as qualidades sociais, culturais e ambientais específicas ao bairro. Esse fato é ainda mais consolidado quando observamos que

* Região Norte e Nordeste apresentaram 0% na população de estudo

Gráfico 6

Gráfico 7

Gráfico 8

um número expressivo de participantes reside no bairro há mais de 10 anos e, por este motivo, esperaríamos uma relação mais íntima e positiva com as qualidades do bairro, seja pela vizinhança, pelos serviços, pelos acessos, pelos parques, etc. (ver gráfico 6). Mesmo que minoria, ainda há aqueles que não fazem “nada” (5%) e que não gostam de “nada” (16%) no bairro, atestando que é possível morar na metrópole sem estabelecer qualquer relação com as pessoas, serviços e estruturas contíguas à residência (ver gráfico 7).

Interessante notar que a feira, também os mercados, é um serviço/lugar muito importante para os participantes. Isso confirma, mediante a observação feita anteriormente à delimitação do campo empírico, o tamanho da sua esfera de influência e seu significado para os moradores do bairro. Ela também é um lugar de convívio social. A prática de esporte e a frequência de Igrejas e centros religiosos são atividades razoavelmente comuns entre os participantes. Isso significa que a população do bairro possui um potencial de convívio provável e possível entre si e há a possibilidade de fortalecer as relações já existentes (ver gráfico 8). Portanto, propostas de projeto, oficina e mutirões poderiam partir, por exemplo, desses polos de convívio. No caso da feira, toda forma urbana ao seu redor poderia ser pensada segundo o prisma da *paisagem dos lugares*, a qual certamente atestaria sua importância para os moradores.

Ainda sobre os lugares e/ou serviços do bairro, bem como seus aspectos positivos e negativos, verificamos que a “tranquilidade”, os “serviços/comércio” e as “áreas verdes de lazer” são

características altamente estimadas pelos participantes, os quais morariam em outros lugares principalmente em razão da tranquilidade (28%). Atrelado à essa importância, 79% dos participantes mudar-se-iam do Jd. Celeste e morariam em bairros mais equipados da capital (46%) ou no Interior ou Praia (33%) (ver tabela 2 ao lado). Quanto aos aspectos do Jd. Celeste e entorno que mais aprazem os participantes, notamos um conjunto variado mas interessante, sendo estes “tranquilidade” (16%), “nada” (16%), “proximidade aos serviços” (15%), “praça e áreas de lazer” (15%) e “vizinhança” (15%) (ver gráfico 9). Mesmo que a “tranquilidade” tenha sido o aspecto mais escolhido dos pontos positivos do Jd. Celeste e entorno, um número expressivo de participantes fez questão de apontar para o fato de que esse aspecto vem diminuindo drasticamente em razão do aumento da violência e do barulho (informação verbal). Não obstante, as características ambientais e estruturais do bairro são percebidas como irrisórias, já que “nada” possuem de positivo e/o bom para os moradores. Mesmo que o apreço pela vizinhança demonstre certos laços sociais, os lugares do bairro ficam em segundo ou terceiro plano, principalmente quando os serviços e comércios representam uns dos aspectos principais pelos quais morariam em outro lugar. Contudo, notamos que os parques e áreas verdes formam um conjunto importante de lugares públicos para os participantes, não só porque representa o que mais gostam no bairro (15%) mas também porque é o aspecto mais importante de transformação dele (21%), seguido da “segurança” (19%). Esse fato entrelaçar-se-á com

Gráfico 9

Tabela 2: Lista decrescente dos bairros mais escolhidos como opção de moradia.

Bairros de São Paulo Capital		
Bonfiglioli	4	9%
Morumbi	4	9%
Taboão da Serra	4	9%
Butantã	3	7%
Pinheiros	3	7%
Centro	2	4%
Monte Kemel	2	4%
Santana	2	4%
Alphaville	1	2%
Cambuci	1	2%
Campo Belo	1	2%
Campo Limpo	1	2%
Caxingui	1	2%
Diadema	1	2%
Europa	1	2%
Francisco Mourato	1	2%
Higienópolis	1	2%
Ipiranga	1	2%
Itaim	1	2%
Jabaquara	1	2%
Jardins	1	2%
Jd. Celeste	1	2%
Lapa	1	2%
Moema	1	2%
Parque Ipê	1	2%
Parque Previdência	1	2%
Pompéia	1	2%
Vila Madalena	1	2%
Vila Mariana	1	2%
Vila Sonia	1	2%
	46	

as respostas atinentes à paisagem.

5.2.1 A paisagem e os lugares do bairro

Como detalhado anteriormente, pesquisamos o entendimento de paisagem junto à população participante por meio de palavras e imagens. Quanto à pergunta “o que é paisagem?”, a “natureza” e outros elementos correlatos (verde, árvores, planta, mata, flores e frutas) representaram 31% das 18 outras categorias para a definição de paisagem. Ademais, as categorias “praça/parque”, “mar/praiia/lago/montanha/rio/cachoeira”, “ar puro” e “céu”, as quais relacionam-se intimamente com a noção de natureza, também foram utilizadas para a definição de paisagem, obtendo 5%, 5%, 3% e 3% respectivamente (ver gráfico 10). A relação da paisagem com a natureza também fica evidente quando da decisão de qual imagem melhor representa uma paisagem, sendo que a imagem A-N representou 40% dessa decisão entre outras 10 imagens (ver gráfico 11). Essa imagem é a que menos contém elementos antrópicos, representando o céu, as colinas, a vegetação e a terra de forma ampla e simétrica. Apenas 1% dos participantes preferiram a imagem B sem a vegetação, demonstrando a importância do verde para o imaginário de paisagem e/ou de lugar almejados. Não obstante, para os participantes que afirmaram a existência da paisagem no bairro

Gráfico 10

Gráfico 11

(61%), a “natureza” e a “praça/parque” foram os principais explicativos, obtendo 44% e 20% das razões de sim, respectivamente. Para os que negaram a existência da paisagem no bairro, o “mal cuidado”, o “concreto” e a “falta de plantas” correspondem às principais razões de não, com 20%, 18% e 16% das respostas, respectivamente (ver gráfico 12, 13 e 14).

Desse modo, a construção da paisagem parece estar intrinsecamente relacionada à existência de elementos naturais (árvores, plantas, parques, etc) e à remoção de alguns elementos antrópicos (fios, postes, carros, prédios, muros e outras estruturas de concreto. Essa noção consolida-se também por meio das respostas de como melhorar ou criar a paisagem no bairro, sendo que a “natureza”, “parque” e “limpeza” foram os principais aspectos mencionados com 29%, 16% e 15% das respostas, respectivamente (ver gráfico 15)

Em seguida, também na pergunta “o que é paisagem?”, o aspecto visual – “o que se vê” – foi altamente relacionado com a noção de paisagem (11%), seguido da noção de “belo” (10%) e do que é “bom” (9%). Nesse sentido, fio, postes, carros e prédios foram removidos e/ou descartados quanto à decisão de preferência de uma imagem ou de um lugar. Isso se verifica pois, para as

Gráfico 15

Como melhorariam ou criariam a paisagem no bairro

Gráfico 12

A Paisagem existe no Jd. Celeste e entorno?

Gráfico 13

Razão de SIM

Gráfico 14

Razão de NÃO

Qual vista preferem (imagem A)?

Gráfico 16

Como preferem esse lugar (imagem B)?

Gráfico 17

Qual imagem preferem (imagem C)?

Gráfico 18

Gráfico 19

Gráfico 20

imagens A, apenas 9% preferiram a imagem A-P (paredão de prédios), para as imagens B, 84% preferiram os desenhos B-F (sem fios e postes) e B-P (sem prédios), e para as imagens C, 42% preferiram a imagem C (+P-P) (sem prédios e com grafite). Ao mesmo tempo, é interessante notar que as manifestações visuais de rua, principalmente o grafite, foram consideradas nas decisões de preferência de imagem, lugar e da própria definição de paisagem, aludindo às noções de arte e de belo. Das imagens A, a imagem A-G (muro grafitado) foi a segunda escolhida (22%) e das imagens C, as imagens C (+G-P) e C (+G+P), as quais contêm muro grafitado, foram majoritariamente escolhidas (42% e 27% respectivamente) (ver gráficos 16, 17 e 18 ao lado). Portanto, para a população participante, esses elementos antrópicos mencionados são impeditivos para a existência da paisagem em razão de serem “feios” e/ou “ruins”, contrapondo-os ao “belo” e ao “bom”.

Algumas perguntas tentaram verificar a importância da paisagem para os moradores do Jd. Celeste, comparando-a a outros aspectos relacionados à experiência de residir no bairro, numa determinada região. Na pergunta “onde morariam se pudessem?” e “por quê?”, verificamos que a principal razão do bairro/lugar de moradia almejado foi a “tranquilidade” (28%), seguida de “serviços/comércio” (16%) e depois “família e/ou amigos” (12%) (ver gráfico 19 e 20 ao lado). Desses três aspectos, apenas “tranquilidade” foi mencionada para descrever o que é paisagem, mas recebeu apenas 4% das definições. Contudo, para a pergunta “o que transformariam no bairro?”, a resposta “praça/parque e/ou área de lazer” recebeu a maior porcentagem de respostas (21%), seguida de “segurança” (19%), a qual, por sua vez, relaciona-se com o almejo da tranquilidade. Nesse sentido, como vimos com as outras perguntas do questionários (palavras e imagens) a praça e o parque relacionam-se intimamente com a noção de paisagem e, por consequência, ela

participa ativamente do imaginário de melhorias no bairro de moradia.

Os resultados adquiridos por meio do questionário evidenciam tendências, incitando-nos a revisitar alguns questionamentos feitos no início da pesquisa. É o caso da relação da natureza e a paisagem, do urbano e a paisagem, assim como do belo, da arte e da estética na construção da paisagem. O lugar da paisagem na melhoria da qualidade de vida também foi questionado e os resultados apontam para a importância dos parques e praças como lugares da paisagem ou, como vimos enfatizando, da *paisagem dos lugares*.

5.2 A EMEI Coronel João Negrão: parceria e mutirão

5.2.1 A Parceria

A EMEI João Negrão atendeu em 2012 um total de 273 alunos, sendo 138 crianças matriculadas no período da manhã e 135 no período da tarde. As crianças têm de 3 a 5 anos e provêm principalmente das comunidades circunvizinhas, como a favela do Gelo e do Jd. Jaqueline. Os professores vêm de diferentes regiões da metrópole e possuem formação variada, como Pedagogia, História, Sociologia, Geografia e outros. A escola localiza-se defronte uma pracinha (ver mapa 6 no subcapítulo 5.1.2 “Mapeamento do substrato” na página 113) para a qual tentou promover um projeto de revitalização com o apoio da prefeitura, mas não obteve êxito.

O primeiro contato que tivemos com a escola foi quando marcamos uma entrevista com a diretora, a Silvia Rodrigues da Silva, para sabermos mais sobre a influência da instituição no bairro e os canais de possíveis parcerias. Este primeiro contato fazia parte de muitas outras frentes empíricas desta pesquisa, neste caso, o mapeamento e a investigação dos *polos de convívio*. A entrevista seguiu bem e a Silvia interessou-se pela pesquisa, expressando abertura para estabelecer um projeto que discutisse a paisagem do bairro com as crianças e que viabilizasse um contato direto com ela, neste caso, com a parte externa dos muros da escola⁴⁵.

Felizmente, a Silvia já havia criado uma ótima relação com o Luiz Lótus Letárgica⁴⁶ que, em 2010, aceitou o convite de imprimir/copiar os desenhos das crianças no muro externo da escola, utilizando tinta de parede e pincéis. Os desenhos utilizados haviam sido propostos com temáticas diferentes e fizeram parte de um projeto da Prefeitura de São Paulo chamado *O Melhor Lugar do Mundo* que consistia em cada escola (EMEI) escolher democraticamente

45 Vale lembrar que o corpo docente havia apostado em projetos de extensão; isto é, ações que planejassem a melhoria das condições de vida do bairro através do cuidado do espaço público, por exemplo. A Pracinha defronte a escola foi um dos espaços pensados para estas ações, cujo intuito maior era dar-lhe melhor visibilidade, cuidado, usufruto democrático e durabilidade. Contudo, a burocratização dos processos legais e regulamentadores de tal ação junto à Sub-prefeitura do Butantã acabaram impedindo qualquer intervenção por parte da escola, que por sua vez esmoreceu nas tentativas de ligar-se ao bairro de forma mais participativa e contundente.

46 Reiterando que Luis é ex-morador do Jd. Jaqueline e fez diversos trabalhos voluntários nas escolas e muros do bairro, pintando-os junto com as crianças.

Figura 35. Fotografia de uma “tela” em branco, no muro, para receber a pintura do desenho escolhido. (autor, 2013)

Figura 36. Fotografia do pesquisador imprimindo o desenho de um aluno numa “tela” (Sílvia Rodrigues, 2013).

o desenho a ser enviado à Sub-prefeitura responsável, a qual, por sua vez, escolheria o desenho a ser impresso na capa dos cadernos a serem entregues a todos os alunos da rede pública no semestre seguinte. É interessante perceber que a temática proposta incluía palavras como *mundo*, *lugar* e *melhor* e a quantidade de desenhos que compunham um ambiente harmonioso, colorido, cheio de vida e, por que não, de uma paisagem, foi bem alta. Neste sentido, a paisagem já havia sido *retratada* e *discutida*, mesmo que indiretamente, tanto pelos professores quanto pelas próprias crianças, que se valeram de elementos do espaço e da natureza para comporem um quadro belo e aprazível. Por consequência, nossa parceria e nossa temática se alinhava às atividades da escola.

5.2.2 O Mutirão

Em julho de 2013, quando propusemos aos alunos o exercício de desenhar os lugares do bairro que mais gostavam e as paisagens que viam, o processo de produção dos desenhos foi mais facilmente assimilado e a obra final mostrou maior envolvimento, segundo a própria diretora da escola. Ao final, cada turma escolheu democraticamente dois desenhos favoritos e que deveriam ser pintados no muro externo. Cada turma ficou responsável por dois quadros do muro (ver figura 35) e o pesquisador encarregou-se de esboçar os contornos dos desenhos com giz de lousa (ver figura 36), facilitando a pintura feita pelas crianças e professoras, que utilizaram tinta de parede, pincéis e esponjas.

Figura 37: (acima) Conjunto de fotografias mostrando o resultado final de cada parte do muro, “tela”, que recebeu a pintura do desenho/paisagem almejada. (autor, 2013)

Figura 38: (abaixo à esquerda) Fotografia dos alunos durante o mutirão. (autor, 2013)

Figura 39: (abaixo à direita) Fotografia de aluno e professora durante o mutirão. (autor, 2013)

Trabalhando a paisagem do bairro em sala de aula e a fortificando subjetivamente por meio de desenhos (exemplo de desenhos nas figuras 42 e 44 ao lado), objetivamos maior relação pública e visível⁴⁷ com o bairro. Assim, o mutirão aconteceu para que as paisagens imaginadas pudessem ser visualizadas por todos, utilizando os muros da escola como tela (exemplo nas figuras 38 e 39 ao lado e nas figuras 40 e 41 ao lado, em que o desenho foi transferido para o muro com a ajuda dos alunos, professoras e pesquisador). Ao final, o muro externo da escola estava coberto de telas e desenhos que

47 A visibilidade das ações solidárias, individuais e coletivas, fortalecem a esfera pública, a qual possibilita vasto escopo de divulgação de todos, apresentando fundamental importância na transformação social (ARENDT, 1981).

Figura 40: (abaixo) Fotografia de alunos durante o mutirão (autor, 2013)

Figura 41: (acima) Fotografia de professores e alunos durante o mutirão (autor, 2013)

Figura 42: (abaixo) Desenho de Ana Luisa Ribeiro.

Figura 43: (acima) Fotografia da pintura do desenho de Ana Luisa Ribeiro Silva, (autor, 2013).

Figura 44: (abaixo) Desenho de Yara Kátia Aparecida de Oliveira, 2013.

Figura 45: (acima) Fotografia da pintura do desenho de Yara Kátia Aparecida de Oliveira (autor, 2013).

aludem ao bairro e às suas paisagens.

5.3.3 Considerações Reflexivas

A atividade de desenho em sala de aula e os mutirões de pinturas em muros de escolas públicas não constituem uma prática inovadora, nem na pedagogia, nem na Academia. A parceria entre o pesquisador e a EMEI João Negrão aconteceu de forma inesperada e só foi possível por causa da experiência que a diretora já havia tido com uma pessoa importante no bairro, o Luiz Lótus Letárgica. Seu trabalho obteve ótima repercussão na escola – entre os professores, crianças e pais -, além de ter sido respeitado pelos moradores. Isso se vê devido à ausência de pichações, escritos e rabiscos nos muros onde Luiz retratou os desenhos dos alunos. A diferença que fizemos, dessa vez, foi introduzir o tema da paisagem e do bairro para as salas de aula e propor a atuação dos professores e das crianças na transformação e preservação do muro externo. Houve o aprofundamento do debate sobre a paisagem com os professores e com a diretora e percebemos, mais uma vez, a forte ligação da paisagem com o belo, a contemplação, a natureza e seus elementos culturalmente edificados (montanha, céu, floresta, mar, rio, etc). Não obstante, foi através do prisma da paisagem que a relação da escola e seu entorno foi pensada, buscando compreender as potencialidades e conflitos que podem ser preservados e/ou transformados.

Mesmo que este debate tenha ficado entre os adultos, as crianças trouxeram muita informação acerca das potencialidades do bairro. Muitos desenhos retratavam a família e os amigos fazendo atividades no Parque Raposo Tavares e na pracinha em frente à escola. O céu, as nuvens, as árvores, as gramas e as casas coloridas fizeram parte da maioria dos desenhos, fortalecendo ainda mais a ideia da paisagem como lugar aprazível, com possibilidade de contemplação e atividades coletivas. A presença de amigos e familiares, de atividades lúdicas e cotidianas, de equipamentos e estruturas antrópicas (telefone público, bancos, casas, etc) foram frequentes nos desenhos sobre a paisagem do bairro, denotando a importância que estes elementos exercem na composição da paisagem urbana. De que forma a construção cultural da paisagem poderá incluir os elementos urbanos comuns às periferias metropolitanas e se desvencilhar das antigas construções baseadas em regiões e elementos tão distan-

tes? Será que este tipo de atividade escolar – aulas, oficinas e mutirões – abre espaço para tal construção, mesmo que lide com crianças tão pequenas, com ideias de paisagem, de lugar e de bairro tão informe?

Outro ponto importante tirado desta parceria foi compreender a importância de compartilhar experiências no espaço público e, ainda mais, ver e ser visto nesta atividade. Além da visibilidade que o mutirão proporciona à esfera pública, o espaço urbano se fortifica enquanto público quando um conjunto de ações se manifesta. Isto é, assim como queria Arendt (1991) quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento ao espaço urbano e, ao mesmo tempo, as diferenças e solidariedades se revelam, o espaço urbano passa a ser verdadeiramente público. Por isso, pensamos que o mutirão na EMEI João Negrão constitui tal exercício, tendo a transformação estética de um lugar como processo de transformação social e urbana. Pode, portanto, a construção estético-física de um lugar cotidiano conceber-se como construção da *paisagem de um lugar*?

5.4 A EMEF Vianna Moog e as oficinas

A EMEF Vianna Moog atende, basicamente, a comunidade do Jardim Jaqueline e o bairro do Jardim Celeste, o primeiro sendo extremamente pobre e o segundo constitui-se como bairro de classe média. A escola também atende os alunos que vêm da Favela da Mandioquinha, próxima ao Parque Raposo Tavares e da Favela do Gelo, instalada próximo à avenida Intercontinental, no final da rua Natal Pigassi. Apesar dos problemas socioeconômicos, a escola vem passando por transformações positivas, dando ênfase na construção de projetos de inclusão e em parcerias com entidades do entorno, entre elas, o CEPEC (Centro Educacional Participativo e Comunitário Clarice Ferraz Wey), o CRSAN (Centro de Referência em Segurança e Nutricional) e o Clube-Escola Mário Moraes.

Os coordenadores pedagógicos José Vitor Alves e Bruno Gonçalves Lippi vêm se esforçando em expandir o escopo de ação da escola e abrindo espaço para novos projetos. Assim, nossa parceria foi possível devido à boa vontade dos coordenadores e também dos professores.

Justificativa da Oficina

A pesquisa empírica na escola Vianna Moog focalizou o estudo dos espaços públicos do bairro e a paisagem que neles/deles identificamos, que é vivenciada, construída e compartilhada cotidianamente, dentro da vida de pessoas comuns, dentro dos lugares rejeitados pela lógica da acumulação da riqueza. Pensamos numa proposta de oficina que convidasse à participação aqueles cujas vozes não são frequentemente ouvidas dentro da construção da cidade formal (isto explica a escolha por escolas públicas). Buscou-se também com esta proposta descrever e explicar detalhadamente o conceito de *paisagem* e de *lugar* trazido pelos participantes a fim de pesquisar a validade do termo *paisagem dos lugares*. A escola possui inúmeras importâncias para a sociedade atual, dentre as quais o de *repensar* e *reviver* a metrópole em que está inserida. Portanto, propusemos o *repensar* e o *reviver* os lugares do cotidiano por meio de atividades que trabalhassem com a bagagem cultural existente para que, pela invenção da paisagem, os participantes e pesquisadores compreendessem crítica e artisticamente os lugares de seu cotidiano, abrindo caminhos de transformação.

Objetivo geral

Circunscrever e interpretar o termo composto *paisagem dos lugares* junto com os alunos-participantes e refletir sobre o potencial que possui para qualificar os espaços públicos do Jd. Celeste e entorno.

Objetivos específicos

Contribuir com o aprofundamento do estudo da paisagem dentro da escola pública, de forma a afinar o relacionamento dos estudantes com seus lugares cotidianos.

Verificar e justificar o uso de fotografias e desenhos no aprofundamento de um pensamento paisagístico na escola e as transformações advindas dessa atividade, tanto interna quanto externamente aos sujeitos.

Promover direta e indiretamente uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola e seu espaço físico, tentando juntar o currículo regular com uma ação complementar

cívica e atuante no território circundante.

Para que estes objetivos fossem contemplados, pensamos nas seguintes perguntas que nortearam as atividades da oficina:

O que é paisagem? O que é lugar? O que seria a *paisagem dos lugares*?

Quais as preservações e/ou transformações necessárias nos lugares para que a paisagem dos lugares aconteça no Jd. Celeste e entorno?

É possível identificar tendências nas paisagens almejadas? Quais os fatores atuantes no interesse e escolha pelas paisagens escolhidas?

Postura Metodologia

Nosso trabalho tentou alinhar-se com os objetivos gerais do Plano Pedagógico da escola, já que fomentou, através das atividades propostas, o exercício cognitivo dos participantes e o desenvolvimento de suas faculdades sociais e afetivas, incitando o autoconhecimento, a valorização do outro, o convívio e respeito das diferenças de comportamento e opinião.

Quanto à abordagem pedagógica, a contribuição da teoria de Paulo Freire implicou, principalmente, refletir acerca da relação que se estabeleceu entre o sujeito e o objeto, superando a noção comum do *sujeito-que-pesquisa* que atua sobre os *sujeitos-que-são-pesquisados*, de modo unilateral e vertical. Assim, tratou-se de dissolver, quanto possível, essa relação vertical à relação horizontal, ou seja, ambos *pesquisadores* como *pesquisados* vêm de lugares sociais diversos, possuem saberes distintos e viveram experiências desiguais, promovendo portanto um ato educativo (FREIRE, 1983). Entendemos esta pesquisa não somente como um momento de coleta, simplesmente, mas também como uma situação que propõe a reflexão num contexto de construção da consciência pessoal, social e política dos sujeitos envolvidos.

Grupo focal geral e específico

Segundo Neto (2002, p. 09), o grupo focal é definido como “uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico”⁴⁸. Nesse caso, o grupo focal geral consistiu de aproximadamente 175 alunos de 13 e 15 anos (5 e 7 série) e o grupo focal específico de aproximadamente 25 alunos da mesma idade e série (que também participaram do grupo focal geral). O grupo geral caracteriza-se pelos alunos que participaram da primeira aula-oficina (1º sessão) e da votação dos trabalhos finais dos alunos-participantes do grupo específico (5ª sessão). Este último caracterizou-se pelos alunos-participantes que se envolveram mais profundamente com o trabalho e atenderam a um conjunto de oficinas da paisagem, produzindo fotografias, desenhos e debates.

Materiais

- máquinas fotográficas (ou o próprio telefone celular dos alunos-participantes)
- fotocópias de fotografias
- Papel vegetal
- Lápis grafite, lápis de cor, giz, lápis pastel e canetinhas.
- Régua, compasso e esquadros

5.4.1 Cronograma das atividades e conteúdo das oficinas

Por sugestão de José Vitor, o coordenador que trabalhou mais de perto conosco, decidimos dedicar

48 O número de alunos-participantes variou tanto no grupo focal geral quanto no específico devido a quantidade de sessões de aulas-oficinas e à ausência e/ou presença dos mesmos nos dias de trabalho. O grupo geral focal variou de 138 à 175 alunos e o específico de 25 à 23 alunos.

Figura 46: Fotografia de um lugar no Jd. Celeste (autor, 2013) **(F46)**

Figura 47: Desenho com as transformações e preservações almejadas na paisagem desse lugar (autor, 2013).

as oficinas aos alunos da 5ª e 7ª série por causa da facilidade de distribuir as oficinas nas salas de aulas e em horários comuns, além da faixa etária ser apropriada para a proposta. A professora de geografia Acácia Rios Santos disponibilizou suas aulas com todas as turmas da 5ª e 7ª série para que pudéssemos ter o primeiro contato com os alunos. Dessa forma, conseguimos visitar as 7 turmas (5B, 5C, 5D, 7A, 7B, 7C e 7D) e apresentar a proposta das oficinas. O conteúdo dessa primeira aula está descrito na primeira sessão.

Grupo focal geral

1ª Sessão (1 aula): Convite à paisagem dos lugares do bairro e entorno

(10 min) - Breve exposição da trajetória de vida do pesquisador e da natureza de sua pesquisa atual e relação com o bairro.

(10 min) - Exposição de fotografias e desenhos retratantes dos espaços públicos da metrópole e também de proposições/desejos que o pesquisador já realizou, de modo a exemplificar a natureza do trabalho proposto (Figuras 46 e 47 ao lado)

(10 min) - Projeção de 10 fotografias mostrando diferentes lugares e/ou paisagens do Jd. Celeste e entorno (ver figura 48 na página a seguir). Numa folha de papel, cada aluno definiu o que cada uma das 10 fotografias representava segundo seu próprio julgamento: a) *uma paisagem*; b) *um lugar* c) *uma paisagem e/ou um lugar*⁴⁹. O objetivo inicial foi o de despertar a curiosidade nos alunos sobre os dois termos pesquisados e as representações do bairro e entorno.

(15 min)- Explicação da atividade de campo a ser completada pelos participantes interessados no projeto (tirar fotos de *lugares feios* e/ou *de conflito*, *lugares bonitos* e/ou *respeitáveis* e *lugares importantes para a comunidade*). Para incentivar a participação, foi mencionado que ao final das oficinas haveria uma premiação aos três melhores trabalhos. Foi dado um prazo de uma semana para que os alunos interessados pudessem tirar fotografias destes lugares.

49 A apuração das definições e as porcentagens de resposta adquiridas nessa primeira sessão encontram-se no Subcapítulo 5.4.2, na página 140.

Figura 48: Conjunto de fotografias de 10 lugares diferentes do Jd. Celeste e entorno que foram utilizadas para pesquisar a noção de paisagem e de lugar junto ao grupo focal geral (autor, 2013) **(F48.1); (F48.2); (F48.3); (F48.4); (F48.5); (F48.6); (F48.7); (F48.8); (F48.9); (F48.10).**

No total, 138 alunos tiveram contato com o tema desta primeira sessão, definindo as 10 imagens mostradas na apresentação. Apesar de certa indisciplina, a maioria dos alunos interessou-se pela exposição e participou ativamente da aula. As fotografias dos lugares do bairro, bem como os desenhos apresentados pelo pesquisador contribuíram bastante para a atenção e interesse dos alunos. Passada uma semana, 10 alunos haviam trazido suas fotografias e para aumentar o número de participantes, permitimos que cada aluno-fotógrafo convidasse um amigo. Portanto, para a segunda sessão, permitimos a participação de 25 alunos, tanto da 5ª quanto da 7ª série. Contudo,

Figura 49: Fotografia original de Vinicius de Carvalho, aluno da 7D., 2013
(F49)

Figura 50: Fotografia tratada onde as cores e definições foram acentuadas, os prédios alinhados e a faixa preta lateral ajustada (autor, 2013).

2 alunos não compareceram em todas as sessões seguintes e o total de alunos que produziram trabalhos foi 23.

Grupo focal específico (23 alunos)

2ª Sessão (1 aula): A arte da/na fotografia e dos lugares escolhidos

(10 min) - Recapitulação da sessão anterior com discussão sobre o processo de fotografar o bairro e as impressões e experiências que tiveram. Conversa aberta sobre o que o pesquisador espera desse trabalho e também o que os 25 alunos-participantes pensam desse projeto.

(10 min) - Apresentação das fotografias tiradas pelos alunos, mostrando as originais e as tratadas no computador, com o intuito de discutir alguns aspectos relacionados ao ato de fotografar mas também aos aspectos artísticos, como perspectiva, cor, foco, alinhamento, etc. (ver figura 49 e 50 ao lado e figura 51 e 52 na página a seguir).

(10 min) - Reapresentação das 10 imagens utilizadas na pesquisa da 1ª sessão. Desta vez, para cada imagem, mostrou-se o gráfico com a porcentagem das respostas dos 138 alunos da primeira sessão, referentes àquela imagem (ver figura 63). Cada aluno recebeu a folha de papel na qual havia respondido/definido as 10 imagens na primeira sessão, de modo a comparar suas respostas com as dos 138 alunos do grupo focal geral.

(15 min) - Discussão sobre os resultados do grupo focal geral e do grupo focal específico. Buscamos algumas definições para os conceitos de *paisagem* e *lugar*, tentando relacioná-los ao que havíamos discutido sobre as fotografias (ver figura 53 na página a seguir).

A 2ª sessão foi, de certa forma, o primeiro contato com o grupo focal específico, gerando certa expectativa por parte dos alunos e do pesquisador. O conteúdo desta sessão foi mais teórico, mas pôde trazer informações acerca dos trabalhos produzidos, sejam as fotografias tiradas pelos alunos ou o resultado da pesquisa sobre as 10 imagens. O fruto principal desta sessão foi a interação mais próxima com o grupo de trabalho e os debates acerca dos termos *paisagem*, *lugar* e *fotografia/desenho*.

Figura 51: (acima à esquerda) Fotografia original de Jamile Souza Moreira, aluna da 7D, 2013 (F51)

Figura 52: (acima à direita) Fotografia tratada onde a luminosidade foi acentuada, os prédios alinhados e elementos indesejados removidos, caso do muro na parte inferior esquerda da fotografia original (autor, 2013).

Figuras 53: (abaixo) Fotografia das anotações na lousa após o debate acerca das 10 imagens de lugares do bairro, das fotografias originais dos alunos e do tratamento que receberam do pesquisador. (autor, 2013)

3ª Sessão (5 aulas): Desenhando na Fotografia/Lugar/Paisagem – Preservar e/ou Transformar

(15 min)- Inúmeras fotografias de lugares do bairro (impressão xerox no papel A4 e em preto e branco) foram dispostas nas mesas e carteiras. Havia fotografias tiradas pelos alunos e pelo pesquisador. Cada aluno escolheu uma *fotografia/lugar* que desejasse *transformar e/ou preservar*.

(10 min) - Depois de sentados e com o material artístico em mãos, discutiu-se alguns elementos do espaço que poderiam ser transformados e/ou preservados, como as árvores, as ruas, os automóveis, os fios, os postes, as casas, os prédios, as cores, as texturas, etc. Com a fotocópia da fotografia escolhida, papel vegetal e material artístico, explicamos as possibilidades que este material poderia ter para a transformação de um lugar, seja pela cor, pelas pessoas, pelos elementos no espaço, subtraindo-os ou adicionando outros, etc.

(3h e 10 min) - Em seguida, desenhos foram propostos no papel vegetal posto em cima da fotografia impressa, de modo que o aluno pudesse trabalhar com a *paisagem real* (fotografia) e com a *paisagem almejada* (desenho). O ato de *preservar e/ou transformar* a paisagem do bairro deu-se através do olhar pedagógico sobre o espaço urbano (*trabalho de campo*), do tempo de reflexão sobre sua visualidade (*fotografia*) e da decisão de mudar ou manter o que se julga necessário (*desenho*) (ver figura 54 e 55 ao lado) A fabricação dos desenhos tomou aproximadamente 4 aulas de 45 minutos e foi feita durante dois dias diferentes. Alguns alunos fizeram mais de um desenho e outros não conseguiram acabar. Pedimos para fazerem um escrito sobre o desenho, ou seja, para descreverem e explicarem numa folha de papel as transformações e preservações que fizeram na fotografia/lugar/paisagem escolhida. Nem todos conseguiram atingir essa etapa do trabalho.

(10 min) - Recolhimento dos desenhos, das fotografias e dos escritos. Debate sobre o processo de sua fabricação, atentando para as transformações e preservações feitas nos lugares escolhidos. Salva de palmas a todos os alunos-participantes.

Figuras 54: Fotografia do pesquisador ajudando aluno-participante (Teresa B. Holanda, 2013)

Figura 55: Fotografia de uma aluna trabalhando durante a terceira sessão, onde transformaram e/ou preservaram a fotografia/lugar escolhida, desenhando por cima do papel vegetal (autor, 2013).

Com as fotografias, desenhos e escritos em mãos, juntamos esse material no computador, digitalizando-os. Criamos uma pasta para cada aluno, onde tínhamos seu *desenho* escaneado, a *fotografia* escolhida, o *escrito* digitado e a *fusão* da fotografia com o desenho, que foi feita na tentativa de demonstrar imagetivamente as transformações e preservações feitas nos desenhos, saindo da *fotografia/realidade* para chegar no *desenho/paisagem*. (exemplo das 4 referências de uma aluna nas figuras 57, 58, 59 e 60). Ao final, 28 trabalhos foram produzidos já que 5 alunos produziram 2 desenhos cada

Professores e Coordenadores

O coordenador José Vitor cedeu um sábado de manhã (45 minutos), em que os professores reporiem as horas da greve do início do ano de 2013. Aproveitamos este momento para apresentar os 28 trabalhos aos professores, sendo que para cada aluno tínhamos as 4 referências mencionadas (fotografia, desenho, fusão e escrito). Ocultando a autoria dos trabalhos, pedimos que votassem nos 3 melhores trabalhos.

4ª Sessão (1 aula): Feedback e votação (professores)

(15 min)- Breve exposição do conteúdo da pesquisa e das oficinas já realizadas (grupo focal e específico), incluindo os resultados da pesquisa sobre as 10 imagens na primeira sessão. Debate sucinto sobre os termos *paisagem* e *lugar*.

(15 min)- Apresentação/projeção das 4 referências de cada aluno, sem nomeá-los. Explicação do processo de fabricação dessas referências e de seus objetivos.

(15 min) – Todas as referências de todos os alunos do grupo focal específico (o *desenho*, a *fotografia*, o *escrito* e a *fusão* da fotografia com o desenho) foram colocadas nas mesas e os professores tiveram aproximadamente 15 minutos para observar os trabalhos e votar nos 3 melhores, atentando para a escolha da fotografia, as transformações e preservações feitas, o escrito e as escolhas artísticas. Recolhimento dos votos e uma salva de palmas.

Figura 56: Fotografia de alunos-participantes do grupo focal específico durante a terceira sessão, onde transformaram e/ou preservaram a fotografia/lugar escolhida, desenhando por cima do papel vegetal. (autor, 2013)

“Eu tirei os carros da rua porque eles deixam a rua com menos espaço. Tirei o lixo porque deixam a calçada suja e feia. Tirei os prédios porque eles cobrem o céu e sem eles a paisagem fica mais bonita.”

Escrito de Ariely Santana Moreira, 7 série C, explicando as transformações e preservações na paisagem.

Figura 57: (à esquerda): Fotografia de um lugar do Jd. Celeste (autor, 2013).
Figura 58: (centro) Desenho feito no papel vegetal com as transformações e/ ou preservações na paisagem (Ariely Santana Moreira, 7 série C, 2013)
Figura 59: (à direita) Fusão da fotografia com o desenho (autor, 2013).
Figura 60 (canto superior direito): Escrito explicativo da mesma aluna.

Grupo focal geral e específico

Após o encontro com os professores e a coleta dos votos fizemos a 5ª sessão com o grupo focal geral com o objetivo de mostrar os trabalhos finais do grupo focal específico e fazer a votação com ambos os grupos.

5ª Sessão (4 aulas): *feedback e votação (alunos)*

(45 min) – Preparação da sala de exposição dos trabalhos e votação. As 4 referências de cada aluno-participante foram colocadas em três paredes da sala para que os alunos tivessem espaço para observar as imagens, ler os escritos, comparar com outros trabalhos e comentar com amigos. Papéis de votação, caneta e urna foram colocados numa mesa ao lado.

(2h e 25 min) – Visitação da sala de exposição e votação. A 5ª série B foi a primeira turma a visitar e votar nos trabalhos e a 7ª série D a última. Os alunos-participantes do grupo focal específico de cada turma visitaram a sala e votaram separadamente para evitar que influenciassem ou pedissem votos para o seus próprios trabalhos. Reiteramos a divulgação da premiação que aconteceria no dia da Mostra Cultural da escola, 9 de novembro de 2013.

Encerramento e Premiação

Para que nosso trabalho se alinhasse às atividades da escola, José Vitor sugeriu que nosso encerramento ocorresse no dia da Mostra Cultural, cujo objetivo maior é reunir pais e alunos para prestigiarem os trabalhos construídos pelos alunos ao longo do ano. No dia anterior, preparamos o local de exposição com todos os trabalhos dos alunos, montando um painel explicativo do processo das oficinas e da pesquisa. Construímos uma bancada onde as “lembrancinhas”⁵⁰ que seriam dadas ao alunos-participantes também pudessem ficar em exposição (ver figura 61 e 62).

No dia da Mostra Cultural, passamos das 10h00 às 12h00 atendendo alunos e pais curiosos que perguntavam sobre os trabalhos e as oficinas. No momento da premiação, entregamos os presentes para o 1, 2 e 3 colocado e as “lembrancinhas” para todos os outros alunos-participantes. Visto que nem todos os alunos estavam presentes no dia da premiação, decidimos voltar à escola mais uma vez para reunir todos os participantes, dar-lhes as lem-

Figura 61: Fotografia da exposição dos trabalhos na Mostra Cultural (autor, 2013)

Figura 62: Fotografia dos desenhos dos alunos presos a um porta-fotos, a “lembrancinha” (autor, 2013).

50 Estas consistiram do desenho do aluno junto com um porta-fotos.

brancinhas e promover um encerramento com todos.

5.4.2 Resultados e Respostas

A riqueza da oportunidade que tivemos é incomensurável. As possibilidades de análises tiradas da experiência adquirida são ilimitadas. Por esse motivo, tentaremos manter o escopo proposto, analisando as experiências e dados concernentes intrinsecamente às perguntas e objetivos feitos no início das oficinas, relacionando-os com a pesquisa maior.

O que é paisagem? O que é lugar? O que seria a *paisagem dos lugares*?

O primeiro grande conjunto de resultados empíricos desta oficina refere-se à pesquisa dos termos *paisagem* e *lugar*, que gerou os gráficos apresentados na descrição da 1ª sessão. A análise desses gráficos pode ser feita de diversas maneiras. Aqui, o que nos parece mais importante, primeiramente, é verificar a quantidade e qualidade dos elementos representados nas imagens, que são: os elementos *antrópicos* como casas, ruas, calçadas, construções, pessoas, pintura, lixo, etc. e os elementos *“naturais”* como gramados, flores, árvores, céu, nuvens, terra, sol, etc. Depois, mostra-se relevante traçar o cabedal cultural acionado, isto é, os signos e símbolos que tais elementos podem representar e significar junto ao alunos-participantes, influenciando as decisões entre os termos *paisagem* e *lugar*. Em seguida, analisamos os componentes estético-visuais de cada imagem, como a quantidade e qualidade do conjunto de cores, da perspectiva, da simetria, da profundidade, da simplicidade, do uníssono entre elementos, etc. Finalmente, cada imagem representa invariavelmente um lugar específico no território e que, por sua vez, é reconhecível e vivido pelos alunos-participantes. Seu significado, dessa forma, possui sentido de pertencimento – bom ou ruim – e de fazer parte de sua vida cotidiana, influenciando portanto os termos inquiridos.

Apuração das definições

Em ordem decrescente, as imagens que tiveram os maiores percentuais de definições de *paisagem* foram as fotografias 7, 5, 3 e 1, com porcentagens de 83, 77, 67 e 52, respectivamente, e as que tiveram os maiores percentuais de definições de *lugar* foram as fotografias 6, 4, 9, 10, 8 e 2 com porcentagens de 94, 90, 82, 80, 72 e 70, respectivamente (ver figura 63 ao lado). A definição *paisagem e/ou lugar* não obteve muita proeminência, atingindo no máximo 15% na fotografia 1, seguida das fotografias 10, 5 e 2, com porcentagens de 10, 9 e 9, respectivamente. O percentual dessa definição nas outras fotografias ficou abaixo de 9%. Na média, de 10 fotografias, 6 foram definidas como *lugar* e 4 como *paisagem*. Não houve uma fotografia que expressasse uma quantidade majoritária da definição *paisagem e/ou um lugar*. Portanto, quantitativamente, o termo *lugar* foi utilizado por dois décimos a mais que o termo *paisagem*.

As razões que explicam estes resultados variam de acordo com a visada de entendimento dos termos; porém, manteremos as evidências empíricas como fundamento principal da análise, utilizando-nos das referências e elementos mencionados anteriormente.

Figura 63: Definições apuradas e ordenadas pelos maiores percentuais de definições de *paisagem* de cima pra baixo e maiores percentuais de *lugar* de baixo pra cima.

Paisagem

Resumidamente, três das quatro imagens definidas majoritariamente como *paisagem* possuem em comum uma grande proporção de céu, de horizonte, de profundidade, de distância, de enquadramento entre céu e terra. Todas possuem uma presença evidente de céu azul, com exceção da fotografia 7 que não o possui mas contém todo seu preenchimento de vegetação (o que também remete à paisagem, ou assim nos parece). Três delas possuem uma presença considerável de colinas, de terra. Nas fotografias 1 e 7 a presença dos elementos antrópicos é diminuta. Nas fotografias 3 e 5 há casas, muro e prédios, mas há certa simetria entre estes elementos, seja no caso do conjunto de prédios e do muro, que estabelecem comunicação perpendicular entre si na fotografia 3, ou no caso do “cobertor” de casinhas da favela que não quebra ou destoa as curvas do relevo, estabelecendo também simetria com o céu e linhas de eletricidade. Estes elementos também são vistos à distância, constroem um todo razoavelmente coeso, homogêneo. As cores, matizamentos e tonalidades mais vivas, assim como forte simetria e enquadramento, são predominantes na fotografia 1, que recebeu 52% das definições de *paisagem*. A fotografia 7, em contrapartida, não possui grandes tonalidades e cores vivas, nem céu nem horizonte, nem profundidade nem distância, mas recebeu 83% das definições de *paisagem*, mostrando que os elementos naturais como plantas, flores, árvores e rio, assim mesmo como um ambiente “selvagem”, “intocado” são consideravelmente fortes para que o termo *paisagem* seja evocado. Dessa forma, a relação entre *natureza* e *paisagem*, ou mesmo sua própria distinção, aparece intimamente intrincada. Já as fotografias 1, 3 e 5, que receberam altas porcentagens de definição de *paisagem*, possuem o céu, o horizonte e a vista de uma superfície razoavelmente extensa do território, o que proporciona a noção de profundidade e distância. A fotografia 9, mesmo que tenha grande parte de céu azul, contém uma infinidade de elementos antrópicos atados ao cotidiano, à banalidade da vida citadina (prédios, lixo, calçada, rua, veículos, postes, fios, casas, construções, etc). Possivelmente, além desses elementos não construírem um conjunto visível dotado de significação de *paisagem* segundo os alunos-participantes, eles remetem mais fortemente à noção de uso, de moradia e menos a de deleite, de contemplação, de tranquilidade. A fotografia 3, apesar de conter quatro grandes torres ao fundo, não perdeu significado de *paisagem*. Isso se deve provavelmente ao cabedal cultural que

estas torres possuem junto aos alunos-participantes, ou seja, o significado de obra monumental, de prosperidade e desenvolvimento⁵¹.

Resumidamente, os elementos mais importantes definidores da noção de paisagem foram a vegetação, a natureza, o verde, o selvagem, o rio e a extensão azulada do céu, do horizonte, a distância entre o observador e a superfície abarcada pela vista, esta homogeneidade, este todo construído pelo longínquo.

Lugar

A fotografia 6, que recebeu a maior porcentagem da definição de *lugar*, apesar de possuir uma perspectiva marcante (linha diagonal formada pelo teto das casas e ponto de fuga fortemente presentes) e grande quantidade de céu, mostra claramente duas residências da favela. Assim, mesmo que a imagem demonstre certo grau de aprimoramento fotográfico, o elemento moradia é indubitavelmente mais forte. Ela representa um ambiente conhecido, percorrido, com níveis altos de sentimento de pertencimento. Isso possivelmente inibe a possibilidade de um espetáculo, do descobrimento, além de não fazer parte do cabedal cultural de beleza metropolitana construído socialmente. O cotidiano e a banalidade da vida metropolitana parece relacionar-se muito mais fortemente com a noção de *lugar* do que a de *paisagem*.

Seguindo em ordem decrescente, as fotografias 4, 9 e 10 apresentam altas definições de *lugar*, sendo que a fotografia 4 e a 10 representam vielas do bairro e a 9 uma rua e suas casas. A fotografia 4 apresenta maior porcentagem de *lugar* que a fotografia 10, que por sua vez recebeu maior porcentagem de *paisagem* comparativamente à fotografia 4. Isso se deve provavelmente ao tratamento estético-visual que a viela representada pela fotografia 10 recebeu, mostrando um número maior de cores, de desenho e de cuidado. A definição de *lugar* parece não precisar de qualquer julgamento de beleza, ou mesmo de cuidado. Observa-se tanto nestes achados quanto na conceituação acadêmica, que o *lugar* carrega atributos que não são necessariamente positivos. Usualmente, o conjunto de características que transfere identidade ou até personalidade ao lugar é comumente encontrado na vida cotidiana, nas relações sociais, na arquitetura e na cultural material. Ao mesmo tempo, a banalidade da vida cotidiana, tudo aquilo que é comum, parece cair automaticamente na categoria *lugar*. As imagens definidas majoritariamente de

51 Inferimos essas qualidades às torres pois obtivemos muitas respostas em entrevistas que afirmavam a beleza de grandes infra-estruturas, como é o caso das torres de alta tensão e do Shopping Raposo Tavares.

paisagem possuem, de algum modo, algo *fabuloso* ou *excepcional*, ou assim lhes parecem.

As fotografias 8 e 2 representam um balneário e um muro respectivamente. O balneário é um ambiente conhecido pelos alunos-participantes, representa um lugar de convivência lúdica. Na fotografia 8 há uma estrutura destinada a prática esportiva, um conjunto de jovens reunidos, uma quantidade grande de árvores e uma rocha; não possui nenhum elemento estético-fotográfico excepcional. Contudo, a porcentagem de definições de *lugar* da fotografia 8 foi menor que as das fotografias 10, 9, 4 e 6 pelo fato de ter recebido maior porcentagem de definições de *paisagem* e de *paisagem e/ou lugar*. Fica claro que a definição de *lugar* perde força assim que um elemento forte da paisagem entra na imagem. O inverso não é verdadeiro já que a definição de *paisagem* parece ser mais específica que a de *lugar*. Neste caso, como ficou evidente na fotografia 7, o elemento natureza – árvores, verde, rocha – pode ter influenciado essa porcentagem de definições de *paisagem*. Outra possibilidade está no fato de que a paisagem parece estar associada a sensações aprazíveis, ao desfrute e o balneário é um lugar de divertimento que remete sensações boas nos alunos-participantes. A fotografia 2 recebeu a maior porcentagem da definição de *paisagem* e de *paisagem e/ou lugar* dentre as fotografias com maior porcentagens da definição de *lugar*. Neste caso, possivelmente, tanto a simetria e perspectiva construídas pelo muro quanto o grafite colorido presente na fotografia 2 influenciaram a definição de *paisagem*, diminuindo consequentemente a porcentagem da definição de *lugar*.

Paisagem e/ou Lugar

A possibilidade da definição *paisagem e/ou lugar* foi aberta na pesquisa para que os alunos-participantes pudessem expressar a dúvida entre um termo e outro, ajudando-nos a pensar sobre os elementos na imagem que definem os termos inquiridos. Contudo, já que os resultados mostram baixa porcentagem do uso dessa possibilidade, verificamos que os alunos-participantes tentaram, quando possível, definir as fotografias com apenas um termo, simplificando o enunciado. A fotografia 1, que obteve 15% da definição *paisagem e/ou lugar*, possui muitos elementos que, segundo esta pesquisa, a definem como *paisagem*, como é o caso do céu e do horizonte, da profundidade e tranquilidade do ambiente, das montanhas e do verde, da simetria entre terra e céu. Porém, a fotografia representa um lugar relativamente conhecido pelos alunos-participantes, que é o campinho de futebol do Parque Raposo Ta-

vares. Dessa forma, não só o sentimento de pertencimento fortifica-se mas também a noção de uso específico do local, de algo que acontece junto e devido às características antrópicas, neste caso a extensão de terra usada para jogar bola; logo, o termo *lugar* prevalece.

Tanto a fotografia 10 (que recebeu 10% da definição *paisagem e/ou lugar*) como a fotografia 2 (9% da mesma definição) possuem alguns elementos em comum, como as cores vivas (pintura, grafite e desenho), a perspectiva e ponto de fuga acentuado, bem como certa simetria e enquadramento fotográfico. A primeira representa uma viela recentemente vitalizada, recebendo tratamento estético básico (pintura, alinhamento do passeio, gramado, luz, etc) e a segunda representa uma calçada e um muro de um local bastante frequentado pelos alunos-participantes⁵². Ou seja, parece-nos que as fotografias que mais permitiram dúvida sobre os termos pesquisados possuem tanto características do que os alunos-participantes entendem por *paisagem* e outras do que entendem por *lugar*. Estes resultados não nos ajudam na construção do termo total *paisagem dos lugares* mas salientam diferenças, comparações e similaridades entre os termos, possibilitando maior precisão de entendimento com a população pesquisada.

Quais as preservações e/ou transformações necessárias no Jd. Celeste e entorno para que a *paisagem dos lugares* aconteça?

O segundo grande conjunto de resultados empíricos desta oficina refere-se aos trabalhos dos 23 alunos-participantes, os quais foram feitos no intervalo entre a 1º e a 2º sessão (fotografias tiradas pelos alunos-participantes fora do horário e ambiente escolar) e durante a 3º sessão, quando os desenhos e os escritos foram finalizados. Além da importância lúdica, pedagógica e cultural da confecção dos trabalhos, o resultado final suscitaria um aprofundamento na segunda questão proposta para esta oficina. O trabalho de cada aluno consistiu na *fotografia/lugar*, no *desenho/paisagem* e no *escrito* (ver conjunto de trabalhos ao final do capítulo)

A escolha das fotografias não sugere tendências óbvias. Tanto as fotografias tiradas pelos alunos quanto as do pesquisador foram escolhidas. Do conjunto total de fotografias disponibilizadas aos alunos, as únicas rejeitadas foram aquelas que mostravam um lugar sujo e mal cuidado, como foi o caso de fotografias de entulhos, lixo, córrego poluído e/ou esgotos. De resto, as fotografias escolhidas mostram ecletismo e dessemelhança, com-

⁵² Fotografia tirada na rua em frente ao Parque Raposo Tavares e que dá acesso à favela Vale da Esperança e Jd. Jaqueline.

preendendo lugares de moradia – casas, prédios e barracos -, praças e parques, terrenos baldios, vielas e muros. Fotografias de amplidão, que mostram elementos longínquos, fotografias de estreitamento, que mostram lugares particulares e em pequena escala, fotografias embaçadas, desalinhadas e de lugares erráticos e fotografias enquadradas e representativas de um lugar específico, todas foram escolhidas por, pelo menos, um aluno-participante. Parece-nos, portanto, que essas escolhas foram influenciadas mais significativamente pela proximidade e pertencimento do aluno com o lugar escolhido do que com a complexidade e/ou simplicidade da fotografia, ou mesmo pelo seu rebuscamento estético.

Analisando o conjunto total de trabalhos (ver conjunto de trabalhos ao final do capítulo), verificamos uma tendência majoritariamente coesa e que dialoga com o estudo acadêmico da paisagem urbana:

Elementos preservados: árvores, plantas, verde, natureza, céu, viela, rua, calçada e casas.

Elementos transformados por adição: árvores, plantas, verde, natureza, cor, pintura/grafite, nuvem, sol, telha nos barracos e casas, montanha, barro, alinhamento das estruturas (janela, porta, portão, batente, etc), aparagem do mato, tijolo,

Elementos transformados por remoção: postes, fios, prédios, carro, pichação, lixo, asfalto, córrego/esgoto, torres de alta tensão.

De alguma forma, parece claro que a artialização de um lugar, ou mesmo a tentativa de implementação de uma paisagem, esteja diretamente relacionada ao que o mundo – ciência, arte e mídia – vem edificando, em forma de valores, até os dias de hoje. Portanto, segundo esses resultados, a preservação e/ou transformação dos lugares da periferia da metrópole conversa tacitamente com os anseios de projeto e planejamento urbano contemporâneos.

É possível identificar tendências nas paisagens almejadas? Quais os fatores atuantes no interesse e escolha pelos trabalhos?

O terceiro grande conjunto de resultados desta oficina foi a votação de alunos e professores dos melhores trabalhos. Não foi objetivo principal desta pesquisa avaliar ou mesmo mensurar o ajuizamento estético dos indivíduos, mas vimos, nessa atividade, a oportunidade de engajar ainda mais os professores e os alunos na oficina, buscando reconhecimento e curiosidade entre eles. O resultado dos trabalhos mais votados elucidaria caminhos de entendimento do que a população pesquisada (professores e alunos-participantes) pensa e almeja dos lugares representados, além de, futuramente, lançar bases sobre a existência de uma tendência estética consolidada, ou pelo menos majoritariamente compartilhada pelos participantes.

A apuração dos votos possui a validade de cotejar as preservações e/ou transformações dos lugares, analisando os trabalhos que receberam alta e baixa aceitação pela população pesquisada, ajudando-nos, mais uma vez, a examinar os aspectos e fatores culturais que mais influenciaram as escolhas das *paisagem dos lugares*. Nesta análise, coube atentarmos para os fatores que distinguem o *bom* do *ruim*, o *bonito* do *feio*, o *necessário* do *desnecessário*, o *merecimento* do *desmerecimento*, o *lógico* do *ilógico*, o *claro* do *confuso*, o *correto* do *incorreto*. Reiteramos o fato de que estes achados apenas ilustram mais um caminho metodológico para o estudo da *paisagem dos lugares* e serão correlacionados aos achados do questionário posteriormente.

Resultados da votação e tendências identificáveis

No gráfico 21, ao lado, verifica-se o resultado total das votações dos alunos e dos professores (em número de pontos)⁵³, seguindo a ordem decrescente dos trabalhos mais votados. No conjunto de trabalhos no final do capítulo, os trabalhos foram alinhados nesta mesma ordem, da esquerda para a direita, seguindo os resultados da

votação total (professores e alunos). O número atribuído a cada desenho corresponde ao número que lhe foi dado aleatoriamente antes da votação. Dessa forma, a votação foi feita numericamente, de forma a esconder a autoria do desenho, evitando votos tendenciosos por parte dos alunos e dos professores.

O gráfico 21 abaixo mostra três tendências relativamente fáceis de identificar e são definidas de acordo com a diferença de pontos de cada trabalho, o que configura no gráfico uma linha mais ou menos definida. A primeira tendência refere-se aos três primeiros colocados, que possuem as maiores diferenças de pontos entre si (14 pontos entre o 1º e o 2º colocado e 13 pontos entre o 2º e o 3º colocado). Do 4º colocado (desenho 20) ao 16º (desenho 18) a diferença de pontos entre cada desenho diminuiu, mostrando uma segunda tendência, mesmo havendo certa irregularidade entre alguns desenhos (a média de diferença de pontos neste intervalo é de 6 pontos). Do 16º colocado ao 28º essa diferença diminuiu ainda mais, construindo uma linha estável e levemente inclinada, verificada como uma terceira tendência (a média de diferença é de 3,3 pontos).

Gráfico 21

53 Para cada votante, o trabalho em 1 lugar recebeu 5 pontos, o em 2 lugar, 3 pontos e o em 3 lugar, 1 ponto.

Outras tendências correlatas também puderam ser verificadas, como é o caso da comparação dos votos dos professores e dos alunos (ver gráfico 22, abaixo).

Mesmo que o número de votantes tenha sido consideravelmente diferente (27 professores e 173 alunos), ainda podemos verificar uma tendência evidente quanto aos desenhos que finalizaram com maior ou menor porcentagens, fazendo com que as duas linhas no gráfico seguissem médias de variações relativamente parecidas (ver gráfico 22 abaixo). Os desenhos 27, 15, 25, 26, 20 e 3 receberam respectivamente alta pontuação de ambos professores e alunos (ver figura 64 ao lado e gráfico 22 abaixo).

Gráfico 22

Figura 64: Conjunto dos desenhos mais votados por ambos professores e alunos, em ordem decrescente do canto superior direito ao canto inferior direito (**T27**) Eliane Kettlein Guedes Paixão; (**T15**) Marcos Santos Gomes; (**T25**) Fabyola da Silva Brito; (**T26**) Eliane Santos Batista; (**T20**) Ingrid Silva da Rocha; (**T3**) Vinicius Carvalho da Silva (2013).

Os desenhos que receberam baixas pontuações de ambos professores e alunos foram 8, 1, 2, 7, 4, 5, 6, 14, 17, 18 e 28 respectivamente (ver figura 65 ao lado e gráfico 22 ao lado).

Os desenhos que apresentaram as maiores diferenças entre os votos dos professores e dos alunos (mínimo de 5 por cento de diferença) foram os desenhos 27, 12 e 23, respectivamente (ver figura 66 e 67 na página a seguir), sendo que os desenhos 27 e 23 receberam mais votos dos professores e o desenho 12 recebeu mais votos dos alunos.

Grosso-modo, as tendências de voto identificadas e descritas nos resultados da votação demonstram que o interesse e as escolhas por certas paisagens e/ou trabalhos seguiram fatores compartilhados e utilizados pela maioria dos votantes. Oajuizamento estético, a aceitação e valoração das transformações e/ou preservações feitas nas fotografias e o julgamento cognitivo e moral que distingue o *bom* do *ruim*, o *bonito* do *feio* demonstraram, de fato, uma convergência identificável.

Figura 65: Conjunto dos desenhos menos votados por ambos professores e alunos, em ordem decrescente do canto superior esquerdo ao canto inferior direito. **(T8)** Renan Gomes da Silva; **(T1)** Vitoria Ester; **(T2)** Vitoria Ester; **(T7)** Renan Gomes da Silva; **(T4)** Thayane Pereira Amaral; **(T5)** Thayane Pereira Amaral; **(T6)** Rodolfo Santos da Silva; **(T14)** Marcus Vinicius dos Santos; **(T17)** Lucas Ferreira de Oliveira; **(T18)** Juliana Maura dos Santos Marinho; **(T28)** Davi Simões de Oliveira (2013).

Por consequência, estes resultados, assim como o método, são pertinentes ao estudo dos fatores culturais, individuais e coletivos, que influem sobre as escolhas, positivas e negativas, de uma fotografia, de um lugar, de um desenho, de uma paisagem.

Parece-nos que alguns fatores condicionam a falta de interesse pelas fotografias e pelos desenhos, resultando na baixa de pontos. Um muro com uma escada que dá para lugar nenhum (desenhos 18 e 28) ou fotografias desfocadas e desenhos desconexos (desenhos 24, 4, 5, 7 e 8) não situam o observador num lugar ou campo de significados culturais conhecidos, deixando-o perdido e sem referências (ver conjunto de trabalhos no final do capítulo). Dessa forma, deve ter sido importante que os votantes tenham tido certo entendimento racional e cognoscível dos desenhos, conseguindo assim assimilar as preservações e/ou transformações, além de concordar com elas, achá-las pertinentes. Desenhos inacabados ou que transmitem falta de atenção e cuidado (desenho 14, 24, 6, 2 e 1) devem ter desvalorizado o trabalho empregado e o desenvolvimento da atividade de aprimoramento plástico.

O trabalho que ficou em primeiro lugar (ver figura 67 na página a seguir), o desenho 27, possui características e elementos considerados fundamentais para elevar a estima e o interesse, segundo os participantes da pesquisa. A fotografia foi tirada de um lugar conhecido do bairro, que é o descampado utilizado para a feira-livre às quartas e domingos; mostra elementos situados perto e longe do observador, como é o caso do muro, do carro mas também dos prédios e da vegetação. As preservações e transformações que Eliane K. G. Paixão efetuou em seu desenho impactaram positivamente os votantes. Retirou os prédios e fiações, colorindo fortemente o céu de azul (céu enquanto elemento essencial para a paisagem), limpou o muro, deixando-o totalmente branco (pichações e grafites são muitas vezes considerados tipos de vandalismo e depredação), manteve o carro e as pessoas que o empurravam (cena dramática? Ludicidade na observação? Aproximação do observador com o lugar?), manteve toda e qualquer vegetação (verde enquanto símbolo da vida, da natureza, de beleza, da paisagem) e finalmente confeccionou o desenho com destreza, precisão e cuidado, sendo fiel às linhas e curvas encontradas na fotografia.

O trabalho que ficou em segundo lugar, o desenho 15, não possui exatamente as mesmas características ou elementos considerados no desenho 27, exceto as cores vibrantes e lugar conhecido (Parque Raposo Tavares) (ver figura 67 na página a seguir). Contudo, outros fatores já mencionados entram em ação, ou assim se verifica. Mar-

Figura 66: (acima) Desenho 12 (T12) Mateus Sousa da Silva; (abaixo) Desenho 23 (T23) Heloysa Lohany Soares Gomes Garcia (2013).

cos S. Gomes manteve a fiação mas retirou o conjunto de casas e barracos ao fundo. Retirou o pavimento do passeio, transformando-o em barro ou terra batida, além de definir a borda de preto e colorir vivamente a vegetação e o céu. A fotografia escolhida possui uma perspectiva marcante e possibilitou o enaltecimento de alguns elementos do campo, como a terra, o verde e o céu com tonalidades claras de azul. Finalmente, a própria confecção do desenho, que foi feita em pastel, criou uma imagem semelhante à pintura. Possivelmente, a alusão à tal constructo cultural também contribui pelo interesse e valorização deste desenho pelos votantes, tanto alunos como professores.

Portanto, a sequência dos trabalhos mais votados parece seguir um sistema de importâncias sociais, ambientais e culturais que influenciam o interesse e o gosto. Estas são: a representação fotográfica de um lugar específico no bairro e sua importância para os votantes, a própria fotografia e seu aspecto estético, o aceite dos elementos preservados e os transformados (carros, pontes, fios, vegetação, grafite, pichação, pessoas, prédios, casas, lixo), o cuidado e/ou estilo empregado na confecção do desenho e finalmente as referências culturais trazidas tanto na fotografia como no desenho (natureza, céu, horizonte, cor, simetria, verossimilhança, etc).

Figura 67: (acima) Desenho 27 (**T27**) Eliane Ketleir Guedes Paixão;
(abaixo) Desenho 15 (**T15**) Marcos Santos Gomes (2013).

Apresentação dos 28 trabalhos dos alunos participantes seguindo a ordem de votação final dos alunos e dos professores

27

Eu tirei os prédios, a pichação e os fios. Os prédios eu tirei porque eles ocupam muito os espaços. Eu não gosto da pichação, fica horrível, não fica legal. Os fios eu tirei porque incomodam, atrapalham muito.

Eliane Ketein Guedes Paixão, 5 série D

15

Marcos Santos Gomes, 7 série D

26

Eliane Santos Batista, 7 série C

20

Eu dei mais cor ao muro, coloquei nuvens e colori o céu. Eu tirei algumas casas e grades. Eu coloquei alguns tijolos na casa azul, arrumei janelas e portas.

Ingrid Silva da Rocha, 5 série C

25

*Eu tirei a torre e acrescentei mais casas.
Eu colori as casas pra dar mais vida.*

Fabyola da Silva Brito, 7 série D

11

*Eu só tirei os carros da rua
porque só faziam a rua apertada. Eu coloquei o grafite
porque achei que ele deu mais
cor ao muro que estava cinza
e sem vida.*

Matheus Pereira Primo, 7 série D

3

*Eu tirei os postes que eram muito feios e
nas laterais da escada eu acrescentei umas
flores. Eu tirei um carro que estava no fundo,
tirei o esgoto e acrescentei uma árvore.*

Vinicius Carvalho da Silva, 7 série D

12

*Eu tirei os postes porque não ficam bom no
desenho. Tirei o letreiro porque quis deixar
como uma casa comum. Tirei o carro porque
ele cobria a calçada e ficava ruim com
ele ali. O restante eu deixei porque achei
que ficaria melhor na imagem.*

Mateus Sousa da Silva, 7 série C

10

Eu tirei vários fios das casas. Pensei em colorir o meu desenho para ficar com mais vida. Tirei paredes pichadas e coloquei paredes bonitas. Tirei o chão esburacado, arrumei o céu nublado e coloquei nuvens.

Mauro Ferreira Nunes, 5 série C

9

Eu mudei os fios e coloquei muitas árvores porque as pessoas precisam de ar e de lugares mais reflorestados. Eu pintei as ruas e as calçadas. O céu está mais claro. Mudar a vizinhança é mudar o mundo.

Raiane Santos de Jesus, 7 série B

16

Eu coloquei montanhas e mais cores. Alinhei a casa e coloquei casas e nuvens. Eu acho que a natureza deixa a paisagem mais bonita. As cores deixam o desenho com mais vida.

Lucas Ferreira de Oliveira, 5 série C

22

Eu tirei os carros da rua porque eles deixam a rua com menos espaço. Tirei o lixo porque deixam a calçada suja e feia. Tirei os prédios porque eles cobrem o céu e sem eles a paisagem fica mais bonita.

Ariely Santana Moreira, 7 série C)

21

Davi Simões de Oliveira, 5 série C

13

Eu tirei algumas casas, coloquei mais cor. Também tirei os lixos pelo chão.

Maria Isabela Matos Monte,
7 série C

19

Eu tirei os lixos da rua, as casas do fundo porque eu achei elas feias e mal acabadas. Eu deixei as árvores porque gosto delas e acho que deixam o lugar mais vivo. Eu dei mais cor ao céu.

Jamile Souza Moreira,
5 série D

18

Eu colori e alinhei a escada, arrumei os blocos e pintei o muro. Eu também aparei o mato.

Juliana Maura dos Santos Marinho,
5 série C

17

Lucas Ferreira de Oliveira, 5 série C

23

Mudei o muro e coloquei mais natureza. Tirei o córrego e coloquei grama.

Heloysa Lohany Soares Gomes Garcia, 5 série C

14

Marcus Vinicius dos Santos, 5 série C

28

Davi Simões de Oliveira, 5 série C

24

Eu tirei o carro e coloquei um muro. O carro eu tirei porque solta muita fumaça, polui o planeta, podemos ficar com falta de ar, é perigoso.

Gustavo Pinto Barreto, 5 série B

6

Rodolfo Santos da Silva, 7 série B

4

Eu retirei os prédios porque eles tapam a visão. Realcei a cor, pintei o fundo de amarelo, criei um muro e pintei de marrom. Pinte o mato de verde, algumas partes claras outras escuras, assim ele chama mais a atenção. Eu pintei o céu de amarelo porque é o reflexo do sol. O muro eu pintei de marrom porque é a cor da terra. Eu coloquei algumas nuvens para o céu não ficar vazio.

Thayane Pereira Amaral, 5 série B

5

Thayane Pereira Amaral, 5 série B

7

*Eu tirei o carro porque ficou muito feio.
Aí, eu fiz um muro e pintei de marrom
um pouco forte. Eu pintei o teto de azul.*

Renan Gomes da Silva, 5 série B

2

Vitoria Ester, 5 série B

1

Vitoria Ester, 5 série B

8

Renan Gomes da Silva, 5 série B

Mapa 7. Localização das figuras e imagens utilizadas ao longo da pesquisa, dentro da macro-área do campo empírico (Elaborado a partir de imagem de satélite, Emplasa, 2012)

Legenda:

F: Figuras ou Fotografias usadas ao longo da pesquisa

T: Trabalho de aluno

F48: Fotografias usadas na pesquisa de paisagem e lugar na EMEI Vianna Moog

IA: Imagem A usada no questionário

IB: Imagem B usada no questionário

IC: Imagem C usada no questionário

FPCM: Fotografia da paisagem do cimo das montanhas

6. ENTRELACEMENTOS

6.1 Descobrir ou inventar

O estudo teórico facilita e dificulta a observação; digere as complexidades, dá foco ao tema, mas enrijece uma ideia de realidade. A vivência repetida e despreocupada do campo empírico pode, contudo, anestesiar formulações críticas, banir o estranhamento. Das perdas e dos ganhos, ficamos com o que sentimos: a descoberta e a invenção.

Parece não haver substituto ao percurso feito a pé, aos olhos abertos, aos ouvidos atentos, às milhões de conexões entre pensamento e imagem e desenho e atividade: insumos à invenção da paisagem, à descoberta poética de um dado em processo. Para nós, a intensão no olhar modelou os volumes, ordenou as cores, inflou o ar e adensou o significado: *a paisagem dos lugares*, mesmo que imaginária, era possível. Tentamos decupar essas descobertas em diferentes estruturas e/ou unidades da forma urbana, para que a invenção da paisagem deste ou daqueles lugares fossem compartilhadas, sem que perdessem potencial propositivo. As vielas, as geometrias de casinhas, a vastidão do horizonte apreendido por cotas altas – paisagem do cimo das montanhas – , as manifestações visuais e as estruturas verdes compuseram os principais aspectos físicos e morfológicos, descobertos no campo empírico, que participam da invenção das paisagens. Todavia, transformar o olhar e, através dele, jorrar pinturas e poesias sobre a imagem dos lugares prescinde a participação do outro e, mesmo que tal atividade eleve os sentidos, não atua sobre a natureza nem sobre o espaço. Por essa razão, as ilustrações dessas descobertas ficam apenas como pitadas de imaginação, mas cuja flecha certa convida à transformação das pedras.

6.2 Aproximações: a Paisagem dos Lugares

O lugar é como se fosse a nossa sala e a paisagem o nosso quintal. (Fabíola da Silva Brito, 2013)

O lugar

A principal atividade empírica que lidou com a junção dos termos *lugar* e *paisagem* foi a oficina na EMEI Vianna Moog, quando da utilização de 10 fotografias para pesquisar estes dois termos. Nenhuma explicação foi necessária para que os alunos pudessem participar corretamente da pesquisa, já que se tratou de crianças e adolescentes de 13 a 15 anos que possuem um nível mínimo de escolarização e socialização com a língua portuguesa (a palavra *lugar* e *paisagem* já faz parte do vocabulário dos participantes e, por consequência, possuem um arcabouço de significados específicos, seja ele condizente ou não com o da academia).

Como vimos com os resultados, o termo *lugar* foi empregado mais frequentemente que o termo *paisagem* e por isso sua generalidade e escopo de definição é maior. Este dado não significa que sua potência de definição de uma certa realidade seja menor, mas sim que absorve uma ampla gama de possíveis realidades, de possíveis situações, fatos, artefatos e conceitos que lhe emprestam significado. Por esse motivo, o termo *lugar* deve ser mais frequentemente utilizado no dia-a-dia dos alunos-participantes que o de *paisagem*. Não nos parece importante afirmar que tal utilização ou entendimento do termo esteja incorreto ou apresente forma bruta. Sua validade ajusta-se incrivelmente bem à realidade da experiência, com o que mais importa na relação do indivíduo com a metrópole.

Nessa linha de pensamento, o interesse da escola e também da academia deve ser o de analisar a estreiteza entre os conceitos intelectualizados e o entendimento forjado através do vivido, do presente, que é um constante construtor de sentidos. Curiosamente, o leque de entendimento do termo *lugar* foi, pouco a pouco, se assemelhando àquele definido pelo mundo teórico-conceitual⁵⁴.

Através do prisma da fenomenologia, como vimos, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana:

54 Durante a 2ª sessão da oficina, verificamos que as anotações feitas na lousa, segundo a fala dos alunos-participantes, mostra as seguintes aproximações: conhecido, divertimento, prédio/muro, construído pelo Homem, grafite, pouca natureza, visão mais fechada, uso específico. (ver figura x, página x). Provavelmente, se tal atividade pudesse repetir-se e/ou se aprofundar, os braços de entendimento aumentariam em número, especificidade e em campo do saber, já que observamos um aumento das correlações e informações trazidas pelos alunos-participantes acerca dos termos propostos conforme a oficina progredia.

(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança (RELPH, 1979, p. 3).

Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído não somente através dos olhos e da mente, mas também pelos modos mais passivos e diretos da experiência.” (TUAN, 1975, p. 152). Talvez, por esta razão, as fotografias que carregam maior sentido de *experiência* e de *vivência* receberam maior número de definições de *lugar*. O *lugar* é evocado, portanto, quando há certa familiaridade com o espaço habitado, quando uma imagem precisa e limitada distingue um espaço qualquer daquele que conhecemos melhor, que dotamos valor, adquirindo definição e significado (TUAN, 1975).

Em contrapartida, as fotografias que representavam aspectos de conflito, de mal uso do território e de pobreza, representando assim um modo informal de habitar ou um antagonismo à lógica de produção do espaço racional da riqueza, foram também denominadas de *lugar*. Afinal, segundo uma janela marxista

“(...) o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, A. F. A; 2007, p. 14).

Por uma corrente crítica, o *lugar* refere-se a uma porção do território criada e utilizada para atender determinadas funções de poder, é a expressão do modo de vida engendrado pela lógica capitalista de acumulação e fragmentação da riqueza (HARVEY, 1996). Nesse caso, seja pelo aspecto abandonado, sujo, pobre, ilícito, pela ausência do poder estatal ou pela presença do poder paralelo⁵⁵, o aspecto visível deste lugar, representado por uma fotografia, remete mais facilmente à noção de *lugar* do que a de *paisagem*, cuja conotação não se aproxima de qualquer aspecto negativo da existência humana. Esse fato foi confirmado mediante as respostas adquiridas no

55 Termo utilizado pelos moradores das comunidades referindo-se ao narcotráfico.

questionário e nas entrevistas acerca da paisagem, a qual significa beleza, o que é bom, o que é apreciável; é também o equilíbrio, a paz, o amor, o que é limpo. “A paisagem é o colírio para os olhos” (informação verbal, Fernando Araujo, 2013), (...) “é um cenário que nos toca emocionalmente de forma agradável. Se não o faz, é lugar” (informação verbal, Silvia Rodrigues da Silva, 2013).

Além dessas conotações, o *lugar* expressa a tensão entre o progresso e a perda, é “um espaço criativo, embora ambivalente, cavado em algum local entre a opressão da nova ordem e o aprisionamento da tradição” (OAKES, 1997, p. 511). Esses sentidos de *lugar* também têm sua potência, pois não se limitam à observação condescendente e positiva do mundo, isto é, assumem a negação, identificam contundentemente uma tendência brutal de associar o *lugar* à espoliação, à realidade enquanto sinônimo de vida ferina. Ou seja, mesmo que o *lugar* possa representar a ausência, a tristeza e a maldade num pedaço de mundo, ele esganiçará traços plangentes de transformação; por que não através da paisagem, já que ela é boa, agradável e bela?

O lugar representa tanto a realidade subjetiva e singular (visão fenomenológica) quanto a objetiva e universal (visão marxista); portanto, o *lugar* não possui uma essência única e nem deve ser colocado no meio do caminho. Tanto quanto a *paisagem*, o *lugar* não precisa ser desmembrado cartesianamente entre dois polos, mesmo que eles existam dentro de uma interpretação cientificista do mundo. Seu sentido jaz exatamente na complexidade e simplicidade que lhe emprestamos, na força que tem de nos aproximar dos outros e de nós mesmos. Afinal, como vimos, ele não é utilizado somente em textos acadêmicos, muito menos a *paisagem*. Ele também participa de um cabedal vernacular, refere-se aos afetos no espaço, aos ideais no mundo alcançável.

A paisagem

Quanto ao termo *paisagem*, foram muitas as atividades empíricas que se debruçaram sobre ele: questionários, entrevistas, mutirão e oficina. Nestas atividades, a noção de *Natureza* e todos os seus atributos, elementos constitutivos e braços de entendimento foram fortemente associados à paisagem: (...) “ela é o campo, a natureza” (informação verbal, Carlos Campos, 2013). No questionário, a categoria “natureza” e outros elementos constitutivos representaram 50% das 18 definições totais de paisagem, representando uma porcentagem altíssima. Para melho-

rar ou criar uma paisagem, as principais respostas referiam-se à natureza, à praça e ao parque. Quando a paisagem existia no Jd. Celeste e entorno, era porque nele havia árvore e verde. Também no questionário, as fotografias que mais continham elementos naturais eram mais frequentemente escolhidas como preferidas ou como sinônimo de paisagem, como foi o caso da imagem A-O. Os desenhos feitos pelas crianças da EMEF João Negrão apresentam um número altíssimo de elementos da natureza, como é o caso de árvores, borboleta, pássaros, cachorros, nuvens, gramado, frutos, flores, sol, mar, peixes e outros. Na EMEI Vianna Moog, muitos foram os momentos em que a ideia de natureza entrelaçava-se fortemente com a de paisagem. Como vimos, a fotografia 7, que representa um pequeno vale, uma mata ciliar e um córrego, recebeu o maior número de definições de *paisagem* entre todas as outras fotografias.

Portanto, tanto *paisagem* quanto *natureza* continuam a carregar valores socioculturais que lhes mantêm longe da cidade, da civilização e da cultura. Contraditoriamente, é exatamente a transformação, ou neste caso, a manutenção de constructos culturais que perpetuam estas concepções de *natureza* e de *paisagem* ao longo da história. Interessante notar que esta forte ligação entre as plantas, o rio, as árvores, o selvagem, o intocado, o indomado, o natural e a paisagem é mantida e transpassada de geração à geração, em todos os rincões da metrópole. Afinal, (...) “a beleza da natureza selvagem não era reconhecida antes do século XVIII” (BERQUE, 1995, p. 05). Ao mesmo tempo, a relação entre prazer estético e natureza encontra-se solidamente calcado na noção de paisagem, segundo as tendências modernas. Joachim Ritter, em “Le Paysage: Fonction de l’esthétique dans la société moderne”, 1997, já havia mencionado o nascimento de um novo gênero de experiência do mundo terrestre, o qual traduzia-se pela representação paisagística da natureza, sublinhando, portanto, o desenvolvimento de uma consciência estética da natureza. Dessa forma, contrapondo as fotografias definidas majoritariamente por *lugar*, essa experiência estética da natureza é acedida (...) “pela livre contemplação, numa atitude ‘desinteressada’, quer dizer, sem a intervenção de considerações práticas e utilitárias” (RITTER, 1978 *apud* BESSE, 2000, p. 35).

Outro dado importante acerca dessa tendência é a cisão entre *natureza* e *cultura*, entre *cidade* e *campo*, evidenciada pela Epopeia de Gilgamesh, a qual pincelamos no início desta pesquisa, mas que continua a fazer sentido no imaginário metropolitano. Mesmo que a paisagem tenha ganhado novos significados, novos usos e con-

cepções, seu conteúdo natural e selvagem permanece intacto e invicto junto de jovens e moradores da periferia. A construção dessa visão deve dar-se muito além da escola, ou seja, é construída no ambiente familiar, na rua, na praça, na praia, nas revistas, no vídeo game, nos jornais, na televisão, nas propagandas e em todos os locais e situações que o termo *natureza* e/ou *paisagem* é falado, lido, ouvido ou mostrado imageticamente. Esta quase sinonimização da *paisagem* com *natureza* não deixa de ser uma visão simplificada e redutora dos termos; contudo, a intimidade desta relação foi fortemente confirmada nesta pesquisa e a questão recai sobre como proceder de agora em diante.

Outra forte evidência nestes achados empíricos é a ligação da *paisagem* com o que está distante, com o vasto horizonte. “A paisagem é a vista de longe” (informação verbal, Renato Sousa, 2013), “(...) acontece quando vemos de tudo um pouco (informação verbal, Higino Manoel de Silava, 2013), “(...) é o que você pega de mais amplo (informação verbal, Regiane da Silva, 2013), “A paisagem é o encontro do céu com a Terra (informação verbal, Lilian de Azevedo, 2013). Assim como queria Georg Simmel (1988), a paisagem é obcecada pelo infinito, ou pela presença do infinito no finito. Esta experiência paisagística, segundo o filósofo, valida-se e engrandece quando a modernidade arranca o indivíduo de um todo, separa-o da *grande natureza*. A paisagem, que é parte de um todo, acaba ganhando o sentido de um todo ela mesma, de um conjunto independente do qual o observador não participa (SIMMEL, 1988 *apud* BESSE, 2000). Consecutivamente, as fotografias que apresentavam uma vasta porção de céu e suas tonalidades azuladas também animaram uma paisagem.

Esta vastidão de azul são planos de fundo e (...) esta cor causa no olhar uma impressão estranha e quase inexprimível. Como cor, ela é energia; mas ela se encontra do lado negativo, e na sua maior pureza ela é, de algum modo, um nada que atrai. Há neste espetáculo algo de contraditório entre excitação e o repouso (GOETHE, 1986, p. 85 *apud* BESSE, 2000, p. 59).

Não nos parece coincidência que as fotografias que visualmente sugerem esse todo e que também demonstram uma distância, uma experiência do cume, foram definidas majoritariamente de *paisagem*, tanto na oficina

como no questionário.

A ordem e disposição dos elementos no espaço ou na natureza também prefiguram a existência da paisagem, assim como as cores, suas tonalidades, seu jogo sutil e explosivo, além dos significados que carregam. Descrever uma paisagem assemelha-se frequentemente a descrever pinturas, quando contraste, distância, tonalidade, contornos, ordem, harmonia, luz e sombra constroem o material em imaterial, produz-se um estado de tranquilidade, aquilo que a teoria da arte chama de “perfeição do colorido”⁵⁶. Por este motivo, tanto na oficina quanto no questionário, pensamos que as fotografias que apresentavam características semelhantes às pinturas, tanto pelas cores, ou harmonia entre elas, ou contornos e perspectivas como pelo enquadramento e alinhamento, tiveram maior propensão para a definição de *paisagem*. Por isso, após *natureza*, a *arte* parece estar atrelada a paisagem logo em seguida, mesmo na periferia da metrópole⁵⁷. “A paisagem urbana é a harmonia entre o lugar em que vivemos e a beleza do que podemos ver” (informação verbal, Claudia de Sousa, 2013).

Finalmente, os significados culturais que depositamos nos elementos e nos processos sociais e naturais encontrados e vivenciados na Terra também participam da construção da noção de paisagem; afinal, como confirmamos empiricamente, a paisagem também pode ser humanizada, trabalhada, cultivada, ou seja, representativa de uma ação humana. Tanto as fotografias que representavam altos prédios luxuosos quanto as que mostravam pinturas e grafites tiveram altas porcentagens de definição de *paisagem*, confirmando a presença ou invenção de paisagens na periferia da metrópole. No passado, pelo menos junto à elite intelectual, edifícios não participavam da noção de paisagem e houve, seguramente, um aprendizado que valorasse tais elementos como constituintes na construção de um todo visual chamado paisagem. Esta assertiva é, de certo modo, bastante inovadora, visto que a própria noção de paisagem urbana ainda é controversa e refutada dentro da Academia.

Lugar e Paisagem: a fusão

Nas oficinas, observamos que tanto *lugar* quanto *paisagem* possuem especificidades significativamente marcantes, delineadoras de sentido compartilhado por uma coletividade. De um lado, esse dado mostra-nos que os termos podem sofrer modificações e consolidações ao longo da vida, de tal forma que seu sentido caminhe para

56 “Graças a esta idealidade, a esta interpenetração, a este vai e vem de reflexos e de relances coloridos, graças a esta variabilidade e instantaneidade das transições, graças também à luz, à profundidade, à doce e temperada luminosidade das cores, o todo se apresenta com uma aparência animada, como que iluminado pelo reflexo da alma, e isto que faz a magia do colorido, magia própria ao pintor que a soube realizar”. (HEGEL, 1979, p. 274 apud BESSE, 2000, p. 60)

57 No questionário, por exemplo, as fotografias que representavam grafite – caso das imagens C (+G-P) e C (+G+P) – e as imagens que representavam um lugar por meio de um desenho – imagens B-F e B-C – ficaram em segundo colocado na escolha das definições de paisagem, antecedidas pela fotografia A-N, a qual representa a Natureza.

mais perto ou mais longe das significações trazidas pela ciência. Por outro lado, se o que nos importa é o estado atual da vida e se (...) “não é preciso pensar no amanhã, não é preciso se livrar tão rápido do presente de hoje” (PEGUY, 1909-1914 *apud* BESSE, 2000, p. 107), verificamos que os preceitos do mundo, ou os arcabouços teórico-conceituais em ambos os termos, não dão conta da totalidade dos resultados empíricos, ou pior, não simplificam a questão que a nós nos importa: como preservar e/ou transformar os lugares da periferia da metrópole de forma que possuam uso e beleza, que acolham o habitar e a contemplação, que promovam sentimentos de pertencimento e de distanciamento espetacular, que fundam natureza e cultura, que sejam, enfim, lócus do pensar e do sentir, do agir e do respirar, de corpo e alma?

Essa questão está no plano da vontade e do desejo, talvez de uma utopia forjada pela cultura científica e poética. Porém, é dela que vimos a possibilidade da fusão *lugar* e *paisagem*, tentando conjugar o que possuem de mais significativo à vida humana. O *lugar* é onde a vida acontece, é a espacialidade abarcada pelo escopo da necessidade das relações humanas, cuja temporalidade verifica-se mais intensamente com o sentido de habitar, mas também no trabalhar e no brincar, visto que são atividades socializantes, inflam o tempo-espaço. O *lugar* também pode conter o cotidiano, o qual lhe confere complexa e antagonicamente certos significados, tanto objetivos quanto subjetivos, muitos deles passageiros:

O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda a sua intensidade” (HELLER, 2008, p. 31).

Por esse motivo, e por outros também, o *lugar* pode ser considerado incompatível com a *paisagem*, pois além de substrato do cotidiano, das necessidades do “Eu”, também acopla, tanto à sua imagem quanto à sua vivência, o sentido de proximidade, da visão de baixo, da horizontalidade das ações e processos humanos, os quais prescindem do horizonte, da contemplação, do respiro, do tempo “desnecessário”, do sentir-se unido ao todo, ao cosmos, ao mundo. Ao mesmo tempo, a ausência desse “estado-de-mundo” não lhe subtrai importância, não rouba

outras. Pois por um lado,

“(...) para ter acesso à dimensão verdadeira das coisas, ou seja, ao seu valor absoluto, é preciso chegar mais perto delas, o mais próximo. (...) é por baixo que é preciso começar, é ali que é preciso ficar, ou retornar, para se lançar (BESSE, 2000, p. 105).

É no e pelo lugar que as transformações mais prementes à vida iniciam, é pelo íntimo contato com pedaços de mundo que o indivíduo realiza-se, que solidifica a consciência de si e dos outros, que embate suas particularidades com a coletividade, onde conflito e solidariedade têm lugar, simultaneamente e separadamente, mas sempre num *lugar*.

A *paisagem*, de início, associa-se à pura contemplação da natureza, revela e alcança a fruição estética de um todo visível, ela preconiza o pertencimento à tal harmonia, num desejo de apaziguamento da alma. Enxergar uma *paisagem* significa empregar uma postura no olhar, uma intenção que destaca do mundo os elementos que constroem a cena, e também o espetáculo. Portanto, a *paisagem* de que falamos quebra com a perspectiva cartesiana, pois pressupõe algo além do objetivo e do subjetivo, além do espaço e da natureza, além da cultura e da ciência. Ela convida o desmembramento dos nós estipulados, visto que o sentimento, a emoção e o enlevo inexplicável promovidos pela experiência paisagística dependem, em alguma medida, de uma abertura sensível a uma substância impalpável, mas que circula e anima os indivíduos e o ambiente. Seria ela a *Stimmung* de Simmel? Ou a *médiance* de Berque? Ou mesmo *áurea fotográfica* de Benjamin?

De qualquer forma, não acreditamos que o Homem só tem a esperar que tal substância surta efeito. A experiência paisagística também é um conhecimento que se desenvolve e um “estilo cognitivo” que se estrutura, quase como em “inteligência paisagística” (BERQUE, 2000). Como dissemos, a sensibilidade é praticável e ampliável através das relações sociais, da cultura, do aprendizado, da experiência individual e coletiva, também com aquilo que a ciência não explica. Como vimos, a invenção da paisagem não se deu somente num ponto, num lugar, num momento da história. Ela é forjada, transformada e reinventada incessantemente. Muitos de seus significados

mantêm-se, mas outros são criados. Esta pesquisa mostrou que a paisagem também é encontrada na metrópole e por isso se fala, hoje, de paisagem urbana, que agregou elementos significativos à sua existência, como história, pintura, arquitetura, estilo, som, cheiro e outros. Mesmos as áreas da periferia da metrópole, como vimos, ganham sentido de *paisagem*, assim como de *lugar*.

Portanto, para nós, a realidade presente demanda essa fusão: a afinação da vida sensível, poética e estética da *paisagem* com as necessidades e acontecimentos mais prementes e banais dos indivíduos encontrados nos *lugares*. As características salientadas de cada termo, *paisagem* e *lugar*, tentam abranger algumas questões que se nos apresentam atualmente. Por conseguinte, olhar o mundo através do prisma da *paisagem dos lugares* significa emprestar o todo à parte, o fundo à superfície, os sentidos à experiência.

6.3 Preservar e/ou transformar

Decidimos trabalhar com essa questão na tentativa de nos aproximarmos de uma postura um pouco mais objetiva e prática sobre a *paisagem dos lugares*, já que arriscamos adentrar, mesmo que levemente, no âmbito de proposições, quiçá do projeto. Os achados das oficinas e dos questionários são bastante simples, mas confirmam um aglomerado de valores sociais e culturais que é integralmente compartilhado e perpetuado pelos participantes e que, por sua vez, confirma sua importância na vida na periferia da metrópole. Fica claro que esses achados empíricos limitam-se à visualidade da realidade, mas identificam contundentemente os anseios de transformação do espaço urbano, os quais relacionam-se intimamente com nosso objeto de estudo.

Os elementos naturais estão em falta na periferia e há claramente uma valorização de sua importância nos lugares que passamos e avistamos. Os elementos antrópicos que os encobrem - postes, fios, prédios, carro, pichação, lixo, asfalto, córrego/esgoto e torres de alta tensão – foram geralmente removidos, no caso dos desenhos dos alunos, ou excluídos, no caso das imagens preferidas no questionário. Tais resultados confirmam um conjunto de elementos que *fazem* e que *não fazem* parte de um sistema de valores que constrói melhorias num lugar, neste caso, arriscaríamos dizer a paisagem. As preservações e transformações feitas nos lugares (imagens), pelos participan-

tes, assemelham-se ao que a ciência e o planejamento urbano vêm pensando. Isso mostra que o alto potencial que essa população possui na aceitação e talvez na participação em transformações urbanas que poderiam acontecer, seja pelo Estado, pelo poder privado ou pela ação solidária e coletiva.

Outro achado importante advindo dessa questão foi que a atividade de observação de imagens pressupõe um olhar atento ao espaço circundante. Na oficina, a atividade de desenhar uma paisagem sobre uma fotografia de um lugar objetivou a observação e, provavelmente, a contemplação do que se coloca a nossa frente todos os dias, removendo, por um momento, a racionalidade ou lógica da importância social ou econômica dos elementos (torres, carros, prédios, postes, fios). De certa forma, mirar um lugar com a vontade de enxergar uma paisagem significa voltar aos sentidos, à sensibilidade que foi anestesiada pela lógica metropolitana; pressupõe o afrouxamento de uma relação utilitarista do espaço e a tonificação da artialização da vida. Em ambas atividades – oficina e questionário – a observação de uma fotografia, na tentativa de artializar um lugar banal, ou mesmo de escolher a imagem mais aprazível, fez com que os participantes pensassem sobre uma problemática incomum e raramente defrontada no dia-a-dia. A grande maioria dos participantes mostrou interesse pela atividade de observação das imagens e, ou explicavam verbalmente as decisões que faziam, baseadas numa racionalidade dada – “árvores são importantes”, “fios e postes são feios”, “carros poluem”, etc – ou nos faziam perguntas relacionadas ao lugar, ao espaço, a paisagem, ao planejamento urbano, promovendo rapidamente uma discussão acerca do assunto proposto. Nesse sentido, os achados sobre o *preservar* e/ou *transformar* vão além das decisões dos participantes, mas sugerem uma atividade participativa, em que pesquisador e participantes compartilham experiências e desenvolvimento da consciência. Aqui confirmamos, sem hesitar, a relação entre a pesquisa participante e os processos emancipatórios da *Interação Social* e da *Ação Comunicativa*.

Ao fim, entendemos que a *paisagem dos lugares* participa ativamente do conjunto de mudanças necessárias na periferia da metrópole, elevando portanto sua importância tanto no planejamento urbano quanto na escola e na academia.

6.4 O Decantado e outro encanto

Não é nossa intenção pormenorizar o debate de um assunto tão controverso e complexo, mas durante as atividades da oficina, a oportunidade de pesquisar o ajuizamento estético dos professores e alunos surgiu de modo tão rápido que resolvemos aproveitar o ensejo e dar cabo à votação dos trabalhos realizados na oficina.

Como vimos, a sequência dos trabalhos mais votados seguiu um sistema de importâncias sociais, ambientais e culturais identificável que influenciou o interesse e o gosto de uma maioria. Novamente, essas importâncias foram: um lugar específico no bairro e sua importância para os votantes, a própria fotografia e seu aspecto estético, o aceite dos elementos preservados e os transformados (carros, pontes, fios, vegetação, grafite, pichação, pessoas, prédios, casas, lixo), o cuidado e/ou estilo e/ou arte empregada na confecção do desenho e finalmente as referências culturais trazidas tanto na fotografia como no desenho (natureza, céu, horizonte, cor, simetria, verossimilhança, etc).

Contudo, apesar destas tendências, o que nos interessa apontar é que deve haver um encanto artístico e estético que é construído e aprendido individual e coletivamente. Há um olhar que une razão e sensibilidade, prática e observação; ele parece conseguir inventar ou criar uma amplitude maior de possibilidades estéticas e artísticas dentro do quadro que lhe é apresentado. Portanto, se o conhecimento pode colocar-se a serviço da fruição, quantos indivíduos praticantes do olhar sensível e estético sobre o mundo, tendo vivido e se emocionado com uma variedade de paisagens, pinturas, desenhos, poemas, filmes, arquiteturas, fotografias e músicas, não modificariam ou até inverteriam as tendência apresentadas nos resultados? Exemplificando, não poderiam os desenhos 18 e 8, os quais ficaram na 16ª e última posição, respectivamente, ganharem novas qualidades e importâncias pelo fato de mostrarem *lugares excêntricos, pinturas abstratas, estruturas amorfas, ordens e desordens*, incitando o pensamento e inventando o belo? (ver figura 68 ao lado)

A postura do olhar presume, neste caso, encontrar o ponto sensível, isto é, o ponto da sensibilidade atingida.

Figura 68: (acima) Desenho 8 de Renan Gomes da Silva, 2013 (T8); (abaixo) Desenho 18 de Juliana Maura dos Santos Marinho, 2013 (T18).

Há zonas sensíveis que é preciso saber achar, chegar nelas, se aproximar, saber tocar, ou antes, saber ser tocado, influenciado, animado por elas, para estar em condições de pensar, de falar e de escrever (PEGUY, 1957 apud BESSE, 2000, p. 98).

Neste sentido, olhar um quadro com a experiência da sensibilidade, e também do conhecimento, é achar o ponto de ruptura e da libertação dos mecanismos e das instituições de toda ordem.

Finalmente, com os resultados da votação, verificamos que as tendências de interesse e escolha foram influenciadas não somente pelo julgamento da importância das preservações e/ou transformações efetuadas na fotografia mas também por um conjunto de fatores que valorizaram determinadas características estéticas nos desenhos. Ao mesmo tempo, a subversão artística encontrada em alguns desenhos, os quais, desta vez, não seguiram um caminho palatável e aceitável pelos votantes, poderia representar uma reinvenção do belo. Esta capacidade que temos de sensibilizar belezas e significados pode dar pistas de que, assim como ocorre na arte, há um refinamento paisagístico específico à paisagem urbana da periferia da metrópole que deve ser investigado. Por esse motivo, a *paisagem dos lugares* e os métodos de sua investigação, propostos nesta pesquisa, levam-nos a concluir que há pertinência e procedimento nesta vontade.

7. ARREIMATE

A trajetória desta pesquisa foi sinuosamente variável e sortida. Sublinhamos um objeto de estudo – de início a paisagem da periferia da metrópole – e, antes que especificássemos um estudo de caso que possibilitasse sua investigação empírica e minuciosa, decidimos envolvê-lo de densidade histórica, buscando a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ligação interna e necessária das partes no todo. Essa postura, além de prescindir de um manual cientificamente conservador, expandiu os horizontes e amplificou o contato delicado de inúmeros braços do conhecimento na pele de fundo da posteriormente titulada *paisagem dos lugares*. Os entrelaçamentos dessas camadas sólidas e metamorfósicas foram indubitavelmente benfeitos para a apreensão do objeto, mesmo que o ganho esteja decantado em algum lugar da consciência do pesquisador, e por que não do leitor? A procura por essas camadas de mundo – a paisagem e/ou lugar – demonstrou incrível coerência, visto que muitas delas situam-se incólumes numa construção cultural propagada por gerações e peculiares rincões; exemplo nítido dessa incidência esteve nas definições populares de *paisagem* e *lugar* as quais espelham, sem coincidência, a bagagem histórica do todo.

Outro movimento, do todo à parte, a Teoria Social Crítica esteve presente em diversas instâncias desta pesquisa, especialmente quando do trabalho de campo. Não de modo conformado, o insuflado da revolução foi substituído pelo trabalho ativo e localizado, pela pesquisa participante, pela escuta e investigação mútuas. As noções de belo e feio, bom e mal, certo e errado, ambas trazidas na pesquisa da *paisagem dos lugares* junto a uma porção da população metropolitana, renunciaram um cabedal cultural bastante condizente com edificações científicas. O julgamento acerca das pichações, dos automóveis, dos postes, dos fios, do lixo, do cinza, do concreto, do perigo atestam um alinhamento à produção cultural atual e à própria experiência na periferia da metrópole. Não obstante, as atividades desenvolvidas nos mutirões, nas oficinas e, em menor grau, durante os questionários e as entrevistas, possuíram uma importância social, cultural e pedagógica.

A *ação comunicativa* e a possibilidade da emancipação dos envolvidos, seja no inconsciente, nas práticas objetivas ou mesmo no olhar para o mundo, foram exercitadas ao longo das atividades empíricas, num processo que

transforma por meio de atividades coletivas, participativas e, acima de tudo, imaginativas. A essência foi tomando forma a partir da aparência. As ideias, as noções e as certezas foram sendo repensadas a partir da observação, da contemplação e da invenção de um lugar imaginado.

Ficou evidente, mais uma vez, que a substância *natureza*, ou sua ideia ou concepção, participa inexoravelmente de uma de suas partes culturais, a *paisagem*. Ambas situam-se num imbróglio tão-somente simbólico, tão-somente inventado. Porém, a relação natureza-cultura e consecutivamente o meio ambiente e seus signos e elementos, permanecem no cerne da discussão da qualidade de vida na metrópole; é uma retórica proferida por todos, assim nos parece. Logo, *a paisagem dos lugares* ganha relevância pois ela indica e aponta para essa relação, convidando a experiência vivida dos lugares à sua percepção visual-estético-sensorial. Ela significa construir novos usos culturais dos bens da metrópole, sejam eles lugares e/ou paisagens, materiais ou imateriais, ou todo esse invólucro de entremeios. Ao mesmo tempo, é no espaço urbano que as relações sociais ocorrem, é no espaço público que as ações cotidianas podem significar transformação, pois elas dão visibilidade aos acontecimentos solidários. Por essa razão, as atividades participativas e coletivas – mutirão e oficinas – promovem, além do exercício do olhar observador e contemplativo do meio, a “publicação” das relações não individualitárias, fazendo emergir novas camadas de consciência, sobre o lugar e sobre o mundo.

Finalmente, quanto ao aspecto mais científico-experimental desta empreitada, colocamos a prova o estudo *da paisagem dos lugares*, no âmbito de uma pesquisa de mestrado, lançando mão de um conjunto composto e inusitado de teorias, métodos e práticas. O campo empírico e o substrato do objeto de estudo nortearam o estudo de caso, cuja amostragem informacional e relacional abarcou satisfatoriamente as necessidades teóricas e empíricas do objeto, possibilitando comparações e generalizações para outras áreas do conhecimento e também da metrópole. Assim, a fusão dos termos significou uma dupla vontade: investigar o sentido e potência da paisagem na periferia da metrópole, de forma a ampliar os conceitos e talvez futuros projetos em instituições formais – Universidade e Estado – e, também, vincular a pesquisa acadêmica a projetos coletivos e alternativos que fomentem a transformação do meio, da gente e da cultura em questão. Para isso, os métodos empíricos utilizados foram de fundamental importância para que essas duas vontades, essa fusão, fosse possível, já que ajudaram na expansão

da informação e formação local. Portanto, o estudo da *paisagem dos lugares* pressupõe a relação abstrata e palpável parte-todo, dentro da qual as ideias se formam pela interpretação do real e pela experimentação dos métodos ao longo do percurso. Ao mesmo tempo, a ampliação do conhecimento por meio da observação e da imaginação carrega a importância da transformação real e presente, no que mais importa para as ciências sociais aplicadas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. **Personalidad Autoritária**. Madrid: Taurus, 1965.
- _____. **Sociologia**. Gabriel Cohn: organizador. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **De la relacion entre sociologia y psicologia**. In: ADORNO, T. W. **Actualidad de la filosofia**, Buenos Aires: Paídos, 1991.
- ANGILELI, C. M. de M. M. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia. Distrito de Brasilândia. Zona norte do município de São Paulo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2007.
- APPLETON, J. **The experience of landscape**. Chichester: New York, Brisbane, Toronto, Singapore: Joshn Wiley & Son, 1975.
- ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos**. 3 Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2002
- ARENDT, A **Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- ATHAYDE, C.; SOARES, L. E.; MV BILL. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução feita a partir do francês Maria Ermantina G. G. Pereira, Martins Fontes, São Paulo, 1997.
- BANKS, M. **Visual methods in social research**, Sage, London, 2001.
- BARROS, S. A. L. **Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação 'bairro': como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto urbano de Casa Forte no Recife**. Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2011.
- BENJAMIN, W. **O conceito de crítica de arte no romantismo alemão**. São Paulo, Editora Iluminuras, 1993.
- BERQUE, A. **Cinqs propositions pour une théorie du paysage**. Paris: édition Champs Vallon, 1994.
- BESSE, J. **Ver a Terra**. Perspectiva, São Paulo, 2006.
- BETTELHEIM, B. **Freud and Man's Soul**, Knopf, 1982.
- BUNKSE, E. V. **Commoner Attitudes toward landscape and nature**. Annals of the Association of American

Geographers, p. 551-566, 1978.

CALVINO, Í. **Cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, A. de S. **Metodologia da Entrevista. Uma abordagem fenomenológica**. Agir, 1987.

CAUQUELIN, A. **A Invenção da Paisagem**. Ed. Martins Fontes, 2007.

CORRÊA, R. L. & ROZENDAHL, Z. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. **Novos rumos da geografia cultural**. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDHAL, Z. (orgs.) *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 [1987], p. 15-32.

_____. **A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CONAN, M. *L'invention des identités perdues*. In: BERQUE, Augustin. *Cinqs propositions pour une théorie du paysage*. Paris: édition Champs Vallon, 1994.

CROCHIK, J. **Adorno e a Psicologia Social**. *Psicologia e sociedade* (online) 2008, vol. 20, n.2 p. 297 – 305.

DEBRAY, R. **Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente**. Petrópolis: Vozes Ed., 1993.

DEMO, P. *Investigación participante. Mito y realidad*. Traducción: Mara Célia Eguibar. Editorial Kapelusz, Buenos Aires, 1985.

_____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FERRARA, L. D'A. **Olhar Periférico. Informação Linguagem Percepção ambiental**. São Paulo, EDUSP – FAPESP, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Curitiba, Editora Positivo, 2010.

FRANCASTEL, P. **A Realidade Figurativa: elementos Estruturais da Sociologia da Arte**. São Paulo, Perspectiva, 1982.

- FREIRE, P. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**, 3 edição. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- FREUD, S. **O mal-estar na Cultura**. Tradução do Alemão Renato Zwick, L&PM Pocket, Brasil, 2010.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K., **Métodos em Pesquisa Social**. Trad.Carolina Martuscelli Bori. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1960.
- HABERMAS, J. **El cambio de paradigma en mead y durkheim: de la actividad teleológica a la acción comunicativa**. Teoría de la acción comunicativa, II. España: Taurus, 2001.
- HALPRIN, L. **The RSVP cycles: creative processes in the human environment**. G. Braziller, 1970.
- HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. OxfordL Blackwell, 1996.
- _____. **Social Justice and the City**. Revised Edition. The University of Georgia Press, Georgia, United States of America, 2009.
- HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra, trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8 ed. São Paulo, 2008.
- HILLMAN, J. **City and Soul**. Spring Publications, INC. Putnam, Connecticut, 2006.
- HONNETH, A. **Disrespect: the normative foundations of Critical Theory**. Johann Wolfgang Goethe University, Frankfurt, 2007.
- _____. **Pathologies of Reason**. (trad) James Ingram. New York, Columbia University Press, 2009.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica** In: **Textos escolhidos/Walter Benjamin**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- ITTELSON, W. H. **Environment perception and contemporary perceptual theory**. In: W. H. Ittelson (Org.), **Environment and cognition** (pp. 1-19). Nova York: Seminar Press, 1973.
- KIDDER, L. H. **Volume 1. Métodos de pesquisa nas relações sociais: Delineamentos da pesquisa**. Tradutores: Maria Martha Hübner D'Oliveira e Miriam Marinotti Del Rey. Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 2004.

_____. **Volume 2. Medidas na pesquisa social.** Tradutores: Maria Martha Hübner D'Oliveira e Miriam Marinotti Del Rey. Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 2004.

_____. **Volume 3. Análise de Resultados.** Tradutores: Maria Martha Hübner D'Oliveira e Miriam Marinotti Del Rey. Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 2004.

KOSSOY, B. **O Tempo da Fotografia: o Efêmero e o Perpétuo.** Ateliê Editorial, São Paulo, 2007.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** 4. Edição, São Paulo: Atelier Editorial, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001. LEFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, M. A. F. P. **Natureza e cultura: paisagem, objetos e imagens.** Revista Paisagem e Ambiente, São Paulo, v. 18, p. 59-69, 2004.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** Edusp, São Paulo, 1999.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza.** Lisboa, Edições 70, 1990

LIMA, C. P. C. dos S. **A Natureza na Cidade a Natureza da Cidade,** Tese, São Paulo, USP, 1997.

LOWENTHAL, D. **The American scene.** Geographical Review, v. 58. N. 1, p. 61-88, 1968.

LYNCH, Kevin. **The Image of the City.** Cambridge MA: MIT Press, 1960.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.** 1982. 116 p. Tese (Livre-docência em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'anna, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 1980.

MENESES, U. T. B. de . **Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana.** Revista USP, São Paulo, n.30, p. 144-153, 1996.

_____. **Psicologia social e cultura material.** Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, v. 4, n.4, p. 283-290, 1996.

_____. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E, CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. C. A. da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996 p. 88-99.

_____. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares.** Universidade de São Paulo, Revista Brasileira de História, vol. 23, no 45. São Paulo, 2003.

NAME, L. **O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura.** GeoTextos, vol 6, n. 2, dez. 2010.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, Ouro Preto 2002.

NIETZSCHE, F. **Humano, Demasiado Humano: Um livro para espíritos livres.** Tradução Paulo César de Souza, Companhia das Letras, São Paulo, Brasil, 2000.

_____. **Para além do Bem e do Mal.** Trad. Paulo César de Souza, Companhia de Bolso, 2005.

OAKES, T. **Place and the paradox of modernity.** 1997.

PENEFF, J. **Le goût de l’observation: comprendre et pratiquer l’observations participante en Science sociales.** La Découverte, Paris, 2009.

PIAGET, J. Epistemologie des rélations interdisciplinaires. In Ceri (eds.) **L’Interdisciplinarité. Problèmes d’enseignement et de recherche dans les Universités**, pp. 131-144. Paris: UNESCO/OCDE, 1972.

QUEIROGA, E. F. **A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.** Tese de doutorado, FAU-USP, 2001.

_____. **Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo.** Revista Paisagem ambiente n.21 São Paulo 2006.

_____ ; CUSTODIO, V. ; CAMPOS, A. C. A. ; MACEDO, S. S. ; GOLÇALVES, Fábio Mariz ; GALENDER, F. ; DEGREAS, H. N. ; PRETO, M. H. ; AKAMINE, R. ; SILVA, J. M. P. **Os espaços livres e a esfera pública contemporânea: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações.** In: TÂNGARI, V.; ANDRADE, R. de; SCHLEE, M. (org.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RELPH, E. C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia.** Geografia, 1-25, 1979.

RITTER, J. **Paysage – Fonction de l'Eesthétique dans lá Societé Moderne.** Trad. Gerard Raulet. Besançon, Les Éditions de l'Imprimeur, 1997.

ROGER, A. **Histoires d'une passion théorique ou comment on devient un Raboliot du Paysage.** In: BERQUE, A. **Cinqs propositions pour une théorie du paysage.** Paris: édition Champs Vallon, 1994.

_____. **O Nascimento da Paisagem no Ocidente.** Colóquio Internacinal de história da Arte, São Paulo, 1999. Tradução Vladimir Bartolini para uso exclusivo de disciplina na FAUUSP.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem,** Editora Hucitec, São Paulo, 1982.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Território e Sociedade,** 2. Ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1996

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção.** 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SAUER, C. O. **A Morfologia da Paisagem.** In: CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z.(Orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Eduerj, (1925/1998) p. 12 – 74.

SAUSSURE, F. de. **Cours de Linguistique Général.** Paris; Payot, 1996.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 2.Ed. São Paulo: EPU, 1987, V.2.

SIMMEL, G. **Lá tragédie de lá culture et autres essais.** Trad. Sabine Cornille, Philippe Ivernel, Paris, Rigaves, 1988.

_____. **A filosofia da paisagem.** Covilhã: LusoSofia Press, 2009. Tradução de Artur Morão.

- SINGLY, de François. **L'enquête et ses Méthodes. Le Questionnaire**. Armand Colin, 2008.
- TACCA, F. **Imagem Fotográfica: Aparelho, Representação e Significação**. Psicologia e Sociedade, 17, 09-17; set/dez: 2005
- TÂNGARI, V.; ANDRADE, R. de; SCHLEE, M. (org.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- TUAN, Y. F. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**. 65 (2) : 151- 165, 1975.
- _____. **Thought and landscape: the eye and the mind's eye**. In: **Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values**. Columbia University Press, 1990.
- WOLF, F. **Por trás do espetáculo: O Poder das Imagens**. In: Muito Além do Espetáculo (org.) NOVAES, Adauto. Editora Senac, São Paulo, 2005.
- WRIGHT, T. **The Photography Handbook**. Routledge, London, 1999.
- YÁZIGI, E. (org). Turismo: espaço, paisagem e cultura, Hucitec, 1999.
- _____. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.11-27 (Coleção Turismo).

MAPAS, CARTAS E IMAGENS UTILIZADAS

GEGRAN - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. SISTEMA CARTOGRÁFICO METROPOLITANO DA GRANDE SÃO PAULO, Folhas SF 25 Y C VI I NE F II 3; 5 Y C VI I NE F II 6; 5 Y C VI I NE F II 4; 5 Y C VI I NE F I 4; 5 Y C VI I NE F I 1. SET. 1974.

EMPLASA - IMAGEM DE SATÉLITE, 2012

WEBSITES MENSIONADOS

www.ibge.gov.br/

www.capital.sp.gov.br/

www.priberam.pt/